

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Luis Gustavo Molinari

**De José Joaquim da Rocha a Frederich Wagner:
civilização, nativos e colonos nas representações cartográficas
dos sertões leste de Minas Gerais (1778 – 1855).**

Belo Horizonte

2009

Luis Gustavo Molinari

**De José Joaquim da Rocha a Frederich Wagner:
civilização, nativos e colonos nas representações cartográficas
dos sertões leste de Minas Gerais (1778 – 1855).**

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social da Cultura
Orientadora: Prof^a Dr^a Junia Furtado

Belo Horizonte
2009

907.2 Molinari, Luis Gustavo

M722d De José Joaquim da Rocha a Frederich Wagner [manuscrito] :
2009 civilização, nativos e colonos nas representações cartográficas dos
sertões leste de Minas Gerais (1778-1855) / Luis Gustavo Molinari –
2009.

183 f.

Orientadora: Junia Ferreira Furtado.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. História - Teses 2. Cartografia – Minas Gerais - História 3.
Civilização - Teses. 4. Nativos – Teses 5. Mapas - Teses I. Furtado,
Junia Ferreira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PÓSGRADUAÇÃO
históriaufmg

Dissertação defendida pelo(a) aluno(a) **Luís Gustavo Molinari Mundim** em **16 de dezembro de 2009** e aprovada, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Júnia Ferreira Furtado

Prof(a) Dr(a) – **Júnia Ferreira Furtado** – ORIENTADOR (A)
Universidade Federal de Minas Gerais

Fernanda Borges de Moraes

Prof(a) Dr(a) **Fernanda Borges de Moraes**
Universidade Federal de Minas Gerais

Maria Eliza Linhares Borges

Prof(a) Dr(a) **Maria Eliza Linhares Borges**
Universidade Federal de Minas Gerais

*A memória de Adahil Fernandes Molinari,
meu avô, pai da dona Denize,
que sempre soube sorrir nas adversidades e seguir em frente.*

Agradecimentos

Finalizada a dissertação é o momento de fazer algumas reflexões sobre todo o processo vivido nesses últimos meses. Momento de muitas ponderações, mas especialmente de muitos agradecimentos àquelas pessoas que ajudaram a transpor essa longa caminhada. Permito-me aqui deixar um pouco de lado a linguagem acadêmica e me expressar de forma mais coloquial. Foram tempos apertados, finais de semana estudando, programas com amigos e família adiados, noites em claro e o contínuo sinal de alerta ligado, tudo para tentar conciliar pesquisa, trabalho e família. Brinco, que tal qual *Funes*, que nada esquecia, a pesquisa foi minha companheira íntima e me acompanhava em praticamente todos os lugares. Uma lembrança que não conseguia esquecer.

Embora aparentemente solitária, a caminhada rumo à conclusão da pesquisa contou com a ajuda de várias pessoas e instituições. Certamente esse apoio tornou a tarefa um pouco menos árdua. Meus agradecimentos vão para todas essas pessoas que de forma direta ou indireta fizeram com que eu chegasse até aqui.

Assim, primeiramente gostaria de agradecer a minha orientadora Prof^a Dr^a Junia Ferreira Furtado que soube me orientar, corrigir e chamar a atenção para pontos importantes da pesquisa e da construção do texto. Meu especial agradecimento a Prof^a Dr^a Fernanda Borges Moraes, generosa acadêmica, que sempre incentivou e me apoiou desde os tempos da iniciação científica. Sua motivação e suas ponderações pertinentes serviram como exemplo na construção desse trabalho. Agradeço também a Prof^a Dr^a Maria Eliza Borges pelos conselhos, indicações e aulas que muito me ajudaram na minha formação acadêmica e especialmente na reflexão sobre tempo e espaço.

Meus agradecimentos também aos colegas e amigos de trabalho do IEPHA-MG que ficaram na torcida pela realização dessa tarefa. Especialmente a Ailton, André e Angela, pessoas de convívio diário que acompanharam de perto todo o processo e que me apoiaram nas minhas necessidades. Agradeço sinceramente a Letícia e o Chico, amigos solícitos e generosos dos momentos complicados e dos pedidos de última hora. Agradeço especialmente a Lu e a Ke que em momentos distintos da pesquisa me ajudaram a organizar o caos em que se encontrava a dissertação.

Finalmente e não menos importante agradeço e peço desculpas aos meus amigos, irmãos e familiares que souberam entender minhas ausências, minha impaciência e muitas vezes meu humor ácido. Agradeço especialmente a Alessandra, companheira paciente e prestativa que sempre soube me acalmar nos momentos mais tensos com palavras de apoio e de incentivo.

Hoje sou uma nova pessoa! A todos vocês meu muito obrigado!

*Sertão, o senhor sabe, é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo,
quando vier que venha armado.*

Guimarães Rosa

RESUMO

O chamado sertão leste de Minas Gerais foi uma região considerada durante muitos anos como selvagem, seus primeiros habitantes, os nativos, foram tratados como bárbaros e ignóbeis. A partir do último quartel do século XVIII e no século XIX a região paulatinamente começou a despertar o interesse de colonos e da Coroa e passou a ser explorada de forma mais sistemática e ações mais expressivas foram tomadas no sentido de se incorporar e se apropriar aquele espaço. O período foi particularmente caracterizado por uma expressiva produção de registros cartográficos e iconográficos que se apresentam como fonte privilegiada nessa investigação, isso, pois figuram ao mesmo tempo como instrumento e meio de conhecimento bem como de apropriação desse espaço. Uma das principais temáticas que nortearam a dissertação se referiu a forma, e as mudanças ocorridas na representação do leste de Minas Gerais, ao longo dos anos. Tais modificações foram observadas principalmente na produção cartográfica que representava aquela região. Vale lembrar, que durante aqueles anos estava em disputa a legitimação de poder da Monarquia sobre o espaço, tal disputa ocorria de forma intensa, tanto no plano material quanto no plano simbólico.

Palavras-chave: Sertão, Cartografia Histórica, Leste de Minas Gerais, Civilização.

ABSTRACT

For many years the hinterlands of eastern Minas Gerais was considered as a wild region. There are several reports which pointed to barbaric and ignoble character of the natives who lived there. However, from the last quarter of the Eighteenth Century and throughout the Nineteenth Century, the interest of the colonial authorities and settlers in the area arouse gradually. So it began to be explored in a more systematic and expressive way. Several actions were taken in order to incorporate and settle the region. The production of cartographic records was one of those actions and served both as an instrument of knowledge as a means of appropriation of that space. The survey was intended to observe the changes in the representations of the region, especially in cartographic production. These changes involved the legitimacy of the monarchy power on the area and were so intense, both in material and symbolic terms.

Key-words: Hinterland, Cartographic History, Eastern Minas Gerais, Civilization.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 – Durante a produção do texto utilizamos os termos *sertão* ou *sertões* para denominar as áreas de estudo dessa pesquisa. A preferência por essa forma decorreu em função da polissemia do termo e, sobretudo pela imprecisão associada à palavra.

2 – As palavras *carta*, *mapa* e *carta cartográfica* são recorrentes no texto e estão empregadas no sentido específico de expressar as produções cartográficas. Sempre que o sentido do termo foi outro, procuramos fazer a diferenciação.

3 – Na maior parte das citações procuramos atualizar a ortografia original dos documentos consultados como forma de dar fruição a leitura do texto, sem prejuízo de conteúdo e forma.

4 – Utilizamos a nomenclatura FIGURA para denominar os detalhes dos mapas consultados que estão no corpo do texto e que eventualmente fizemos algum tratamento gráfico. As cartas consultadas não sofreram tratamento gráfico e estão anexas a dissertação com a denominação de MAPA.

5 – No caso específico do *Mapa da Província da Minas Gerais (1855)* identificamos os autores pela nomenclatura Halfeld/Wagner, por se tratar de uma carta produzida em conjunto.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Mappa da Capitania de Minas Gerais 1777 - Destaque para o que era aproximadamente considerado sertão.

FIGURA 02 – Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais, 1804, com inclusão das 7 Divisões Militares do Rio Doce.

FIGURA 03 – Itinerário para Navegação do Rio Doce.

FIGURA 04 – Estrada por terra entre Vila Vitória e Vila Rica.

FIGURA 05 – Detalhe do Mapa da Comarca do Serro Frio 1778 – A.

FIGURA 06 – Detalhe do Mapa da Comarca do Serro Frio 1778 – B.

FIGURA 07 – Detalhe da Planta Geral da Capitania de Minas Gerais (1800) – A.

FIGURA 08 – Detalhe da Planta Geral da Capitania de Minas Gerais (1800) – B.

FIGURA 09 – Detalhe da Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Anno de 1804 – A.

FIGURA 10 – Detalhe da Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Anno de 1804 – B.

FIGURA 11 – Detalhe do mapa Parte do Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais.

FIGURA 12 – Detalhe do Mapa da Província de Minas Gerais.

FIGURA 13 – Aldeamentos e Quartéis da região leste no Mapa da Província de Minas.

LISTA DE MAPAS (em anexo)

MAPA – 01. Mapa da Comarca do Serro Frio

MAPA – 02. Planta Geral da Capitania de Minas

MAPA – 03. Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Anno de 1804

MAPA – 04. Parte do Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais

MAPA – 05. Mapa da Província de Minas Gerais 1855

LISTA DE SIGLAS

- AHEx – Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro)
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)
AN – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)
APM – Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte)
BN – Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
CEHC – Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro
CRCH – Centro de Referência em Cartografia Histórica (Diamantina)
EA/UFMG – Escola de Arquitetura
FAFICH/UFMG – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FJP – Fundação João Pinheiro
IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Rio de Janeiro)
IHGMG – Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (Belo Horizonte)
MI – Mapoteca do Itamaraty (Rio de Janeiro)
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 01: Civilização e sertões	31
1.1 – Sertão: “ <i>divisão vaga</i> ”, categoria social.....	35
1.2 – Os vastos sertões de Minas.....	41
1.3 – A Corte no Brasil e as perspectivas para os sertões do leste mineiro.....	48
1.4 – “O suave julgo da lei”: A Guerra Ofensiva e política indigenista de D. João VI.....	53
1.5 – O nativo Botocudo: Antropofagia, ideologia e ação.	61
1.6 – O “Apostolo do Sertão”: Guido Marlière e a estratégia de aproximação com os nativos..	66
1.7 – Caminhos, quartéis e aldeamentos: vestígios de civilização no sertão.	71
Capítulo 02 – As primeiras representações cartográficas da região Leste de Minas Gerais (século XVIII e início do XIX)	86
2.1 – Sertões do leste mineiro: nativos bravios nos mapas da virada do século XVIII.....	93
2.2 – O <i>Engenheiro Militar</i> José Joaquim da Rocha e o <i>Mapa da Comarca do Serro Frio</i> – 1778.....	96
2.3 – Civilização, aldeamento e selvagens na Planta Geral da Capitania de Minas – 1800.....	107
2.4 – “Certão Inculto”: reflexões sobre o espaço leste no mapa de Caetano Luis Miranda.....	115
Capítulo 03: A cartografia do século XIX e as representações do sertão leste da Província das Minas Gerais	122
3.1 – Diferenças e aproximações na linguagem cartográfica.....	125
3.2 – <i>Districto do Indios Botecudos-anthro-pophagos</i> ”: Eschwege os nativos e as imagens do leste da Capitania de Minas Gerais.....	127
3.3 – “ <i>Um mapa moderno, e exato</i> ”: a construção do <i>Mapa da Província de Minas de 1855</i> .	135
3.4 – A região leste no <i>Mapa da Província de Minas Gerais (1855)</i>	146
3.6 – Reflexões sobre um espaço: a imagem do sertão leste de Minas Gerais em meados do século XIX.....	152
Considerações Finais	159
Referências	168
Anexos	184

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa uniu dois temas relevantes, complexos e relativamente pouco considerados nas produções acadêmicas contemporâneas. O primeiro deles versa sobre o sertão: categoria ampla que se modificou ao longo do tempo produzindo variadas interpretações e diferentes conceitos. O segundo tema, que se entrelaça ao primeiro, diz respeito à cartografia histórica, campo relacionado à análise dos mapas e que procura identificar, entre outras coisas: as condições de produção das cartas, os seus objetivos explícitos e implícitos, as formas de representação do espaço, a evolução urbana, as formas de apropriação e incorporação do território, os limites políticos e geográficos. No caso específico dessa dissertação, concentra-se a atenção em um sertão específico, o do leste mineiro, região que por vários anos esteve à margem nos estudos sobre o território das Minas e que somente nos últimos anos começou a ganhar a atenção merecida.

A ocupação do território mineiro foi um processo gradativo e heterogêneo. O desbravamento dos chamados sertões leste de Minas Gerais foi uma atividade contínua que se iniciou no século XVIII, avançou pelo XIX, até chegar ao XX. A dinâmica desse processo envolveu uma série de indivíduos, motivados por interesses os mais diversos, tendo nesses sertões o palco de suas divergências e convergências. Nesse aspecto, essa pesquisa procurou identificar, à luz das mudanças e das continuidades, como os sertões do leste da Capitania de Minas foram representados na cartografia, no período que vai do final do século XVIII até meados do século XIX. Tal época coincide com a paulatina penetração e ocupação da região

por colonos portugueses, a partir do centro da Capitania de Minas Gerais para os extremos, e que geralmente avançava sobre territórios habitados por nativos¹.

Tal processo acabou por definir os limites entre o leste da Capitania/Província de Minas Gerais e o Espírito Santo. Significou também uma disputa ininterrupta entre o colonizador e os indígenas com o objetivo dos luso-brasileiros em dominar os grupos nativos ainda resistentes à civilização branca, e de apropriarem-se dos seus espaços².

Espaço e tempo se entrelaçaram na tentativa de reconstrução do entendimento desses processos. Tarefa que exige do pesquisador mobilizar diferentes metodologias e conceitos. A interdisciplinaridade emergiu na conjunção dos fundamentos da História e da Geografia – e, mas especificamente, pela exploração de fontes escritas e iconográficas – como uma possibilidade para se observar os eventos sob vários prismas, e sobre eles construir um saber histórico, que não prescindisse o geográfico.

Dessa forma, interessava uma abordagem que privilegiasse as produções cartográficas que representaram o leste mineiro no recorte temporal mencionado. Isso porque, havia uma expectativa que tais fontes pudessem evidenciar aspectos do cotidiano daqueles que as produziram, e que podiam contribuir também para desvelar o emaranhado cultural dos indivíduos que viviam a realidade dos sertões. Interessava então, uma aproximação com os relatos produzidos por, ou sobre, viajantes estrangeiros, negociantes, colonos da fronteira,

¹ Para uma análise sobre a formação da rede urbana de Minas Gerais nos setecentos e sobre a cartografia do período indicamos os trabalhos de: MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.v.II. Sobre a formação do espaço das Minas, conferir também FONSECA, Cláudia Damasceno. *Pouvoirs, Villes et Territoires – Genèse et représentations des espaces urbains le Minas Gerais, XVIII – début du XIX siècle*. 2001, 622p. Tese (Doutorado), École Dês Hautes Études en Sciences Sociales.

² Mais adiante no texto será feita uma explanação sobre o conceito de civilização, por hora, interessa informar que o conceito de civilização tomado nesse texto baseia-se na perspectiva que nos ensina Norbert Elias, ou seja, “expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. (...) Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constituiu o caráter especial e aquilo que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais” ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Volume 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 23.

escravos, os grupos indígenas e os funcionários régios. Agentes que tinham múltiplos códigos interpretativos sobre a região e que expressaram sua visão em algumas das fontes que permaneceram até os dias atuais.

A narrativa que se segue procura apresentar os principais eixos da pesquisa desenvolvida e convida o leitor a uma reflexão sobre o sertão, a civilização, os nativos e os colonos nos caminhos traçados pela cartografia e especificamente sobre a região leste de Minas Gerais.

O recorte espacial da dissertação, ou seja, a correspondência atual do que era considerado o sertão do leste de Minas, foi tema recorrente durante a execução da pesquisa. A opção nesse caso foi a de assumir que o espaço em questão possui fronteiras abertas e, portanto não teria sentido determinar através de limites geográficos rígidos o recorte espacial. As justificativas para esta escolha se assentam, primeiro no fato de que, no período estudado, a conformação do território³ das Minas Gerais ainda era um processo em construção, e as fronteiras internas⁴ não exibiam a conformação como hoje as conhecemos. Segundo elemento importante é o fato de que o conceito de Sertão ou concepção sobre o tema variou muito ao longo dos anos, comportando avanços e recuos sobre a definição do território. Tentar delimitar rigidamente uma região não atenderia aos propósitos da pesquisa e acabaria por

³ Grosso modo, o conceito de território é definido como uma região sob a qual incide uma jurisdição qualquer. De acordo com o clérigo Rafael Bluteau, que escreveu sobre o vocábulo no século XVIII, o território era o espaço de terra nos contornos e jurisdição de uma cidade. É importante ressaltar também que essa delimitação não era absoluta, conforme nos alerta Paul Allié, “o território não é uma categoria universal, mas historicamente constituída e fruto da ação humana”. Nesse sentido, é importante diferenciar o território do espaço este último seria um termo mais amplo, geral. Ver BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP. São Paulo, 2001. p. 484

⁴ A fronteira é o limite, a baliza, a linha delimitadora entre duas frentes. Beatriz Bueno lembra ainda que “o conceito de fronteira é variável é definido pelo conquistador; para além das fronteiras naturais, a fronteira política é sempre uma linha abstrata”. Ver BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP. São Paulo, 2001. p. 485

inviabilizar uma análise mais abrangente⁵. Assim, as definições do espaço na pesquisa se deram a partir dos mapas e documentos consultados. Nesse sentido, os sertões do leste de Minas coincidiram em grande parte com a região leste da Capitania/Província de Minas Gerais⁶, que aproximadamente corresponderia aos vales dos Rios Mucuri, Doce, Jequitinhonha e adjacências.

Por outro lado, o recorte temporal do estudo é concomitante à intensificação da exploração na região leste da Capitania de Minas. Fato ocorrido a partir do declínio da produção aurífera em finais do século XVIII e gradativamente intensificado ao longo do século XIX. Tal período foi especialmente marcado por momentos importantes da história brasileira, com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, as guerras empreendidas pela Coroa – inclusive contra os Botocudos da região do Rio Doce –, a independência política do Brasil e a construção da idéia de nação.

Além disso, é neste mesmo período que o Brasil, como um todo, e Minas Gerais especificamente, receberam a visita de inúmeros viajantes e naturalistas interessados no conhecimento de nossa fauna, flora e população e que deixaram suas impressões sobre a região em relatos, pinturas, mapas, diários, etc.

A definição do marco final dessa pesquisa, em meados do século XIX, foi escolhida em função da significativa mudança na dinâmica da exploração dessa região leste de Minas, advindas principalmente da introdução das companhias comerciais e do trabalho dos

⁵ Em uma breve descrição sobre a jurisdição das Minas Gerais, tem-se que, no início do século XVIII a região esteve ligada a Capitania do Rio de Janeiro. Em 1709, após os conflitos da Guerra do Embobas criou-se a Capitania de São Paulo e das Minas de Ouro com autonomia e governo próprio. No ano de 1720, após a sedição de Vila Rica, separou-se da Capitania de São Paulo e recebeu o nome de Capitania de Minas Gerais. Tal denominação perpassou todo o século XVIII e em 1821 com a Independência do Brasil a região recebeu a nomenclatura de Província das Minas Gerais que permaneceu até a proclamação da República em 1889. Ver ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 68.

⁶ O recorte temporal proposto nessa pesquisa perpassa o século XVIII e XIX, período em que a organização administrativa da região conhecida atualmente como Minas Gerais se modificou, passando de Capitania para Província, nesse sentido, opta-se por denominar com o termo Capitania/Província aqueles fatos ou eventos que ocorreram justamente no período dessa transição, ou que se estenderam ao longo desse período.

primeiros imigrantes europeus⁷. Além disso, no campo político e social, o período foi marcado pela gradual criação e consolidação da idéia de nação e do “paternalismo oficial” em relação aos indígenas.⁸ Tais fatos, se não alteraram a visão geral da região, modificaram substancialmente a estrutura das relações existentes entre colonos e nativos. Além disso, a definição pela metade do século XIX como momento final da pesquisa, refletiu diretamente a escolha das produções cartográficas para a análise. Assim, iniciamos o estudo pelo *Mapa da Comarca do Serro Frio*⁹, de José Joaquim da Rocha, confeccionado em 1778, até chegarmos em 1855, com o *Mapa da Província de Minas Gerais*¹⁰, de autoria de Frederich Wagner e Ferdinand Halfeld.

A pesquisa se desenvolveu na perspectiva de uma análise cultural da história. Nesse sentido, interessavam as marcas, vestígios e registros deixados por uma determinada sociedade ou grupo. Ou seja, tais evidências constituem-se como fontes que fornecem elementos para o ofício do historiador, pois estão impregnadas da realidade que as constituiu¹¹. Tal escolha pela abordagem cultural da história influenciou diretamente a seleção das fontes trabalhadas, notadamente as de origem cartográfica. De fato, os mapas estão

⁷ Refiro-me aqui a colonização do vale do Mucuri realizada basicamente por estrangeiros, a partir da década de 1850. Para maiores informações consultar FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, *A Colonização Alemã no Vale do Mucuri*. Coleção Mineiriana, Belo Horizonte: FJP, 1993. 161p.

⁸ Sobre a criação das bases da nação no período imperial conferir, entre outros, MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987. O paternalismo oficial ao qual nos referimos deveu-se a criação da Direção Geral de Índios em 1845. Ver Decreto Lei número 426 de 24 de junho de 1845 In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*, vol. 02, n. 2, jul./dez. 1998, pp. 29-37.

⁹ ROCHA, José Joaquim da. *Mapa da Comarca do Serro Frio*. In: *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*; descrição geográfica topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. mapa (em bolso).

¹⁰ HALFELD, H. G. F.; WAGNER, F. *Mapa da Província da Minas Gerais (1855)*. In: HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johann Jakob von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 176p. (encarte)

¹¹ A análise cultural da história se refere, entre outras coisas, aos eventos ocorridos durante a crise de paradigmas das Ciências Sociais dos anos de 1960 e o conseqüente abandono dos sistemas globais de interpretações que, abriu o campo da história à perspectivas mais amplas centradas na interdisciplinaridade e no retorno ao sujeito como personagem central à narrativa. Ver CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia.: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002. Conferir também BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1996.

repletos de uma realidade específica, registro indelével do momento histórico em que foram produzidos. Além disso, na metodologia utilizada nesta pesquisa optou-se por realizar uma análise em que os mapas fossem uma fonte articuladora com as demais.

A base cartográfica utilizada nessa pesquisa se compôs basicamente daqueles mapas coligidos e organizados nas publicações; *Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província*¹² e *Cartografia da conquista do território das Minas*¹³, obras imprescindíveis sem as quais a pesquisa provavelmente sofreria sérias restrições¹⁴. Conforme dito, o conjunto de mapas analisados nesse trabalho foi tratado como uma fonte passível de interpretações, que ofereciam informações sobre o vivido, mas que também exigiram um esforço em decifrar seus códigos e significados. Tudo isso implicou o cotejamento constante com diversas outras fontes.

É importante lembrar que, em relação à cartografia em geral, de longa data, os mapas vêm despertando o fascínio de diversas pessoas e os povos. Isso ocorre pelo fato de que, além dos aspectos de orientação e de localização, os mapas se constituem como uma síntese que, em determinado momento, ganha expressão espacial permitindo “com isso a análise da formação e da consolidação do território, como ele foi compreendido [**planejado**] e como foi ocupado”¹⁵. Talvez resulte daí a especificidade dos mapas enquanto fontes históricas.

¹² COSTA, Antônio Gilberto; *et alli*. *Cartografia histórica das Minas Gerais: da capitania à província*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

¹³ COSTA, Antonio Gilberto; *et alli*. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

¹⁴ No tocante aos mapas, é preciso esclarecer que uma proposta de pesquisa que envolvesse o uso das imagens cartográficas produzidas a respeito de Minas Gerais, demandaria um esforço imenso de localização e consulta, com possíveis entraves e, felizmente tal caminho já foi percorrido, em grande parte, nas obras: *Cartografia histórica das Minas Gerais: da capitania à província* e *Cartografia da conquista do território das Minas*, obras anteriormente citadas e das quais a presente pesquisa é tributária. Esses atlas trazem um grande número de pranchas com significativa qualidade gráfica. No processo de pesquisa foram utilizadas as imagens transpostas para o meio digital o que facilitou os estudos e o manuseio das pranchas. Agradeço ao projeto “Os caminhos esquecidos: desvelando o patrimônio cultural dos antigos arraiais de Vila Rica” da UFMG FAFICH – EA, especialmente a Prof. (a). Dr. Fernanda Borges Morais pela cessão do material e pelas orientações.

¹⁵ COSTA, Antônio Gilberto; *et alli*. *Cartografia histórica das Minas Gerais: da capitania à província*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. p.13. [grifo meu].

No caso específico dos sertões leste de Minas Gerais, os registros cartográficos que representaram tais regiões revelam importantes aspectos do território. Nesse sentido, como nos lembra Júnia Furtado: o “estudo da cartografia da região das minas dos setecentos e dos oitocentos não pode ser desvinculada de sua dimensão histórica e simbólica”. Cabe lembrar ainda, que um mapa é sempre uma “representação de um espaço e [que] por isso mantêm uma relação íntima com a região que delimita”, mas que também é uma “idealização do autor, e só pode ser compreendido dentro de sua linguagem simbólica” e frente ao contexto histórico no qual foi produzido.¹⁶

Os registros cartográficos assumem nessa pesquisa a função de articuladores com as demais fontes sem, contudo, relegá-las a um segundo plano. Servem, além de fonte, como instrumento de sistematização e síntese de informações, tanto de natureza sincrônica quanto diacrônica¹⁷.

Para essa pesquisa, a base cartográfica compõe-se dos seguintes mapas: *Mapa da Comarca do Serro Frio* (1778), *Planta Geral da Capitania de Minas Geraes* (1800), *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Anno 1804* (1804), *Parte do novo Mapa da Capitania de Minas Gerais e Mapa da Província de Minas Gerais* (1855)¹⁸. Além disso,

¹⁶ COSTA, Antônio Gilberto; et alli. *Cartografia histórica das Minas Gerais: da capitania à província*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. p.13.

¹⁷ Para esclarecimento entendemos por sincrônica o fato que ocorre, existe ou se apresenta precisamente ao mesmo tempo; simultâneo, tautócrono. De forma diversa, diacrônica é o termo relativo ao estudo ou à compreensão de um fato ou de um conjunto de fatos em sua evolução no tempo. Ver Dicionário Houaiss

¹⁸ Os mapas indicados têm a seguinte referência ROCHA, José Joaquim da. Mapa da Comarca do Serro Frio. In: *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*; descrição geográfica topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 228p. mapa (em bolso). Planta Geral da Capitania de Minas Geraes. ca. 1800. In: COSTA; et al. Op.Cit., p. 189. MIRANDA, Caetano Luís. Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Anno de 1804. In: COSTA; et al. Op.Cit., p. 190. ESCHWEGE, Wilhelm L. von. Teil der Neuen der Capitania von Minas Geraes. Aufgenommen von W. von ESCHWEGE (Parte do novo Mapa da Capitania de Minas Gerais. Levantado por....) In: COSTA; et al. Op.Cit., p.191. HALFELD, H. G. F.; WAGNER, F. Mapa da Província da Minas Gerais (1855). In: HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johann Jakob von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 176p. (encarte). Ademais, desse momento em diante somente far-se-á citações completas em casos particulares.

associados a essas fontes, utiliza-se as anotações de José Joaquim da Rocha e Wilhelm von Eschwege, funcionários régios, responsáveis pela produção de 02 dessas cartas¹⁹.

Entretanto, embora tais mapas se mostrassem importantíssimos no processo da pesquisa, ela não se restringiu somente a cartografia. Para a análise da região leste de Minas Gerais, foram utilizadas diversas fontes ao longo do estudo tais como: os *Relatórios de Presidente de Províncias*²⁰, documentos do Arquivo Ultramarino, Revistas do Instituto Histórico Geográfico do Brasil - RIHGB, exemplares Coleção Mineiriana, relatos de viajantes, memórias, relatórios de oficiais da Coroa e do Império, tratados, além de fontes impressas como livros, artigos, resumos, teses e resenhas.

No caso dos *Relatórios de Presidentes de Província* é importante ressaltar que tais fontes correspondiam às *Fallas* dos Presidentes das Províncias às suas respectivas Assembléias Legislativas Provinciais, e funcionavam como uma espécie de prestação de contas do administrador público ao Poder Central e ao Legislativo. Nesse sentido, ao analisar essas fontes levou-se em consideração vários aspectos, principalmente a natureza do documento. Dessa forma, o tratamento dado aos *Relatórios* foi o de uma fonte oficial, produzida para um determinado fim, e com claras pretensões em se tornar um documento para a posteridade. Dessa maneira, redobra-se a atenção na análise procurando distinguir o que era sofisma, prosopopéia,

¹⁹ Ainda em relação aos cartógrafos, era prática comum a utilização de mapas pré-existentes para a elaboração de outras cartas. Isto ocorreu, por exemplo, com Eschwege que se utilizou dos mapas de José Joaquim da Rocha em suas produções e de Halfeld, que baseia grande parte dos seus trabalhos nos mapas e escritos de Eschwege. Tal prática é indicativa que existia uma circulação de saberes conceituais e técnicos no período, ao menos entre esses cartógrafos. O assunto será abordado mais adiante. Refiro-me às obras ROCHA, José Joaquim da. Op. Cit. 1995, e a ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von; RENGER, Friedrich Ewald. *Jornal do Brasil: 1811-1817* ou, Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: FAPEMIG, 2002, 408p.

²⁰ Chama-se a atenção para a digitalização e disponibilização dos Relatórios de Presidentes de Província do Brasil pelo projeto Brazilian Government Documents do Latin American Microform Project (LAMP) do Center for Research Libraries (CRL). O projeto foi patrocinado pela Fundação Andrew W. Mellon para produzir imagens digitais de séries de publicações emitidas pelo Poder Executivo do Governo do Brasil entre 1821 e 1993, e pelos governos das províncias desde as mais antigas disponíveis para cada província até o fim do Império em 1889. O projeto proporciona acesso via internet aos documentos, facilitando assim a sua utilização por pesquisadores e prestando apoio às pesquisas latino-americanas. O endereço para consulta é <http://www.crl.edu/>.

e o que era real. E, sempre que possível, comparando tais notícias com outros documentos que podiam ou não corroborar os dados fornecidos.

Ainda em relação aos *Relatórios de Presidente de Província*, é importante informar que esses documentos foram elaborados, a partir de 1834, em quase todas as unidades administrativas do Império Brasileiro e tinham como objetivo específico atender a determinação imperial que ordenava o envio de mapas, estatísticas, e informações em geral, sobre as diversas unidades administrativas do Reino²¹.

Grosso modo, os relatórios seguiam uma seqüência de temas, relacionados com as atividades administrativas da província. Geralmente a disposição dos conteúdos vinha com uma *Mensagem Inicial*, onde o Presidente da Província fazia sua apresentação para posteriormente discorrer sobre temas como: Segurança Pública, Ensino, Obras Públicas, Navegação, Colonização, Hospitais, Catequese e Índios²². Não obstante a formalidade característica do texto é possível identificar na documentação inúmeros comentários de cunho pessoal sobre os assuntos abordados, o que evidência em muitos casos o caráter pessoal da documentação.

Foram utilizados basicamente os documentos referentes à Província de Minas Gerais produzidos entre os anos de 1837 até 1870. Consultamos também, em menor escala, os documentos relativos à Província do Espírito Santo. Dentre as seções dos Relatórios, as mais consultadas foram as que tratavam da cartografia, da civilização, dos aldeamentos e dos assuntos referentes à região leste da Província de Minas Gerais.

²¹BORGES, M. E. L. Atlas: com eles também se escrevem memórias nacionais. In: DUTRA, Eliana R. de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política Nação e Edição*. O lugar dos Impressos na Construção da Vida Política. Brasil, Europa e Américas. Séculos XVII-XX. 01 ed. São Paulo: Annablume, 2006, v. 01, 381p.

²² Ainda em relação aos Relatórios de Presidentes no final do documento vinham os Apenso, Anexos e Mappas. É importante esclarecer que termo mappa empregado nos Relatórios de Presidente de Província geralmente remetia a informações estatísticas sobre determinado tema ou região, por exemplo, o quantitativo do número de crimes na província, número de escolas, população. Tais *mappas* não são os mapas cartográficos abordados ao longo dessa pesquisa, contudo é importante ressaltar que freqüentemente as estatísticas produzidas servissem de referência para a produção cartográfica.

Os Relatórios de Presidentes de Província se constituem, em um riquíssimo manancial de informações as mais diversas, não somente sobre a vida administrativa, mas também do cotidiano da Província seus problemas e realizações.

Também os documentos da administração da América portuguesa e do Brasil Imperial forneceram elementos para a análise²³. Tais documentos têm por características, demonstrar o olhar dos agentes da Coroa sobre a região, e expressam políticas e estratégias que, muitas vezes, iam de encontro aos interesses de colonos e dos nativos. Nesses documentos, foi possível observar os avanços e recuos da Coroa em sua relação com o espaço, ora preocupada em entregar a exploração a particulares, ora ela mesma encabeçando essa iniciativa. Também é possível identificar a relação da Coroa com os nativos como, por exemplo, na guerra contra os povos considerados bárbaros e na sua gradativa incorporação. Nesse processo vale lembrar que os colonos eram partícipes na apropriação de terras.

Por fim, buscou-se delinear um conjunto de procedimentos metodológicos voltados para as lides com fontes diversas, com vistas a compreender como ocorreu o processo de povoamento do sertão leste de Minas Gerais. É importante registrar mais uma vez, que a pesquisa teve como foco compreender as articulações e as interações entre as representações contidas nos mapas, os sertões, a Monarquia e os indivíduos. Mais especificamente, analisou-se através das representações cartográficas do período, o avanço da colonização luso-brasileira sobre os sertões do leste mineiro e sobre os nativos que ali habitavam.

O desenvolvimento da pesquisa acabou por suscitar várias questões que estiveram permeando a construção desse estudo. Logo surgiram questões tais como: De que forma é definido o sertão? Quais as idéias de civilização presentes naquele momento histórico? Que

²³ Refiro-me aqui aos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, documentos do Arquivo Público Mineiro – APM e a Revista do Arquivo Público Mineiro – RAPM. As referências bibliográficas desses acervos estão devidamente relacionadas no final texto.

visão do mundo estava representada nos mapas analisados? Em quais circunstâncias as representações do espaço e do sertão foram produzidas, e por que algumas representações se mantiveram por mais tempo que outras? Se existiam interesses por trás das representações e quais seriam? Quem eram as pessoas que elaboraram tais mapas e quais as influências que sofreram? Os mapas podem ser pensados como instrumentos para o domínio e controle sobre o espaço? Todas essas questões perpassaram a elaboração da dissertação e ao longo do trabalho buscou-se refletir sobre esses questionamentos, mesmo sabendo que muitos deles certamente não se esgotariam em apenas uma dissertação de mestrado.

Assim, ao escrever a preocupação recaiu em estabelecer um diálogo estreito com a cartografia e, sempre que possível, torná-la articuladora das demais fontes, como já mencionado.

Nesse sentido, é preciso lembrar que os mapas, como as demais fontes históricas, são frutos de uma dada realidade, e carregam em si traços significativos do momento e dos valores da época em que foram produzidos. Além disso, os mapas são elementos híbridos, são construções que conjugam saberes, “utilizam-se de signos saídos de diferentes linguagens e atendem a objetivos variados”²⁴. Por outro lado, sabe-se também que os mapas influenciam na criação e sustentação de noções de situações históricas. Daí a complexidade de se tratar com essa fonte.

Os mapas são, grosso modo, representações do real, que são formas de compreensão do mundo e do espaço, transmitidas a um suporte material. Nesse sentido, antes da análise das produções cartográficas em si, é importante uma reflexão sobre o conceito de representação. Embora importante, o objetivo aqui estabelecido não é fazer uma reconstrução filosófica das várias definições estabelecidas para o conceito de representação. A idéia é pensar de forma

²⁴ BORGES, Maria Eliza Linhares. Cartografia, poder e imaginário: cartográfica portuguesa e terras de além-mar. In: SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. (ORG.). Inaugurando a História e construindo a nação; discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001 p.128.

pragmática na relação existente entre o conceito de representação e a produção cartográfica e de que forma tal relação auxilia no estudo e compreensão dos mapas.

Assim, partimos do pressuposto de que, diante da impossibilidade de se apreender o real, toda a realidade que nos cerca é constituída por representações. Muito em consonância ao que salienta o historiador francês, Roger Chartier, quando diz que a "representação é o instrumento de um conhecimento mediado que revela um objeto ausente", em outras palavras, o mundo real somente é compreendido através da intercessão dos filtros das representações.²⁵ Nesse sentido, a compreensão do mundo é feita por representações, e a coisa ou objeto não tem existência senão a imagem que exhibe. Ou seja, a representação "é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou pessoa"²⁶.

Aplicando o conceito de representação à análise cartográfica, entende-se que os mapas são uma materialização de determinada representação, ou mesmo, um agente mediador por onde se apreende determinada realidade. Todavia, também é preciso reiterar que este processo não é linear. Em outras palavras, trata-se de uma construção, de uma ação estabelecida pela disputa. Nesse sentido, existem lutas de representação entre "as práticas impostas e as que querem se impor".²⁷ Dessa maneira, temos que o real possui múltiplos sentidos que são construídos pelos interesses dos grupos que fabricam tais significações e não são, portanto, um dado objetivo. Assim, embora a representação esboçada nos mapas pressuponha uma realidade, ela é sempre uma construção mental, definida por códigos e valores existentes quando da sua

²⁵ As reflexões sobre representação, propostas por Roger Chartier, são apropriadas nesse texto para pensar a cartografia. Ver CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: À Beira da Falésia. A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002, pp. 61- 77.

²⁶ CHARTIER, Roger. Op. Cit. p.74. Sobre representação conferir também LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liana. "A Imagem, a Idéia, o Símbolo" e "O Imaginário, a Ideologia e a Ilusão". In: O que é Imaginário. São Paulo: Brasiliense, 1996, pp. 10-34. (Coleção Primeiros Passos, v.309) e o novamente CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro, BERTRAND, 1990. Conferir também FALCON, Francisco J. Calazans. "História e Representação". In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs.). Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papiurus, 2000, pp. 41-79.

²⁷ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: À Beira da Falésia. A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002,

produção. Segundo Beatriz Bueno, “os Impérios, Reinos, Províncias, Comarcas, Bispados [representados nos mapas] são divisões convencionadas e políticas, historicamente definidas e desenhadas de acordo com a natureza das relações sociais em jogo”²⁸.

A percepção de que os mapas são construções mentais, portanto representações, também se estabelece ao enveredar-se pelo campo da lingüística. O verbete *mapa* presente no *Vocabulário Portuguez & Latino*, de Raphael Bluteau traz uma curiosa história sobre o *Mapa da China*.²⁹

Mapa da China – Em seus mapas pintam os Chinas o seu Império vasto, quase hum Mundo; e em seu circuito pintam os Reinos estranhos quase um ponto, sem ordem, e sem composição, e sem sombra de Geografia pequenos, e limitados, com títulos ridículos, e de desprezo. Ao Reino de Sião *Gen Che*, id est, *Reinos de homens anãos*, e tão pequenos, que lhes é necessário andarem juntos, para aparecerem, e se defenderem das Águias, e minhotos, Há outro, que chamam *Neu Gen*, que quer dizer, *Reino, onde todos são mulheres, e nenhum varão*, e que elas concebem, e geram de suas sombras, que na água se representa, concebem, e como a sombra e de mulher, sempre geram fêmeas, e mulheres, como elas. Publicam esta fabula para dizerem, que os mais homens dos mais Reinos não são homens de préstimo³⁰.

O fragmento é interessante, pois, entre outras coisas, traz um registro de como Bluteau interpretou o mapa desenhado pelos chineses. Nesse verbete, podemos identificar como o clérigo observou a forma como os chineses representaram a si próprios, e aos outros povos com os quais faziam fronteira. Da análise do texto, concluir-se que, aos olhos de Bluteau, os chineses tinham uma percepção clara do espaço do seu território e das áreas adjacentes. Reparem que tal descrição nem de longe se pautava por elementos materiais, geográficos ou físicos, ao contrário, o idílico, o mágico e o subjetivo era o que definia a construção da imagem de seus vizinhos.

²⁸ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese. 711p. Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP. São Paulo, 2001. p. 483. [grifo meu]

²⁹ O *Vocabulário Portuguez & Latino* organizado por Bluteau é referencia nas pesquisas sobre o vocabulário português. No caso desta pesquisa a fonte torna-se particularmente importante, pois traz uma interpretação coeva, portanto mais próxima, dos diversos termos presentes nos documentos consultados. Ver BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatômico, architectonico ...* 8 v. Coimbra. 1712 – 1728. Disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/> acesso em 25/10/2008.

³⁰ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatômico, architectonico ...* 8 v. Coimbra. 1712 – 1728. p.17.

Ao analisar mais detidamente o assunto, infere-se que mais do que representar a própria China, os chineses tinham a clara preocupação em construir sua imagem de forma explicitamente distinta das representações dos outros povos que os rodeavam. A desorganização atribuída aos outros reinos, a ridicularização e as expressões pejorativas como; “*Reinos de homens anãos*” e “*Reino, onde todos são mulheres, e nenhum varão*”³¹, certamente foram ferramentas utilizadas para diferenciá-los dos seus vizinhos e contribuía, ao fim, para a construção de uma imagem interna de superioridade da China e dos chineses em relação aos demais reinos.

Entretanto, nem todos os mapas são tão eloquentes ao evidenciar que são uma construção mental, quanto o do *Mapa da China*. Persiste uma forte crença de que os mapas são construções exatas, forjadas sob a égide da verdade, nada tendo de histórico, cultural ou mental.

Freqüentemente, pesquisadores e estudiosos se esquecem da crítica à fonte e se utilizam dos mapas apenas como suporte a determinada idéia, ou como mera ilustração. São vários os fatores que contribuem para esta visão turva, um deles é a ausência de um questionamento mais profundo sobre a própria construção dos mapas. Tal omissão permite sedimentar nas mentes, modelos e convenções largamente estabelecidos e sobre os quais não se questiona.

Por outro lado, ao enveredar pelo campo da teoria da formação das nações, encontra-se a doutrina das *fronteiras naturais*³², que certamente influenciou e teve papel importante na

³¹BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatômico, architectonico ...* 8 v. Coimbra. 1712 – 1728. p.17.

³² A doutrina das fronteiras naturais emergiu do Direito e da Geografia, na França iluminista, no século XVIII, e baseia-se na noção de que as nações estavam predestinadas a ocupar determinado território, circundado por fronteiras naturais. O geógrafo alemão Karl Ritter, em particular, sob influencia de Alexandre von Humbold, concebeu a Terra como um organismo vivo, no qual estaria materializado a vontade divina. O curso dos rios e a morfologia do relevo obedeciam a tal princípio, e à ciência geográfica corresponderia a tarefa de compreender a obra do Criador por meio da razão. De acordo com essa concepção de mundo, as fronteiras existiriam antes de sua efetiva definição e delimitação cabendo aos homens “descobri-las” na trama da natureza. Ver OLIVEIRA. Ivan Tiago Machado. Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil. In. Revista Urutágua – Revista acadêmica multidisciplinar. N. 15 abr./mai./jun./jul. 2008 p. 55. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/015/15oliveira.pdf>

percepção da construção histórica dos mapas. A doutrina, que teve ampla repercussão pelo mundo no século XIX, considerava que as nações já estavam predestinadas a ocupar um determinado espaço na Terra. Assim, segundo este pensamento, as fronteiras, por vontade divina, já estariam insinuantes na natureza, cabendo ao geógrafo somente a tarefa de identificá-las e evidenciá-las. De forma teleológica, as fronteiras já existiriam mesmo antes das nações, não havendo espaço para a possibilidade de construção histórica e cultural do território. Portanto, haveria somente uma legitimação e uma construção histórica que justificasse o fato.³³

Talvez o impacto mais evidente dessa doutrina possa ser verificado nos processos de construção das nações ocorridos no século XIX. A cartografia enquanto instrumento associada à natureza tiveram papel importante na delimitação dos territórios e na criação do imaginário e da unidade.

Conforme salienta Demetrio Magnoli, com relação a este assunto:

A produção do imaginário territorial da nação não pode prescindir de uma fonte de legitimação poderosa: a natureza. O recurso às características e qualidades físico-geográficas do território ancora o espaço da pátria no tempo mítico, libertando-o da pesada carga de contingência e acaso do tempo histórico. A doutrina das fronteiras naturais representa o mais significativo esforço nessa direção e, também, o ponto de encontro das identidades territoriais: a logística e a cartográfica, associada à “fundação” imaginada do território.³⁴

Mais adiante Magnoli aponta para uma característica peculiar ocorrida no século XIX, segundo o pesquisador:

³³ Na definição proposta por Demetrio Magnoli as “Fronteiras naturais – ‘na medida em que esta expressão tem algum sentido’ como observa Aron (1986, p. 277) – são as que coincidem com um acidente geográfico relevante. A ‘natureza’ da doutrina das fronteiras naturais consiste, evidentemente numa seleção arbitrária de acidentes geográficos cuja conveniência oscila ao sabor das conjunturas históricas e dos projetos geopolíticos” no texto Magnoli apresenta ainda uma observação de Paul Allies “trata-se de descobrir os marcos fixos no espaço e sobre o terreno, que alicersem o caráter intocável dos limites. Vê-se já quanto aqui, também, uma topografia se fazendo passar pela ‘natureza’ funciona como precioso auxiliar do direito positivo. ALLIES (1980, p.31) Apud MAGNOLI, Demetrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil, 1808 – 1912*. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997. p 41. Nota

³⁴ MAGNOLI, Demetrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil, 1808 – 1912*. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997. p 41.

No século XIX a noção de fronteiras naturais, de origem francesa foi colonizada pela ideologia do espaço vital, de origem alemã, servindo como justificativa estratégica ou militar para as conquistas territoriais, que dificilmente se poderiam amparar em argumentos morais.³⁵

Assim, ainda em relação à questão da construção histórica das fronteiras, é possível pensar que os mapas, por serem instrumentos ordenadores, desempenharam e desempenham um papel fundamental na construção das imagens sobre aos espaços que representam, influenciando inclusive na percepção do espaço e na construção de unidade.

Enfim, o cartógrafo, ao produzir suas cartas, nomeia, classifica, delimita, omite, constrói e desconstrói espaços segundo seus valores. Dessa forma, para o pesquisador que trabalha com essa documentação, as representações existentes nos mapas não são meras ilustrações pois, oferecem uma fonte passível de interpretações, repleta de informações sobre o vivido. Todavia, como em qualquer fonte, exige a mobilização de saberes específicos para decifrar seus códigos e significados. Além disso, nos mapas está presente a simultaneidade de espaços. Figuram em suas representações elementos distintos de uma época, o que possibilita a articulação interna das representações, ora evidenciando uma determinada região ou aspecto, ora outra.

Todos os elementos discutidos acima, sobre as leituras possíveis de fontes cartográficas, sua natureza e meandros que permeiam o seu uso em conjunto com outros tipos de fontes perpassam a construção dos três capítulos aqui apresentados.

Quanto à estrutura do texto, ela foi dividida de forma a alicerçar a análise do objeto de pesquisa e a facilitar o desenvolvimento dos argumentos.

Já no primeiro capítulo, as atenções se voltam para o sertão e para a civilização. Propõe-se uma investigação sobre quais as formas como o sertão foi e é abordado nos diferentes tempos pela historiografia. Interessou principalmente pensar na relação entre sertão e civilização, nas

³⁵ MAGNOLI, Demetrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil, 1808 – 1912*. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997. p 95.

diferentes abordagens sobre o sertão; no sertão em Minas Gerais no final do século XVIII e no século XIX; e particularmente o sertão leste mineiro. Outra questão importante nesse capítulo, foi tentar estabelecer as relações existentes entre Coroa, colonos e nativos, especialmente nos chamados sertões do leste de Minas.

O diálogo com algumas referências teóricas foi essencial, além da documentação produzida por diversos agentes da Coroa, incluindo nesse grupo os cartógrafos. O conceito de *civilização* foi trabalhado principalmente com a proposição de Norbert Elias, no intuito de compreender as expectativas produzidas pela Coroa portuguesa sobre o Brasil e principalmente sobre a região leste de Minas. Outro ponto de reflexão foi pensar como tais expectativas se inseriram nas diversas esferas da administração régia e de como o Poder Central se portou diante de tais questões. Interessou caracterizar a visão do Coroa sobre os nativos e sobre o espaço do leste mineiro. O conceito de *civilização*, introduzido nesse capítulo, serviu como referência para as discussões propostas nos capítulos seguintes.

No segundo capítulo concentram-se as análises dos mapas enquanto instrumentos de ordenação do espaço e, sobretudo, como ferramentas para o conhecimento dos sertões do leste mineiro. O objetivo foi observar como a região foi representada, no período que vai do final do século XVIII até o início do século XIX. A idéia foi discutir e evidenciar a relação entre os nativos e a representação cartografia. Outro objetivo foi problematizar as diversas relações existentes no processo de produção dos mapas. Assim, foram utilizados como fontes os próprios mapas, as memórias dos cartógrafos, os documentos da administração régia e alguns teóricos. Nessa unidade, pretendeu-se também pesquisar um pouco da tradição e do desenvolvimento da cartografia portuguesa e na tentativa de entender como tal tradição influenciou na confecção dos mapas e na forma de representação do mundo.

No terceiro capítulo, foram abordadas as novas concepções cartográficas que se tornaram realidade no século XIX, comparando-as com o cenário estabelecido no século anterior. O comércio dos mapas e os novos usos da cartografia também foram alvo de análise. A ênfase recaiu na questão da representação dos nativos e da região leste de Minas, especialmente na figura do Botocudo representado explicitamente na cartografia de Eschwege (1820).

Atenção especial foi dada à construção do Mapa da Província de Minas (1855) de Wagner/Halfeld, que revelou muito das dificuldades, da forma como esse mapa foi construído e dos anseios aos quais deveria corresponder. Ainda em relação ao capítulo 03, outra questão presente foi a mudança significativa na representação da região leste de Minas o que motivou uma reflexão sobre o uso dos mapas como instrumentos de projeção de um ideal de nação e de civilização.

Por fim, nas *Considerações Finais*, fizemos um resumo das reflexões presentes em cada capítulo com ênfase nas principais idéias desenvolvidas. O objetivo foi justamente o de retomar as questões propostas em cada uma das unidades e evidenciar as considerações presentes em cada uma delas. Assim, questões como as mudanças em relação à representação cartográfica do sertão leste de Minas, a gradativa apropriação da região pela Coroa portuguesa e pelo Brasil Império, a interação entre colonos, nativos e o espaço, os anseios e projetos para o sertão leste e as estratégias para incorporação do espaço foram temas retomados nesse momento e sobre os quais foram tecidas considerações.

CAPÍTULO 01: CIVILIZAÇÃO E SERTÕES

É este o bravo botocudo devorador de carne humana e senhor de toda aquela dilatada mata, da qual, pelo seu grande número, tem extinto e afugentado outras nações que na mesma habitavam; é por isso temido, respeitado e absoluto dominador daqueles extensos matos, **sem que a experiência tenha alcançado meio de se poder civilizar e só com excessivo trabalho se poderá extinguir e não domar.**³⁶

Esses foram os termos que o alferes e cartógrafo José Joaquim da Rocha utilizou para transmitir ao governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Rodrigo José de Menezes, notícias a respeito dos índios Botocudos que habitavam o sertão do Rio Doce e sobre o insucesso obtido, até aquele momento, em se *civilizar* tais nativos. Escritas em 1780, as palavras do cartógrafo davam conta do clima de animosidade existente no sertão do leste mineiro e anunciavam o tom de radicalização da Monarquia em relação aos índios, que se acentuaria nos anos seguintes.

A visão sobre os Botocudos observada no relato do alferes, não chegava a ser um fato isolado e o comentário sobre estes índios somava-se a inúmeros outros referentes aos sertões do leste mineiro e aos demais nativos que nele habitavam. De fato, por trás das palavras de Rocha, existia mais que uma simples constatação de um funcionário régio originário de Portugal, que fez comentários depreciativos sobre a colônia. Uma observação atenta sobre o período aponta para um pensamento que orientava, não somente o olhar do cartógrafo, como também o de grande parte da sociedade colonial e das autoridades metropolitanas. Em uníssono, sob a batuta da Coroa portuguesa, constituía-se uma política orquestrada para *civilizar* indivíduos e espaços; nativos e sertões.

³⁶ Notícia sobre os nativos que habitavam os sertões do leste de Minas, dada pelo cartógrafo e alferes José Joaquim da Rocha ao Governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Rodrigo José de Menezes, a quem o militar dedica uma extensa memória. ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*; descrição geográfica topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p.192.

O relato do cartógrafo aponta para os temas da conquista e da dominação que, neste caso, misturavam-se também com a idéia de civilização. Mas não somente isso. É possível, a partir deste trecho, levantar ao menos duas questões relevantes. A primeira delas é a qual civilização se referia José Joaquim da Rocha quando escreveu o relato? E a segunda, e não menos importante, é o que afinal significava civilizar? O caminho para encontrar as respostas para ambas as questões passa indubitavelmente por uma reflexão sobre o conceito de *civilização*.

O historiador alemão Norbert Elias discute o tema no livro, *O processo civilizador*³⁷, a partir de uma investigação dos modos e hábitos da cultura européia. Para o autor, hábitos, comportamentos e costumes, entendidos freqüentemente como naturais, são na realidade frutos de uma construção e de um processo cultural. Ao dialogar com a obra de Erasmo de Rotterdam, *De civilitate morum puerilium – Da civilidade em crianças*, Elias mostra como os costumes e hábitos foram e são edificados ao longo dos anos. Nas palavras do pesquisador, a “civilização” que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que nos perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nos mesmo estamos envolvidos”³⁸. Dessa forma, a noção do que é ou não civilizado não assume uma posição hermética, fechada. Ao contrário, varia conforme o tempo e o lugar de produção desse entendimento.

Ainda segundo Norbert Elias, o conceito de *civilização*:

expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Ele [o conceito de **civilização**] resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior as sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. **Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constituiu o caráter especial e aquilo que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais**³⁹.

³⁷ Ver ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Vol.1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

³⁸ ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Vol.1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p.73.

³⁹ ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Vol.1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p.23.

Nesta perspectiva, a civilização resumiria os bons valores de uma determinada sociedade em um determinado tempo, ou seja, aquilo que seria mais precioso, constituindo o modelo que se desejaria alcançar, manter e transmitir.⁴⁰

Correlacionando as proposições de Norbert Elias com o relato de José Joaquim da Rocha sobre os nativos e os sertões mineiros, é possível identificar indícios do que seria a visão de mundo civilizado do cartógrafo e compreender com maior propriedade suas palavras.

Observa-se que o *civilizar* ao qual Rocha se referia aproximava-se da conformação da sociedade lusitana da época. Dessa forma, a despeito da incredulidade do cartógrafo em relação à possibilidade de se *domar* os nativos Botocudos do Rio Doce naquele momento, a concepção de civilidade lusa significava levar para os confins do Império os modos, hábitos e costumes de sua sociedade. Referia-se especialmente à religião, um dos seus baluartes culturais, intenção que se inseria no mesmo movimento civilizatório iniciado, desde o século XVI, pelas primeiras naus que atracaram em terras tropicais, trazendo não somente indivíduos, mas, sobretudo, o modo de vida e os costumes vigentes na sociedade portuguesa da época.

Nesse sentido, a idéia de civilizar os sertões mineiros entrelaçava-se com os princípios da catequese cristã, ou seja, à Coroa portuguesa interessava evangelizar os povos ditos selvagens levando até eles os valores cristãos e trazendo-os ao seio da sociedade lusa.

⁴⁰ Sobre civilização é importante informar ainda, que existem diferentes definições para o conceito. Outra delas é a de Fernand Braudel que diverge em parte com o pensamento de Norbert Elias. Braudel considera que “uma civilização é antes de tudo um espaço, uma ‘área cultural’, dizem os antropólogos, uma morada [...] imaginem uma massa muito diversificada de ‘bens’, de traços culturais, ao mesmo tempo a forma, o material das casas, seu teto, e certas artes de flecha guarnecida de penas ou um dialeto ou grupo de dialetos, gostos culinários, uma técnica específica, uma maneira de crer, uma maneira de amar, ou ainda a bússola, o papel a imprensa. O agrupamento regular, a freqüência de certos traços, sua ubiqüidade é que constituem os primeiros sinais de uma coerência cultural. Se a esta coerência no espaço vem somar-se uma permanência no tempo, denomino civilização ou cultura o conjunto, o ‘total’ do repertório. Esse total é a ‘forma’ da civilização assim reconhecida como civilização”. Ver BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a historia. São Paulo: Perspectiva, 1992, p.269.

Guardadas as devidas proporções histórico-espaciais, era necessário empreender uma espécie de *cruzada* nos sertões, incorporando os nativos à Coroa pela fé cristã.

Tal pensamento não é nenhuma novidade, Norbert Elias argumenta que:

Em nome da cruz e mais tarde da civilização, a sociedade do ocidente empenhou-se, durante a Idade Média, em guerras de colonização e expansão. **E a despeito de toda a sua secularização, o lema “civilização” conserva sempre um eco da Cristandade Latina e das Cruzadas de cavaleiros e senhores feudais.**⁴¹

No caso do sertão mineiro, o tal *eco da Cristandade Latina* podia ser percebido na própria estrutura montada pela Coroa para civilizar os indígenas, pois com frequência contava com a presença da Igreja Católica na execução da empreitada. Além disso, nunca é demais mencionar a estreita relação entre Coroa Portuguesa e Igreja Católica ratificada pelo *padroado régio*⁴². Nesse sentido, funcionários régios e clérigos estavam lado a lado em suas missões de civilizar e catequizar nativos, assim como em moldar e transformar os sertões.

Obviamente, o interesse da Coroa em se apropriar dos sertões não significava empreender uma versão setecentista das Cruzadas, mas sim, civilizar e incorporar aqueles espaços e aos índios que ali habitavam por meio da religião.

A compreensão desse *processo de civilização* é fundamental para serem identificados os valores vigentes à época de José Joaquim da Rocha, e para perceber como essa visão de mundo se fazia transparecer nos vestígios deixados pelo cartógrafo, tanto em seus mapas quanto em

⁴¹ ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. v.1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 67. [grifo nosso]

⁴² O chamado *padroado régio* era o direito do Rei de Portugal concedido a certas pessoas, físicas ou morais, de nomear ou apresentar um clérigo para ocupar um cargo eclesiástico. No caso das Américas a jurisdição eclesiástica das terras conquistadas ou a conquistar por Portugal ficava a cargo da Ordem de Cristo, cujo Grão-Mestre era o rei português. Assim, a coroa portuguesa tinha uma autonomia, dada pelo Papa, para a escolha dos bispos, cônegos e párocos, criação de dioceses e paróquias, além de usufruir dos rendimentos dos dízimos. Por sua vez, a Coroa deveria arcar com as despesas dos clérigos, através do pagamento de *côngruas*, uma pensão paga aos párocos para seu sustento. O *padroado régio* no Brasil perpassou todo o período Colonial e Imperial, e foi extinto somente após a proclamação da República, pelo Decreto de 7 de Janeiro de 1890⁴². Tal decreto separou Igreja e Estado além de declarar “extinto o *padroado* com todas as suas instituições e prerrogativas”. Na prática isso significava a formalização da laicização do Estado e vinha ao encontro dos ideais positivos, buscados na fundação da república brasileira. Para maiores informações sobre *padroado* e irmandades leigas conferir BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder: Irmandades leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Editora Etica, 1986.

suas Memórias, como por exemplo, na *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*⁴³.

Além disso, é importante atentar para o fato de que, a idéia de civilizar norteava as decisões da Coroa e impactava, ainda que em níveis diferenciados, os textos produzidos, os mapas, os relatos e principalmente as ações dos indivíduos.

1.1- Sertão: “*divisão vaga*”, categoria social.

A mesma visão de mundo que orientava a sociedade portuguesa em relação aos nativos também orientava a sua percepção dos lugares. O olhar português sobre o espaço distinguia claramente aquilo que era conhecido, do que ainda estava por conhecer. Nesse sentido, na concepção da Coroa lusa o sertão representava uma zona desorganizada, inculta, um espaço a ser civilizado pelas mãos de colonos e de funcionários régios. Uma região que se contrapunha aos núcleos urbanos e às rotas conhecidas.

Esta forma de se relacionar com os espaços, hierarquizando-os conforme o grau de conhecimento e domínio sobre eles existia antes mesmo da chegada dos primeiros colonizadores portugueses em terras brasileiras. Em Portugal, os habitantes já utilizavam a palavra, grafando-a *sertão* ou *certão*, para se referirem às áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa. Com a expansão marítima, a partir do século XV, a palavra passou a nomear os espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas,

⁴³ Ver ROCHA, José Joaquim da; RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 226p. A pesquisadora Fernanda Borges de Moraes chama a atenção para o fato de Rocha contar nessa produção com o auxílio de Francisco Antonio Rebelo, autor Erário Régio de S. M. F. ministrado pela junta da Real Fazenda de Vila Rica (1768). Ver MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.v.II, p. 96.

mas sobre os quais pouco ou nada se sabia. Alguns estudiosos apontam ainda que a etimologia da palavra sertão associava-se a idéia de deserto, desertor ou *desertum*, transmitindo a noção daquele que sai da fileira e da ordem⁴⁴.

Tais concepções perduraram durante os séculos subseqüentes com algumas pequenas alterações, mas sempre mantendo associada à noção de apropriação e de incorporação de espaços conforme os ditames da sociedade lusa. Não é por acaso que, nos discursos sobre os sertões, geralmente estivesse implícita a idéia de civilização e de conquista. E também não é por acaso que essas visões repercutissem nas representações dos sertões ao longo dos anos.

No caso do Brasil, ao longo do tempo, as representações do sertão penetraram profundamente nas estruturas de pensamento. A História Social brasileira interessou-se particularmente sobre o tema do sertão, e suas formas de entendimento, apropriação e representação, que mereceu atenção de vários estudiosos. A pesquisadora Janaína Amado destaca esse fato e enfatiza que o sertão permeia o imaginário brasileiro em vários setores, associando-se com a própria idéia de Brasil. A frequência do tema em áreas do conhecimento como a literatura, artes, pintura e artes visuais “dão provas da sua importância e de seu grau de amalgamento com a cultura nacional”.⁴⁵

Segundo a autora, o sertão saiu dos limites da representação geográfica e se tornou uma categoria do pensamento social. Inicialmente, o termo se relaciona à formação do Estado Português, nos séculos XII e XIII, passa pela construção do seu Império Ultramarino e consolida-se nas produções históricas brasileiras do século XIX. Tais produções estavam

⁴⁴ Nesse texto, a autora investiga as diversas possibilidades de abordagem do sertão e como a historiografia e fornece um rico manancial de interpretações sobre o tema. Ver AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 15, pp. 145-147, 1995.

⁴⁵ Entre as várias e expressivas obras da literatura brasileira temos como exemplo Os Sertões, de Euclides da Cunha, Grande Sertões: Veredas, de Guimarães Rosa e Vidas Secas, de Graciliano Ramos AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 15, 1995, p. 146.

relacionadas principalmente à idéia de formação da nação⁴⁶. Janaína Amado também lembra que entre os anos 1870 e 1940, o “sertão chegou a constituir uma categoria absolutamente essencial ‘mesmo quando rejeitada’ em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira”⁴⁷. Isto ocorreu em grande medida, pelo pensamento de historiadores como Varnhagen, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna, todos reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, que estavam preocupados com a unidade e formação da nação brasileira. Mas não foram somente esses autores que abordaram o tema. No século XX, o sertão ainda aparece como uma categoria instituinte de forma explícita ou tangencial em trabalhos de outros pesquisadores como Nelson Werneck Sodré, Sérgio Buarque de Holanda, Cassiano Ricardo e Caio Prado Júnior.

Retornando ao sentido da palavra *sertão* pode-se, de modo geral, pensar que o termo remete à noção de uma paisagem vazia, de um espaço interiorizado e longínquo, ou de uma região inculta e desconhecida. No caso da América Portuguesa, sabemos que desde o início da coloniza o o sertão foi definido a partir de uma dicotomia entre espaços simbólicos. Ou seja, primeiramente o sertão se caracterizou em oposi o ao litoral, para além das terras até então conhecidas e exploradas pelos portugueses. Paulatinamente, com o desbravamento dessas regiões, o sertão passou a ser entendido como uma contraposi o aos espaços urbanos já estabelecidos⁴⁸. Todavia, tais caracteriza es definiam e definem o sertão pelo o que ele não

⁴⁶ Ver AMADO, Janaína. Região, Sertão, Na o. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n  15, pp. 145-147, 1995. Sobre a forma o da idéia de na o no Brasil. Conferir também SILVA, Ana Rosa Clochet da. Inventando a na o: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português , 1750-1822. São Paulo: Hucitec, 2006.

⁴⁷ AMADO, Janaína. Região, Sertão, Na o. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n  15, 1995, p.147.

⁴⁸ AMADO, Janaína. Região, Sertão, Na o. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n  15, 1995, p.146.

é, ou seja, pela negação, seguindo uma lógica externa “onde os limites impostos se balizavam pelos espaços conhecidos”⁴⁹.

E era em função dessa antítese de espaços que o sertão também delimitava as áreas conhecidas, afirmando e definindo o que era, ou não, civilizado, correlacionando, mais uma vez, a idéia de sertão e de civilização. Desse processo resultava que, ao se estudar os sertões, criavam-se categorias antagônicas e complementares, por exemplo, como os pares: conhecido *versus* desconhecido e urbano *versus* rural, bárbaro *versus* civilizado e assim por diante.

É importante lembrar que o entendimento do Brasil através de antinomias ocorreu freqüentemente ao longo do século XVIII e XIX. Conforme observa Maria Eliza Borges, em relação aos relatos deixados sobre o Brasil:

(...) pode-se verificar a permanência, no tempo, de pelo menos duas visões sobre o Brasil. Para uns, ele se apresenta como um lugar da inversão das leis da natureza, o que fundamenta sua identificação com um mundo bárbaro e selvagem; para outros, o Brasil é a própria encarnação do paraíso na terrestre.⁵⁰

Além disso, não é somente a noção estrita de deserto, de despovoado ou de incivilizado, que se sobressai nas análises. Existe uma noção de que o sertão também se definiria a partir de sua não-inserção na estrutura administrativa, jurídica, militar e eclesiástica do reino, em outras palavras, dentro daqueles parâmetros considerados civilizados pela Coroa portuguesa.

Trabalhando com o modelo centro-periferia ao analisar a ocupação espacial da colonização portuguesa, Russell-Wood toma como núcleo-centro, o urbano e apresenta importante caracterização do sertão. Não o limitando a uma simples categoria periférica, e chamando a atenção para o alto grau de autonomia dessas regiões. Segundo o ele:

⁴⁹ CHAVES, Edneila Rodrigues. O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas. 2004. Dissertação (mestrado), UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, p. 18.

⁵⁰ BORGES, Maria Eliza Linhares. “A hermenêutica cartográfica em uma sociedade miscigenada”. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). *O Trabalho Mestiço* - maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX. São Paulo/ Belo Horizonte: Annablume/PPGH/UFMG, 2002, p.107.

Em suas formas mais extremadas, as periferias eram associadas a um termo muito usado em Angola e no Brasil: *o sertão*. Abrangia a extensão crescente, árida e semi-árida, dos interiores de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, até Piauí, Ceará e Maranhão, submetida aos excessos de temperatura e clima, a longos períodos de seca, violentas tempestades e inundações relampejantes. Unia-se a isto uma vegetação composta de erva daninha, cerrado de cactos e arbustos espinhentos, constituindo-se em obstáculo a possíveis intrusos. Na mente dos reis, conselheiros metropolitanos, administradores coloniais e muitos colonos, o sertão ou os sertões estavam associados à desordem, ao desvirtuamento e à instabilidade. Eles eram vistos como sendo povoados por pessoas (de acordo com rumores, algumas eram grotescas) marginalizadas na melhor das hipóteses, ou totalmente situadas para além dos limites impostos pelos padrões metropolitanos em termos de ortodoxia religiosa, costumes, moralidade, cultura e relações interpessoais. A civilidade estava ausente, o barbarismo reinava. Quando a palavra sertão aparece nos mapas coloniais, vem invariavelmente acompanhada de um termo que a qualifique etnograficamente, tal como "sertão dos tapuias". Dado os constrangimentos da administração portuguesa, os sertões poderiam se localizar para além do alcance do governo ou, na verdade, tão distantes como se estivessem efetivamente fora do império. Assim sendo, eles tinham um alto grau de autonomia. Para todos, salvo para os sertanejos, o sertão era um estado de espírito e de percepções: descrevê-lo como simples periferia é ignorar a multiplicidade de conotações que a palavra e a região evocam.⁵¹

Nesse sentido, São por esses motivos que os limites dos sertões eram constantemente vistos e revistos conforme o conhecimento, a ocupação, a expressão da lei e a inserção do aparato administrativo e judiciário em determinada porção do território. Do ponto de vista administrativo, da coleta de informações e especificamente da construção cartográfica, esses dilemas tornavam a representação desses espaços uma tarefa bastante árdua.⁵²

Exemplo dessas regiões de difícil penetração do aparato burocrático administrativo nos é dado por Carla Anastasia⁵³ que, em sua pesquisa sobre a violência nos setecentos, nos lembra que *as áreas proibidas*, onde basicamente figuravam os sertões, tornaram-se

⁵¹ O historiador analisa diferentes aspectos da sociedade colonial sob o prisma do modelo centro-periferia e segundo Russell-Wood, embora "as políticas aplicáveis ao Brasil fossem concebidas e formuladas em Lisboa" e que houvesse um "Imperialismo Cultural" da metrópole sobre a colônia, a realidade em terras do ultramar era bem diversa. Assim, rapidamente os colonos perceberam a "vulnerabilidade" administrativa e encontram formas de atuação que garantiam maior participação política e que conseqüentemente relativizavam a dureza do eixo metrópole-colônia. RUSSELL-WOOD, A. J. R.. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. Revista brasileira de História, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 set. 2009.

⁵² ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC, 2005, p.69.

⁵³ Ver ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

geralmente áreas de “*non-droit*”, redutos de poder privado onde a justiça não conseguiu prevalecer, e que desafiavam continuamente o poder metropolitano⁵⁴.

Com base nessas perspectivas, o sertão seria um espaço de mobilidade física e sua geografia seria indefinida com limites indeterminados. Esta imprecisão tornava impossível definir exatamente onde esses espaços começavam, acabavam e ainda que houvesse a possibilidade de localizá-los espacialmente. O sertão, ou sertões seria analiticamente o fruto de uma construção mental.

A respeito dessa construção mental, Harulf Espíndola afirma que:

Na análise do conjunto das diversas imagens associadas ao sertão, essas representações expressavam, e ainda expressam, muito mais o imaginário coletivo, do que realidades propriamente materiais, pois a força da categoria sertão localiza-se não em si mesma, mas no significado que a experiência histórica das sociedades que a utilizam lhe conferiu⁵⁵.

Este texto nos permite pensar mais uma vez na correlação entre civilização e sertão, pois é justamente nesta *experiência histórica*, a qual nos relata Espíndola, que está inserida a noção de *civilização*, ponto fundamental que direcionava e direciona o olhar dos indivíduos sobre o espaço.

Na prática, do ponto de vista administrativo e estratégico, a imprecisão espacial tornava-se cada vez mais um problema para as pretensões da Coroa lusitana. Quer seja pela falta de informações sobre o território, quer seja pela falta de instrumentos eficazes no planejamento das ações. É neste contexto que os mapas, enquanto instrumentos de conhecimento do espaço ganham uma dimensão estratégica cada vez maior e se tornam mais necessários. Afinal era mais que necessário conhecer.

⁵⁴ A tese de Anastasia se refere, entre outras coisas, aos potentados locais e aos seus mecanismos para manter o poder em uma região onde a penetração do aparato administrativo central era precária. ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. p.109.

⁵⁵ ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC, 2005, p.76.

1.2- Os vastos sertões de Minas

As noções de civilização e de sertão abordadas anteriormente também são válidas para a região das Minas Gerais. O processo de desbravamento, de apropriação e de incorporação dos sertões dessa Capitania/Província seguiu os ditames então vigentes na sociedade luso-brasileira, mobilizando diversos indivíduos, cada qual com uma motivação. O sertão mineiro instigava uma dualidade de sentimentos. Por um lado, existia o medo do desconhecido, dos ataques dos índios gentios bravios, das feras e da natureza selvagem, verdadeiras barreiras ao desbravamento dos sertões, e por outro lado, vislumbravam muitas oportunidades de enriquecimento nessas regiões. O desafio de descobrir e conquistar fortuna estimulava e atraía os desbravadores a adentrar nos sertões.

Ao longo do século XVIII e XIX, os sertões da Capitania/Província de Minas podiam ser entendidos como aquelas regiões que figuravam fora das zonas mineradoras, das rotas comerciais e dos aglomerados urbanos. Havia dessa forma uma divisão de espaços balizados pelo conhecido, pelo que era urbano e pelo que não era. A pesquisadora Fernanda Borges Moraes chama a atenção para essa divisão e aponta para os primeiros indícios dessa fragmentação, segundo ela a “cisão entre as Minas urbanas e seu sertão [...] não foi forjada pela historiografia contemporânea, mas já se insinuava nos relatos do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire”⁵⁶. De fato, como a própria pesquisadora evidenciou o naturalista francês já esboçava essa contraposição de espaços. De acordo com Saint-Hilaire:

⁵⁶ MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.33.

O nome de Sertão ou Deserto não designa uma divisão política de território; não indica senão uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e, principalmente, pela escassez de população. O Sertão compreende, nas Minas, a bacia do S. Francisco e dos seus afluentes, e se estende desde a cadeia que continua a Serra da Mantiqueira ou, pelo menos quase a partir dessa cadeia até os limites ocidentais da província. Abarca, ao sul, uma pequena parte da comarca do Rio das Mortes, a leste, uma imensa porção das comarcas de Sabará e do Serro do Frio, e finalmente, a oeste, toda a comarca de Paracatu situada ao ocidente do São Francisco. Essa imensa região constitui assim cerca de metade da Província de Minas Gerais, e se estende aproximadamente, desde os 13º até os 21º de latitude; mas não se deve pensar que o sertão se restrinja à Província de Minas Gerais; prolonga-se pelas da Bahia e Pernambuco, e a Província de Goiás, pela qual se continua, não é ela toda senão um deserto.⁵⁷

Cotejando o relato do naturalista francês com o mapa de José Joaquim da Rocha de 1777 podemos esboçar um entendimento do que representava o sertão de Minas no final do século XVIII e início do século XIX (FIGURA 01).

⁵⁷ Auguste de Saint-Hilaire percorreu vastas áreas do Brasil entre os anos de 1816 a 1822 e deixou como registro vários relatos de suas experiências na América Portuguesa. Ver SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. p. 307. *Apud* MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.34.



FIGURA 01 – Mappa da Capitania de Minas Gerais 1777 - Destaque para o que era aproximadamente considerado sertão.

Fonte: Mapa base: Rocha, José Joaquim da, ca.1740-1804.Mappa da Capitania de Minas Geraes... / Jozé Joaqm. da Rocha o fez, 1777, Biblioteca Nacional (Brasil)

Conforme pode ser visto no mapa, os sertões representavam grande parte do território Capitania de Minas e sobre o qual se tinha pouca ou nenhuma informação. Ainda sobre esses

espaços, Saint-Hilaire é minucioso em seu relato e também apontava para a diversidade de sertões existentes, tal fato sugere certa especificidade de cada um deles.

Várias províncias, e todas, talvez, tenham seu sertão, que é a sua parte mais deserta. Os sertões de Minas, Bahia, Pernambuco são regiões descobertas, e o da Província do Espírito Santo apresenta densas florestas. Parece mesmo que uma única província pode ter vários sertões, pois que, além do de Bahia, vizinho do sertão de Minas, as florestas desertas que se estendem a oeste do litoral para o lado de Belmonte são ainda sertão. O começo dos rios que vêm de leste não está sempre compreendido no Sertão: Sabará sobre o Rio das Velhas não faz parte do Deserto.

Ao sul, a povoação de Formiga, a 7 léguas da vila de Tamanduá, é considerada como estando situada à entrada do Sertão; mas, assim como o disse, é difícil que não haja muita indeterminação nessa divisão, que não é resultado de nenhum limite setentrional.

Para dar ao Sertão de Minas uma divisão tão natural quanto possível, é necessário, creio, começar, do lado do sul, nas nascentes do São Francisco, e, do lado de leste, na cadeia ocidental.⁵⁸

Assim também ocorria com os chamados sertões do Rio São Francisco durante o século XVIII, que se caracterizava como um bom exemplo de regiões ermas com poucas, ou nenhuma informação disponível para a administração régia. Prova disso é que tais sertões, embora bastante distantes da sede da comarca de Sabará, eram incluídos nessa unidade administrativa “em função da indefinição dos limites territoriais de cada jurisdição”⁵⁹.

O naturalista austríaco, Virgil Von Helmreicher, que entre os anos de 1835 e 1845, visitou Minas Gerais, apontava para uma mudança na percepção do sertão do São Francisco. Segundo ele, o sertão se definia da seguinte maneira:⁶⁰

⁵⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1975. p. 307. Apud MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.34.

⁵⁹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Potentados e Bandidos: os motins do São Francisco. In. Revista do Departamento de História – FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, v.9, 1989. p.75.

⁶⁰ O relato está na coletânea das obras do engenheiro de minas e geólogo Virgil von Helmreicher, austríaco que esteve em Minas Gerais nos anos de 1835 – 1845. O livro traz as observações do pesquisador acerca da mineração em Gongo – Soco, dos diamantes de Grão-Mogol e os seus relatos de viagens. O original em alemão foi traduzido por Friedrich E. Renger que ainda traz uma ótima biografia do autor. Ver HELMREICHEN, Virgil von. Obras várias de Virgil von Helmreichen (1805-1852): contribuições à geologia do Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.

Por sertão, é conhecido o interior de uma região ainda desabitada ou que somente serve aos índios como reduto de caça e pesca. A grande bacia do Rio São Francisco há poucas décadas ainda podia ser considerada sertão típico, no mais restrito sentido da palavra, e continua mantendo este cognome, apesar de hoje já ser habitada, mesmo que esparsamente, por europeus e africanos.⁶¹

Para Helmreicher o sertão era visto como uma região desabitada, ou habitada por índios, o que, por fim, teria o mesmo sentido na concepção do viajante europeu. Helmreicher apontava ainda uma imprecisão na utilização do termo sertão para designar a bacia do Rio São Francisco, pois, segundo suas palavras, a região já era habitada por *europeus e africanos*. Aqui fica clara a noção de que o sertão corresponderia ao não civilizado, noção manifestada no estranhamento do viajante frente à idéia de que ele estava vazio. Ora se havia europeus naquela área, e também existissem índios, o sertão não poderia ser considerado desabitado. O relato é referente à bacia do Rio São Francisco, mas também pode ser estendido para outras partes da Capitania, inclusive a região leste que na época também recebia a denominação de sertão.

A particularidade dos sertões ao leste de Minas é que esta região permanecia como um hiato no processo de ocupação da então Capitania. Como chamava a atenção Handelman “mesmo após mais de trezentos anos de colonização, [os sertões do leste] resistiram como uma das últimas fronteiras a ser explorada e apropriada pela Coroa Portuguesa”⁶². O fato é curioso, pois os sertões do leste estavam localizados próximos ao litoral sudeste, região de povoamento antigo, e à área central das Minas, que se destacava por abrigar uma densa rede urbana em função da mineração⁶³. Outro fator de singularidade, é que os sertões do leste estavam rodeados por ocupações antigas que eram pólos da colonização portuguesa como, por

⁶¹ HELMREICHEN, Virgil von. Obras várias de Virgil von Helmreichen (1805-1852): contribuições à geologia do Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002, p.56.

⁶² O historiador Handelman chegou a dizer em sua História do Brasil que, excetuando o alto Amazonas, era essa a zona mais escassamente povoada do Império. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p.106.

⁶³ FONSECA, Cláudia Damasceno. Pouvoirs, Villes et Territoires – Genèse et représentations des espaces urbains le Minas Gerais, XVIII – début du XIX siècle. 2001, 622p. Tese (Doutorado), École Dês Hautes Études en Sciences Sociales.

exemplo, a cidade do Rio de Janeiro, principal porto da América Portuguesa, e que, desde 1763 era a sede administrativa da colônia. Existiam também algumas vilas da Capitania do Espírito Santos, que embora predominantemente localizadas no litoral, estavam a bastante tempo implantadas.

Uma explicação bastante utilizada para justificar a ausência de ocupação e povoamento nesta região é a proibição que constava no Real Erário, de 18 de novembro de 1773, quanto ao estabelecimento de caminhos pelo Rio Doce e Cuité que levassem ao litoral⁶⁴. Esse fato é importante, pois demonstra a política oficial para a ocupação da região. Entretanto, pesa contra esse argumento a distância entre o discurso e a prática. A sociedade portuguesa da época era movida por interesses diversos, e que nem sempre uma determinação régia tinha força suficiente para conter o ímpeto de indivíduos em desbravar o sertão⁶⁵. Além disso, a falta de recursos e de pessoas tornava o aparato administrativo pouco eficiente em termos de fiscalização daqueles espaços. É importante registrar ainda, que a proibição de 1773 não foi a primeira restrição oficial à penetração dos sertões do leste. Antes, a Coroa já havia emitido em 1704, 1710 e 1733 ordens proibindo qualquer tipo de comunicação terrestre entre as Minas e a Capitania do Espírito Santo⁶⁶. Tal fato, por um lado, evidencia a preocupação da Coroa em conter o avanço sobre aqueles espaços, e por outro, demonstra a ineficiência das ordens anteriormente promulgadas.

Ainda sobre esse assunto, talvez a imagem dos sertões do leste como um local de selvageria e de barbárie tenha contribuído de forma mais significativa para o isolamento da região

⁶⁴ Ordem do Real Erário, de 18 de novembro de 1773. Arquivo Nacional, Fundo Família Lobo Leite Pereira; In. Demerval José Pimenta. Caminhos de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1971. p.22-23.

⁶⁵ Um exemplo claro sobre o abismo existente entre as leis e as práticas sociais no período colonial e sobre as relações de poder no Distrito Diamantino, conferir FURTADO, Júnia Ferreira. O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2008. 234p

⁶⁶ PIMENTA, Demerval José. Caminhos de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1971. p. 22-23. Apud MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.v.II,

do que a ordem do Erário Régio. Além disso, é fato que o temor dos Botocudos, dos Puris, dos Coroados e de tantos outros grupos indígenas que viviam na Capitania das Minas Gerais, tinha influência sobre os colonos. Essa sensação de ameaça perpassou todo o século XVIII e se manteve, ainda que em menor grau, por boa parte do século XIX. É importante destacar que o medo dos colonos em relação aos nativos não era uma questão menor no processo de incorporação dos sertões mineiros e alguns estudos recentes apontam nessa direção⁶⁷. De toda forma, seja como um perigo efetivo ou imaginário, a simples possibilidade de um encontro com o gentio causava pânico e atordoava as populações que viviam nas regiões de fronteira.

De certa forma, é possível dizer que a imagem dos sertões do leste como um espaço do medo e de terror agradava a Coroa portuguesa ao longo do século XVIII, isso porque, esse sentimento contribuía com o objetivo régio de conter o avanço das populações e os descaminhos do ouro pela região leste. Todavia, também não se pode perder de vista que tal temor caminhava lado a lado com as crescentes aspirações de ocupação e apropriação do território, verificadas principalmente a partir do final dos setecentos.

Outro fator importante que ajuda na compreensão da não ocupação daquela região é de caráter econômico. A pujança de outras regiões da Capitania de Minas Gerais durante o século XVIII, principalmente as áreas próximas das Minas de ouro e do Distrito dos diamantes, despertava maior interesse dos colonos e da Coroa. Assim, as atenções estavam todas voltadas para as regiões auríferas do Piranga, de Ouro Preto e de Sabará⁶⁸ e, posteriormente, para as diamantinas, ofuscando o interesse pela região leste da Capitania. Tal

⁶⁷ Sobre o medo na capitania de Minas Gerais no século XVIII. Ver GROSSI, Ramon Fernandes. O medo na capitania do ouro relações de poder e imaginário sobrenatural século XVIII. 1999. Dissertação (mestrado) – UFMG, p.155. Outro trabalho recente sobre o medo em Minas Gerais, mais especificamente o medo dos quilombos está em LIMA, Pablo L. O. Marca de fogo: o medo dos quilombos e a construção da hegemonia escravista, Minas Gerais - 1699-1769. Belo Horizonte: UFMG, 2008 (Tese de doutorado)

⁶⁸ COSTA, Antonio Gilberto; RENGGER, Friedrich Ewald,; FURTADO, Júnia Ferreira,; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004, p.100.

situação somente mudaria após os claros sinais do declínio das atividades mineradoras na região central da Capitania. Apenas a partir do final do século XVIII, é que a região leste passou a despertar interesse de forma mais constante.

Desse modo, a expansão das atividades econômicas chegou até os sertões do leste mineiro, principalmente pela a produção de gêneros alimentícios. Assim, os sertões ao leste da Capitania, até então considerados inóspitos e proibidos, passaram a apresentar uma dimensão estratégica para a Coroa, que também mantinha expectativas de novos descobertos minerais.

1.3- A Corte no Brasil e as perspectivas para os sertões do leste mineiro

Os sertões do leste mineiro, na virada do século XVIII para o XIX, sofreram o impacto da chegada da Família Real ao Brasil em 1808. A historiografia referente ao período aponta para o fato de que a vinda da Corte para os trópicos foi marcada, entre outras coisas, por uma tentativa de se recriar no Brasil os padrões econômicos, políticos e sociais, semelhante àqueles que existiam em Portugal, mas essas análises se concentram, sobretudo, nas transformações vivenciadas na cidade do Rio Janeiro⁶⁹. Não obstante, o impacto da vinda da Corte se fez sentir em regiões distanciadas geograficamente da sede onde se instalara a corte, como foi o caso dos sertões leste da capitania de Minas Gerais. Urgia promover mudanças estruturais que moldassem a realidade da colônia, de modo a adequá-la aos padrões desejados pela Corte portuguesa. Eram novos padrões de civilidade e civilização que transmigravam para os trópicos juntamente com a Coroa.

Dentre as questões que estiveram na pauta das transformações políticas e sociais da Coroa, figurava a necessidade de incorporação e de integração de novos territórios até então inexplorados

⁶⁹ Entre outros, ver o texto de VILLALTA, Luiz Carlos. 1789 – 1808: o império luso-brasileiro e os brasis. São Paulo: Cia das Letras, 2000, pp. 17-37.

à dinâmica da economia colonial⁷⁰. Vale lembrar que na colônia existiam vastas áreas que não estavam incorporadas a uma dinâmica de mercado e sobre as quais a Coroa tinha particular interesse em explorar, sendo que uma dessas áreas eram justamente os sertões do leste da Capitania de Minas Gerais.

A densa mata que recobria grande parte dessa região instigava a imaginação de colonos e da Coroa. A região ainda guardava as reminiscências dos lugares míticos como o Vapabuçu do Ouro, Sabarabuçu da Prata e da famosa Serra das Esmeraldas.⁷¹ Tais lugares alimentavam a imaginação dos primeiros exploradores e, ao longo dos séculos posteriores, foram procurados por inúmeros indivíduos interessados na obtenção de riqueza fácil. A mística dos sertões motivava e reforçava a crença na existência de um lugar repleto de ouro e de pedras preciosas. De acordo com o pensamento da época, “se tais lugares não eram encontrados, também não se podia negar categoricamente a sua existência”.⁷²

Contudo, ao longo do século XIX ocorreu uma significativa modificação na concepção da riqueza que os sertões reservavam. Concomitante às visões do fantástico e do maravilhoso, uma visão mais concreta e mais objetiva das potencialidades desses espaços selvagens emergiu nos círculos ilustrados. Tesouros como o ouro e as pedras preciosas, que na imaginação dos desbravadores brotavam do chão, deram lugar à exploração das plantas da

⁷⁰ O argumento da incorporação de territórios a dinâmica da economia colonial é de Maria Odília Dias. Ver MOREIRA, Vânia Maria Losada. *1800: a guerra contra os Botocudos e os fundamentos da política indigenista brasileira*. Disponível em http://www.euronapoleon.com/pdf/private/Vania_Maria_Losada_Moreira.pdf Acesso em 27/12/2008.

⁷¹ ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845*. 2000, p.90.

⁷² Segundo Harulf Espindola: “O mito de riqueza do Sertão do Rio Doce foi formado por três lugares míticos: Vupabuçu do ouro, Sabarabuçu da prata e a Serra das Esmeraldas. Eles tiveram a fama de serem muito ricos, mas nada que lembre os elementos comuns aos eldorados quinhentistas. A presença da floresta ajudava o mito, pois se o ouro, a prata e as pedras não eram encontrados também não se podia dizer, com certeza, que não existiam. O sentimento de que havia algo encoberto não chegou a evoluir até os elementos míticos comuns à tradição ocidental sobre florestas. Os luso-brasileiros não foram além do reducionismo de que as matas escondiam riquezas materiais.” Ver ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845*. 2000, p.65.

mata e do que poderia obter-se do solo por meio da agricultura. Essas mudanças também podem ser verificadas nos registros documentais do período. Mapas, relatos e memórias passaram a ter um caráter mais pragmático e cada vez menos mítico.⁷³

Embora a crença em um lugar com características fabulosas tivesse diminuído consideravelmente e se modificado ao longo do século XIX, ainda era possível se identificar vestígios desse imaginário. Exemplo disso nos foi dado pelo visionário político e empresário Teófilo Ottoni.⁷⁴ Em um de seus textos sobre os nativos da região de Filadélfia (Teófilo Otoni), povoado por ele fundado, o empresário relatou que o “Mucuri era para todos um país encantado, uma espécie de Eldorado”.⁷⁵ O relato é de 1856, e é muito provável que a visão do Eldorado, a qual Ottoni se referiu, estivesse mais próxima ao pragmatismo e às potencialidades econômicas que o político enxergava na região, do que uma expectativa de se encontrar algo fabuloso ou mágico. Apesar disso, a metáfora do Eldorado não deixa de ser sugestiva, exatamente quando uma visão mercantilista do sertão despontava com força cada vez maior.

A respeito dessa visão mercantilista, o pesquisador Harulf Espindola⁷⁶ aponta que no século XIX, as riquezas do sertão leste não viriam apenas do ouro e das esmeraldas que frequentemente apareciam representadas nos mapas. Elas seriam provenientes da exploração de outros produtos como as madeiras de lei, as orquídeas, as flores exóticas, as matérias-primas

⁷³ Sobre a mudança da representação ocorrida nos os sertões do leste, especialmente na cartografia, informamos que será tema das duas próximas unidades da dissertação.

⁷⁴ Para um aprofundamento na vida de Teófilo Ottoni e da Companhia do Mucuri consultar OTTONI, Teófilo. Notícias sobre os selvagens do Mucuri. (Org. Regina Horta Duarte). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 e ARAÚJO, Valdeí Lopes. Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: A modernidade possível. Organização de Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura. Arquivo Público Mineiro, 2007.

⁷⁵ OTTONI, Teófilo. Notícias sobre os selvagens do Mucuri. (Org. Regina Horta Duarte). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p.44. Sobre Filadélfia e importante destacar que foi um dos povoados fundado por Teófilo Benedito Ottoni e seu irmão Augusto Benedito Ottoni no processo de implantação da Companhia do Mucuri, o lugar deu origem ao que atualmente é a cidade de Teófilo Otoni em Minas Gerais.

⁷⁶ ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845*. 2000, p.75.

para tinturaria e para os fármacos, como é o caso da *ipecacunha*.⁷⁷ Havia também a possibilidade de riquezas advindas da exploração dos couros de animais silvestres como as onças, lontras e veados. Por outro lado, a exploração de minérios menos preciosos como o cobre, o ferro e o manganês incrementariam a atividade econômica e trariam oportunidades de enriquecimento. Por fim, a derrubada da mata ofereceria solos férteis para o plantio de culturas como o algodão e o fumo. Nessa dinâmica, o sertão ofereceria, como um todo, um manancial de oportunidades. Bastava a ação organizada e civilizadora dos colonos para a mata render a sua máxima potencialidade.

Ademais, a exploração da mata resolveria uma antiga queixa dos colonos em relação aos males e às doenças provenientes dos sertões⁷⁸. Cabe salientar que existia naquele período uma forte crença que as doenças inerentes à floresta tropical seriam automaticamente controladas ao se domar a natureza.⁷⁹ Em resumo, conforme observa Espíndola, “desmatar **as matas do sertão** tinha duplo sentido: profilático e mercantil”.⁸⁰

A crença no domínio das matas como forma de profilaxia das doenças estava intimamente relacionada ao conceito de civilização, e era tema recorrente na documentação oficial e nos relatos dos viajantes. Na visão da época uma região civilizada era menos susceptível ao ataque de doenças de toda a sorte, pois já havia dominado a natureza. Todavia esta temática revelava outra face importante na estratégia de civilização dos sertões, a da adaptação.

⁷⁷ A Ipecacuanha, *Psychotria ipecacuanha*, é uma planta conhecida pelo alto poder expectorante.

⁷⁸ Sobre as dificuldades enfrentadas pelos colonos em adentrar nas matas, conferir o capítulo Febres, Feras e Flechas In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Departamento de Cultura da Guanabara, 1975.

⁷⁹ Ver DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. *Revista Brasileira de História* [online]. 2002, v. 22, n. 44, pp. 267-288. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200002&script=sci_arttext&tlng=pt Acessado em 10/01/2009. [grifo meu]

⁸⁰ ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845*. 2000, p.81. [grifo meu].

Em *Samaritanas do Sertão*,⁸¹ Sérgio Buarque de Holanda discorre sobre esse assunto e apresenta uma série de fatos e eventos naturais, que impediriam os colonos de conquistarem o sertão, entre eles os males e perigos das matas. Segundo o historiador as estratégias utilizadas pelos nativos para superar tais obstáculos serviram de exemplo para o processo de adaptação dos colonos a essa realidade.

O texto de Holanda dialoga com a clássica tese de Turner,⁸² sobre a fronteira norte-americana, e traça um paralelo entre o processo de colonização norte-americano e o ocorrido em terras brasileiras. Holanda chama a atenção para a *plasticidade* do caráter português e para a experiência adquirida com os hábitos dos nativos⁸³. Tal processo de adaptação parece uma argumentação válida da estratégia de ocupação dos sertões. Regina Horta tangencia o tema ao falar sobre os sertões do Mucuri. Segundo a historiadora “para estar ali [no sertão do Mucuri],

⁸¹ Ver *Samaritanas do sertão*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 2ª. ed. ilust. Rio de Janeiro: José Olympio, Departamento de Cultura da Guanabara, 1975.

⁸² Frederick Jackson Turner é considerado por muitos o grande pai da historiografia moderna nos Estados Unidos, com sua tese da fronteira que postulava que o desenvolvimento histórico dos Estados Unidos havia se dado graças à existência das chamadas “terras livres” a Oeste. Essa constante expansão da fronteira teria sido o motor que engendrou o surgimento da democracia norte-americana e o caráter nacional daquele país. Refiro-me aqui a tese *The Significance of the Frontier in America History*. Ver TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in America History*

⁸³ Não obstante, as críticas ao determinismo da tese de Turner é importante apresentar aqui as linhas gerais de seu estudo para entender a representação do sertão na obra de Holanda. Turner definia seu processo para a americanização do europeu da seguinte maneira: O historiador norte-americano partia do conceito base que a natureza era mais forte e dominava o colono. A partir dessa constatação, o primeiro momento era a absoluta adaptação do colono ao ambiente e aos nativos, o que significaria um retrocesso no estágio de civilização; O segundo momento seria o de modificar passo a passo o ambiente com o legado de sua cultura, ou seja, transpor os padrões de sua civilização; O terceiro momento seria o da formação do Homem da Fronteira, produto americano, fruto do rearranjo da tradição européia com as adequações aos padrões do lugar e dos nativos. Por fim, desse processo surgiria uma nova civilização, em pleno vigor e democrática, que suplantando a natureza e os nativos. Sérgio Buarque partilhava dessa mesma estrutura de pensamento ao analisar o processo brasileiro, segundo ele a diferença estaria no tempo de contato entre as culturas, que no Brasil foi mais acentuado, ou seja, uma maior permanência no segundo momento do processo. Esse tempo de interação seria o motivo das diferenças entre os processos. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 2. ed. ilust. Rio de Janeiro: José Olympio, Departamento de Cultura da Guanabara, 1975. Sobre Turner conferir, entre outros, a dissertação de mestrado de AVILA, Arthur Lima de. *E da fronteira veio um pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861 – 1932)*. César Guazzelli Orientador, UFRS, 2006.

o colono precisaria **forjar**, pelo trabalho árduo, as condições de uma existência humana, organizando, como um demiurgo, o caos da mata, sob pena de por ele ser destruído”.⁸⁴

Nesse sentido, a solução para a incorporação dos sertões passava pela realização de ações concretas que forjassem mudanças na paisagem e nos indivíduos. Dessa maneira, e em meio a tantos planos e a tantas potencialidades atribuídas a região, a mata virgem e os nativos que nela habitavam, embora importantes em sua práxis, figuravam como elementos estranhos e dissonantes. Verdadeiros obstáculos à civilização e a lógica de apropriação dos sertões.

1.4- “O suave julgo da lei”: A *Guerra Ofensiva* e política indigenista de D. João VI.

Conforme mencionado anteriormente, no alvorecer do século XIX, o projeto de apropriação dos sertões do leste mineiro significava o avanço sobre a mata e sobre as populações indígenas que ali existiam. Nesse processo, a Coroa apresentava duas formas de atuação que eram complementares e que estavam imbricadas. A primeira delas era a necessidade de solucionar os conflitos com os nativos que, de acordo com a monarquia, *infestavam*⁸⁵ aquelas matas; a segunda era conhecer e domar a natureza selvagem a fim de explorar os produtos e materiais que dela se podia retirar. As duas ações reiteravam a política de incorporação desenvolvida pela Coroa e tinham como principal objetivo garantir o controle do território, além de possibilitar o assentamento dos colonos.

A partir da Carta Régia de 13 de maio de 1808, as ações promovidas por Dom João VI alteraram significativamente a relação entre os colonos e os nativos na vasta região do Rio

⁸⁴ DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. Revista Brasileira de História [online]. 2002, v. 22, n. 44, pp. 267-288. [grifo meu]

⁸⁵ *Carta Régia de 13 de maio de 1808 do Príncipe Regente Dom João VI*. Disponível em http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/1808_docs/L26_p01.html Acessado em 10/01/2009.

Doce e adjacências. Na correspondência enviada ao Governador da Capitania de Minas, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, o Príncipe Regente apresentava seu ponto de vista e ordenava ao governador que “desde o momento, em que receberdes [a] Carta Régia, deveis considerar como principiada contra esses Índios Antropófagos uma *Guerra Ofensiva*⁸⁶”.

O Príncipe Regente descrevia as razões que o levaram a determinar a ofensiva militar na região:

Sendo-me presentes as graves queixas, que a Capitania de Minas Gerais tem subido à minha Real Presença sobre as invasões que diariamente estão praticando os Índios Botocudos Antropófagos em diversas, e muito distantes partes da mesma Capitania, particularmente sobre as margens do Rio Doce, e Rios, que no mesmo deságuam, e onde não só devastam todas as fazendas sitas naquelas vizinhanças, e tem até forçado muitos proprietários a abandoná-las com grave prejuízo seu, e da Minha Real Coroa, mas passam a **praticar as mais horríveis, e atrozes cenas da mais bárbara Antropofagia, ora assassinando os Portugueses, e os Índios mansos por meio de feridas, de que sorvem depois o sangue, ora dilacerando os corpos, e comendo os seus tristes restos;** tendo verificado na Minha Real Presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quais tenho mandado que se tente a sua civilização, e o reduzido a Aldear-se, e a gozarem dos bens permanentes de uma Sociedade pacífica, e doce debaixo das justas e humanas Leis, que regem os Meus Povos.⁸⁷

De acordo com o documento, o combate à incivilidade e à antropofagia dos nativos eram os argumentos centrais e principais motivadores da ação encetada pela Coroa. Na prática, a Carta Régia de 13 de maio de 1808 e os documentos subseqüentes relativos ao tema resgatavam o princípio da *Guerra Justa* e instituía uma declaração formal de guerra contra os índios Botocudos⁸⁸.

Sobre esse episódio, a pesquisadora Vânia Moreira chama a atenção para o fato de esta determinação ser vista pela historiografia contemporânea como um retrocesso na política

⁸⁶ *Carta Régia de 13 de maio de 1808 do Príncipe Regente Dom João VI.* Disponível em http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/1808_docs/L26_p01.html Acessado em 10/01/2009. [grifo meu].

⁸⁷ *Carta Régia de 13 de maio de 1808 do Príncipe Regente Dom João VI.* [grifo meu]

⁸⁸ Ver MOREIRA, Vânia Maria Losada. *1800: a guerra contra os Botocudos e os fundamentos da política indigenista brasileira.* Disponível em http://www.euronapoleon.com/pdf/private/Vania_Maria_Losada_Moreira.pdf Acesso em 27/12/2008.

indigenista de Portugal⁸⁹. De fato, após a revogação do chamado Diretório dos Índios⁹⁰, em 12 de maio de 1798, os nativos de forma geral, e especificamente os da região do Rio Doce, ficaram sujeitos às decisões de potentados locais, que muito freqüentemente tinham interesses contrários aos deles⁹¹. O clima de animosidade já era um fato. Na realidade a ordem régia apenas evidenciou um conflito de interesses que se arrastava por vários anos na região.

Na carta régia o monarca português determinava uma série de procedimentos que deveriam ou poderiam ser adotados, entre eles: 1) obrigatoriedade do trabalho indígena mediante o recebimento de uma remuneração, 2) a servidão durante dez anos ou até quando durasse a ferocidade do indígena para os indivíduos considerados bravios, medida, aliás, bastante subjetiva⁹², 3) a divisão da região do Rio Doce em seis partes, 4) a guerra contra os Botocudos, 5) a distribuição de sesmarias entre os colonos. Tais determinações não se resumiram ao plano do discurso elaborado pela Coroa. Na realidade essas medidas alteraram de forma significativa a paisagem dos sertões do Rio Doce.

Pelo menos duas das medidas mencionadas, a divisão do Rio Doce e a distribuição das sesmarias, tiveram impacto direto na estrutura fundiária da região leste. Fruto da ordem do Príncipe Regente Dom João VI, a região do Rio Doce foi dividida primeiramente em seis

⁸⁹ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *1800: a guerra contra os Botocudos e os fundamentos da política indigenista brasileira*. Disponível em http://www.euronapoleon.com/pdf/private/Vania_Maria_Losada_Moreira.pdf Acesso em 27/12/2008.

⁹⁰ Criada inicialmente para atender as capitanias do norte do Brasil a legislação foi utilizada em todo o território com algumas pequenas modificações. Uma das primeiras ações propostas pelo diretório foi substituir os antigos missionários dos aldeamentos por diretores leigos. Após esse período, somente em 1845, com o “Regulamento acerca das Missões e de catequese e civilização dos Índios” e que novamente houve uma política efetiva em relação aos indígenas empreendida pela monarquia imperial. Sobre o tema: Ver CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: FAPESP: Companhia das Letras, 1998. 608p.

⁹¹ ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845*. 2000, p. 90.

⁹² Nas palavras do Príncipe Regente “Que sejam considerados como prisioneiros de guerra todos os Índios Botocudos que se tomarem com as armas na mão em qualquer ataque; e que sejam entregues para o serviço do respectivo Comandante por dez anos, e todo o mais tempo em que durar sua ferocidade, podendo ele empregá-los em seu serviço particular durante esse tempo e conservá-los com a devida segurança, mesmo em ferros, enquanto não derem provas do abandono de sua atrocidade e antropofagia”. Ver *Carta Régia de 13 de maio de 1808* do Príncipe Regente Dom João VI.

regiões denominadas *Divisões Militares do Rio Doce*, que eram coordenadas por sua vez pela *Junta de Civilização dos Índios, Colonização e Navegação do Rio Doce*⁹³. A orientação do regente teve o seguinte teor:

Ordeno-vos que façais distribuir em seis distritos, ou partes, todo o terreno infestado pelos Índios Botocudos, nomeando seis Comandantes destes terrenos, a quem ficará encarregada pela maneira que lhes parecer mais profícua, a guerra ofensiva que convém fazer aos Índios Botocudos; e estes Comandantes que terão as patentes e soldos de Alferes agregados aos Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, que logo lhes mandareis passar com vencimento de soldo dessa nomeação, serão por agora Antonio Rodrigues Taborda, já Alferes; João do Monte da Fonseca; José Caetano da Fonseca; Lizardo José da Fonseca; Januario Vieira Braga; Arruda, morador na Pomba.⁹⁴

Dessa forma, o monarca estabelecia uma nova ordem nos sertões do leste e designava indivíduos para fomentar o processo de civilização. De acordo com o cartógrafo e mineralogista Ludwing von Eschwege,⁹⁵ além de civilizar e conquistar os nativos Botocudos os comandantes seriam responsáveis pela realização de uma série de medidas e obras na região, tais como a distribuição das sesmarias e aberturas de caminhos.

A divisão do Rio Doce também tinha como principal objetivo permitir um controle mais eficaz sobre a região, vistas a abrangência do espaço e a diversidade de grupos indígenas que ali habitavam. Além disso, em cada uma dessas divisões ou *distritos* deveria ser instalado um ou mais quartéis, que seriam postos avançados da Coroa, servindo como proteção para colonos e auxiliando o projeto de civilização dos sertões.

⁹³ Doravante passaremos a denominar o termo apenas como Junta de Civilização. A Junta de Civilização dos Índios, Colonização e Navegação do Rio Doce tinha composição predominantemente militar, e era responsável por fiscalizar o trabalho dos comandantes por meio de um oficial do Regimento de Cavalaria de Linha nomeado especificamente para este fim. Ver AGUIAR, J. O. Legislação Indigenista e os Ecos Autoritários da "Marselhesa": Guido Thomaz Marlière e a Colonização dos Sertões do Rio Doce. *Projeto História* (PUCSP), v. 33, p. 83-96, 2007.

⁹⁴ Carta Régia de 13 de maio de 1808 do Príncipe Regente Dom João VI. Maiores informações sobre os limites de cada uma das Divisões e sobre seus comandantes ver também AGUIAR, José Otávio. Legislação indigenista e os ecos autoritários da "Marselhesa": Guido Thomaz Marlière e a colonização dos sertões do Rio Doce. *Projeto História, São Paulo*, n.33, p. 83-96, dez. 2006.

⁹⁵ Na próxima unidade será dada uma atenção especial a Eschwege, trabalhando inclusive com os seus levantamentos cartográficos. Por hora interessa informar que Eschwege era um engenheiro militar, cartógrafo e mineralogista de origem germânica que serviu em Minas Gerais entre 1811 e 1822.

Mesmo com a regionalização, a extensão territorial sob jurisdição dos *Comandantes* era imensa, o que tornava a tarefa ainda mais laboriosa. Segundo os levantamentos do historiador José Otávio Aguiar, a “área de abrangência geográfica e distribuição de responsabilidades, diretor responsável e incumbências das Divisões Militares do Rio Doce no ano de 1818”, obedecia à seguinte distribuição (QUADRO I):

QUADRO I: Divisões Militares do Rio Doce, áreas de abrangência geográfica e respectivos comandantes.		
Divisão	Comandante responsável	Área sobre a qual tinham responsabilidades e incumbências a que estavam obrigadas
1ª	Luiz Carlos de Souza Ozório	Desde a foz do rio Piracicaba até a barra do rio Suassuí pequeno. Responsável pela navegação do rio Doce e pelo apoio ao tráfego fluvial de comerciantes.
2ª	João do Monte Fonseca	Áreas dos rios Pomba, Muriaé e cabeceiras do rio Casca. Encarregada da manutenção e criação de aldeamentos indígenas. Incumbida da segurança das populações de colonos e índios aldeados, bem como da resolução de seus litígios.
3ª	José Caetano da Fonseca (substituído no dia 22 de janeiro de 1820 por Camillo de Lellis França)	Vales dos rios Casca, Matipó e Cabeceiras do Manhuaçu Encarregada do aldeamento dos índios e da segurança das populações de colonos. Incumbida da segurança das populações de colonos e índios, bem como da resolução de seus litígios.
4ª	Lizardo José da Fonseca	Bacias dos rios Casca e Piracicaba. Era encarregada de promover a navegação entre estes dois rios, ocupando com colonos sua margem esquerda e direita. Seu controle deveria se estender também às florestas que então recobriam os vales dos rios Santo Antônio e Piracicaba, bem como a toda a região dos rios Onça Grande e Onça Pequeno e ainda o microvale do ribeirão Mombaça.
5ª	Januário Vieira Braga (faleceu em abril de 1818 e só foi substituído em dezembro de 1820, por Bernardo da Silva Brandão)	Parte norte do rio Doce, bacias dos rios Suassuí Grande e Suassuí Pequeno, todo o rio Corrente e a parte sul do rio Mucuri.
6ª	Antônio Cláudio Ferreira Torres (substituído em data incerta por Joaquim Roiz de Vasconcelos)	Do rio Suassuí Pequeno até a cachoeira das escadinhas. Situada no centro da região do antigo “leste selvagem”, esta circunscrição militar limitava-se por todos os lados apenas com as áreas de abrangência das outras divisões. Cabia-lhe o comando do importante presidio do Cuieté, para onde foram degredados muitos infratores da lei provindos dos principais centros mineradores.
7ª	Juliano Fernandes Leão	Região do vale do rio Jequitinhonha e seus afluentes. Esta divisão foi criada logo em seguida à Carta Régia de Guerra aos Índios Botocudos. Sua sede localizava-se no arraial de São Miguel, localizado à margem direita do rio Jequitinhonha.

Obs. Cada um destes militares citados recebia a patente de Alferes do Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais.

Fonte: Ofícios e relatórios relativos à Junta de Conquista e Civilização dos Índios, colonização e Navegação do Rio Doce. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 1905. Ano X. p. 382- 668. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais. Ano XI. p. 03-254, 1906. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, Ano XII. p. 409-603, 1907. Ver JOSÉ, Otilian. Marlière, o civilizador. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958, p.130. Apud AGUIAR, J. O. Legislação Indigenista e os Ecos Autoritários da "Marselhesa": Guido Thomaz Marlière e a Colonização dos Sertões do Rio Doce. Projeto História (PUCSP), v. 33, p. 83-96, 2007.

Conforme essa divisão, a área de atuação da *Junta de Civilização* era ampla e corresponderia a grandes partes da atual Zona da mata mineira, da bacia do Rio Doce, da bacia do Rio Mucuri e da bacia do Rio Jequitinhonha.

Para além dos entraves naturais e dos perigos dos nativos, a falta de dados sobre a região tornava-se um complicador a mais para as pretensões régias de apropriação dos sertões. Naquele momento, existiam poucos instrumentos de conhecimento da região que poderiam ser utilizados como de orientação e planejamento pela Coroa.

Um dos poucos mapas coevos que representavam a região leste da capitania produzido na época da declaração de guerra aos botocudos foi justamente a *Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais (Anno 1804)*, do alferes Caetano Luis Miranda. Ao cotejar as informações fornecidas por José Otávio Aguiar, com a *Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais (Anno 1804)* (ver Figura 02) é possível evidenciar a vastidão das áreas das *Divisões Militares do Rio Doce*, e esboçar os recursos cartográficos que a Coroa possuía no momento da concepção do projeto de civilização dos sertões do leste.



FIGURA 02 – Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais, 1804, com inclusão das 7 Divisões Militares do Rio Doce.

Fonte: COSTA et AL, 2004, p.190

As cores e os números destacados na Figura 02 correspondem a uma aproximação do que seriam os limites de cada uma das *Divisões Militares*. E, embora não exista nenhuma prova material da utilização do referido mapa, é muito provável que esta carta fosse de conhecimento da *Junta de Civilização*, isso em função do caráter militar e administrativo da produção e da proximidade temporal dos eventos ocorridos no Rio Doce.

Retornando as determinações da Carta Régia de 13 de maio de 1808, existiam medidas que afetavam diretamente a situação dos nativos e que estavam concentradas nas mãos dos

Comandantes Militares. Isso porque, as terras habitadas pelos índios poderiam ser consideradas devolutas e distribuídas entre os colonos do Rio Doce pelos *Comandantes* sob a forma de sesmarias.

Além disso, alguns pontos das determinações da Coroa demonstravam um caráter ambíguo em relação aos nativos. Havia momentos em que as propostas pareciam caminhar no sentido de resguardar o interesse dos mesmos como, por exemplo, no caso da obrigatoriedade de remuneração do trabalho indígena. Entretanto, esse argumento é amplamente refutado por Espíndola. O pesquisador enfatiza que no caso indígena o trabalho e a remuneração eram, na prática, formas veladas de exploração dos índios, pois não era facultada a possibilidade de não trabalhar. O posicionamento de Espíndola torna-se ainda mais consistente se pensarmos que o trabalho compulsório criava uma enorme reserva de trabalhadores indígenas aptos a ingressar nas atividades econômicas e nos empreendimentos da colonização.

A atuação da Coroa nesse episódio não chega a ser uma contradição ao modelo administrativo vigente à época, pois, conforme salientam Adriana Romeiro e Ângela Botelho “ao longo do processo de ocupação do território, a política colocada em andamento na América Portuguesa oscilou entre a tolerância e a rejeição ao indígena”.⁹⁶ Neste caso, a ambigüidade da Coroa aponta para certa transitoriedade em relação ao trato com os nativos. Tal fato é importante, pois as políticas executadas seguiam ao sabor dessas vertentes, ora com aproximação, ora com o completo repúdio.

⁹⁶ Ver ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. 2ª. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.174.

1.5- O nativo Botocudo: Antropofagia, ideologia e ação.

As justificativas para a apropriação dos sertões do leste identificada até aquele momento tinham tido um viés prioritariamente mercantil, centrado principalmente nas potencialidades econômicas da exploração da mata. Todavia, havia outras questões que não eram de caráter meramente econômico. Era necessário impor e reafirmar o poder Real que recentemente havia se instalado no Brasil.

A chegada da Corte ao Brasil foi marcada por momentos de incertezas. Havia uma forte preocupação quanto ao comportamento de grande parte da população. A preocupação advinha dos ventos revolucionários que varreram a Europa no final do século XVIII e início do século XIX e que ainda sopravam pelas Américas.⁹⁷ A própria vinda da Corte portuguesa para o Brasil se inseria nesse momento.

Segundo a pesquisadora Vânia Moreira, havia uma preocupação com o “descontrole político e social”.⁹⁸ A Coroa, insegura em relação à unidade do Império, tomava, cada vez mais, posições centralizadoras e de afirmação de poder. A guerra contra os botocudos foi uma dessas posições, pois serviria como mote para fortalecer o poder da realeza. Em outras palavras, o conflito extrapolava os limites dos interesses econômicos e passava para o campo político. Assim, o conflito com os nativos *antropófagos* tinha um caráter fortemente simbólico e foi utilizado para a consolidação dos interesses da Monarquia.

Isso porque, em teoria, uma guerra poderia ser capaz de reunir diferentes grupos sociais em torno da Coroa a fim de combater um inimigo comum. Mesmo que esse inimigo

⁹⁷ Refere-se aqui aos acontecimentos posteriores a Revolução Francesa e a queda das principais cortes européias. Os episódios ocorridos no Velho Mundo e o enfraquecimento das Coroas repercutiram com os primeiros movimentos para a independência das antigas colônias nas Américas.

⁹⁸ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *1800: a guerra contra os Botocudos e os fundamentos da política indigenista brasileira*. Disponível em http://www.euronapoleon.com/pdf/private/Vania_Maria_Losada_Moreira.pdf Acesso em 27/12/2008..

não constituísse um perigo formal. Aliás, conforme enfatiza Moreira, todo o processo de declaração de guerra aconteceu, a despeito de não haver nada que sugerisse que os diferentes grupos de Botocudos fossem uma ameaça, tanto para a sociedade, quanto para a hierarquia das instituições.⁹⁹

Essa não é uma constatação isolada. Diversos estudos recentes apontam para uma ação orientada da Coroa portuguesa no sentido da utilização e da consolidação da imagem do gentio Botocudo como um inimigo selvagem e bárbaro, semeador da desordem e que, por isso mesmo, deveria ser combatido. A historiadora Kirsten Schultz aponta para o fato que a ação da Coroa contra os Botocudos seria uma espécie de *reencenação da colonização*.¹⁰⁰ Por sua vez, Moreira argumenta que:

Observando o acontecimento pelo prisma das tensões políticas da época tudo leva a crer que os índios, especialmente os Botocudos foram transformados pela monarquia recém-instalada no Rio de Janeiro no maior e mais simbólico bode expiatório do período, portador, por isso mesmo, de todas as “mazelas”, “impurezas”, “culpas” e “desgraças” do Brasil.¹⁰¹

Tais análises nos levam a crer que, além da motivação econômica, a guerra contra os Botocudos tinha suas bases assentadas no discurso civilizador da Monarquia, mas que foi utilizado como moeda política. Nesse sentido, o embate foi apresentado, naquele momento, como a única ação possível diante de tamanha barbárie.

Posteriormente, o discurso oficial e dos memorialistas que vieram se encarregaram de fortalecer uma imagem de crueldade, monstrosidade e desumanidade do nativo Botocudo, contra a qual, somente o uso da violência traria resultado. Sobre esse assunto, Haruf

⁹⁹ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *1800: a guerra contra os Botocudos e os fundamentos da política indigenista brasileira*. Disponível em http://www.euronapoleon.com/pdf/private/Vania_Maria_Losada_Moreira.pdf Acesso em 27/12/2008.

¹⁰⁰ Ver SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: império, monarquia e a corte portuguesa no Rio, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹⁰¹ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *1800: a guerra contra os Botocudos e os fundamentos da política indigenista brasileira*. Disponível em http://www.euronapoleon.com/pdf/private/Vania_Maria_Losada_Moreira.pdf Acesso em 27/12/2008.

Espindola nos lembra que “a categoria botocudo foi criada como síntese do que era maléfico e aterrorizante”.¹⁰² O discurso legitimava as ações extremas e ratificava a derrubada da mata, a submissão do gentio, e muito freqüentemente a sua eliminação.

Assim, os anos que se seguiram à declaração de guerra ofensiva contra os índios Botocudos foram marcados por uma ação cada vez mais contundente por parte da Coroa no sentido de conhecer e dominar a região leste da Capitania de Minas Gerais.

Os efeitos da guerra repercutiram rapidamente. Os primeiros sinais foram a restrição da circulação de índios, que poderiam ficar somente nas áreas dos aldeamentos, e a ocupação das terras com a servidão dos nativos bravios. Mas essas não foram as ações mais contundentes. Em um primeiro momento, a política de guerra adotada pela monarquia valorizou a eliminação do nativo bravo, em uma ação muito próxima daquela defendida pelo cartógrafo José Joaquim da Rocha em anos anteriores.¹⁰³ A Coroa condecorou com honrarias e gratificações os militares que obtiveram bons resultados em termos de mortes e capturas de índios. A civilização a qualquer preço, misturada à crueldade, ao interesse econômico e ao descontrole de alguns indivíduos, gerou uma situação de extrema violência.

Sobre a relação entre nativos e colonos, Eschwege relata que “a causa desse mal [a animosidade] deve [ria] ser atribuída unicamente aos portugueses”. O mineralogista caracterizava bem a situação de fragilidade em que viviam os nativos no Rio Doce nos primeiros anos do século XIX. Segundo ele:

¹⁰² ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845*. 2000, p.89.

¹⁰³ Refere-se aqui a primeira citação do texto: “É este o bravo botocudo devorador de carne humana e senhor de toda aquela dilatada mata, da qual, pelo seu grande número, tem extinto e afugentado outras nações que na mesma habitavam; é por isso temido, respeitado e absoluto dominador daqueles extensos matos, sem que a experiência tenha alcançado meio de se poder civilizar e só com excessivo trabalho se poderá extinguir e não domar.” Ver ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*; descrição geográfica topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p.192.

Como não era fácil encontrar pessoas bem intencionadas para estes cargos, a vil cobiça dos diretores fez com que todos os meios para prejudicar os pobres índios fossem permitidos. Tratavam-nos como escravos, batiam neles e vendiam suas terras. Os índios tinham de suportar tudo isso, sendo que seus algozes eram frequentemente os vizinhos portugueses, que os expulsavam com violência de suas terras, principalmente quando já tinham fixado e conseguido uma boa plantação. Envenenavam toda a família ou matavam-nos a pancadas em público, ou disseminavam doenças infecciosas entre eles, das quais morriam. Usaram também muitas outras falcatruas que ainda mais contribuía para aumentar o já alto grau de desconfiança. Consistia uma delas em embriagar os índios e tomar-lhes tudo que tinham para vender.¹⁰⁴

Eschwege foi eloqüente ao descrever as estratégias torpes utilizadas pelos colonizadores para conseguir seus objetivos. Mais adiante no texto, Eschwege acrescenta a parcela negativa de responsabilidade dos religiosos na relação com os indígenas. Na conclusão do cartógrafo:

Os índios foram perseguidos e maltratados por todos, e os religiosos não deixaram de contribuir também para o aumento do ódio dos índios contra a civilização. Em vez de iniciá-los na religião cristã de maneira afável e principalmente ensiná-los a língua portuguesa, começam logo com penitências, não os batizavam e não os enterravam sem que a família do índio pagasse por isso. Os que não tinham nada para lhes dar, a não ser uma galinha ou uma peça de caça, eram despojados do seu próprio sustento. Assim não é de admirar que eles quisessem ser batizados e preferiam enterrar seus mortos na mata ao cemitério ao lado da igreja.¹⁰⁵

O relato sintetizava a relação entre religiosos, *Comandantes*, colonos e nativos do Rio Doce. As palavras do mineralogista tornam-se particularmente importantes pelo fato de Eschwege ser funcionário da Coroa na época e de ter participado ativamente da exploração dos sertões.

Todavia, mesmo com toda a estrutura montada, a *Guerra Ofensiva* instalada em 1808, não alcançou os seus principais objetivos que era o de colonizar, catequizar os nativos e

¹⁰⁴ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von; RENGER, Friedrich Ewald. *Jornal do Brasil: 1811-1817* ou, Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: FAPEMIG, 2002, p.77.

¹⁰⁵ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von; RENGER, Friedrich Ewald. *Jornal do Brasil: 1811-1817* ou, Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: FAPEMIG, 2002, p.77.

aproveitar o potencial econômico da região. Nesse ambiente tumultuado, cresciam as críticas contra a ação da monarquia, principalmente no que se referia ao insucesso da ação.

O fracasso da chamada *Junta de Conquista e Civilização dos Índios, do Comércio e Navegação do Rio Doce* foi quantificado por Eschwege. A passagem a seguir nos dá uma noção do tamanho do montante gasto pelo Erário Régio:

Abstenho-me quanto a isso [comportamento dos militares frente aos indígenas] de outros comentários e remeto apenas aos resultados dessas medidas, obtidos num espaço de sete anos. Os gastos anuais dessas divisões são de aproximadamente 100 mil cruzados, o que significa que em sete anos já foram gastos 700 mil cruzados. Entretanto, nem a terra dos botocudos, que abrange um distrito de 1200 léguas quadradas de matas fechadas e impenetráveis, foi conquistada ainda, nem os botocudos foram submetidos ao suave julgo da lei, nem estradas foram abertas ainda e tampouco se fomentou a navegabilidade do Rio Doce.¹⁰⁶

Dessa forma, do ponto de vista econômico, os primeiros anos da implantação da *Junta de Civilização* foram catastróficos e marcados por problemas de toda ordem. Os problemas giravam desde a falta de informações sobre a região, até o trato violento e descontrolado de comandantes e soldados com os nativos.

Além disso, outro grande problema estava justamente relacionado com a distribuição das sesmarias. Isto porque, conforme visto, os *Comandantes das Divisões* acumulavam funções militares e civis, e eram os responsáveis, entre outras coisas, pela distribuição das sesmarias aos colonos. Tal prerrogativa concentrava nas mãos desses chefes poderes substanciais e não eram raros os casos em que os oficiais foram acusados de favorecimento próprio e de seus familiares na distribuição das terras e do uso dos trabalhadores indígenas.

A concentração de poder nas mãos dos *Comandantes* criou ainda uma situação delicada para a Coroa, pois, ao mesmo tempo em que a Coroa precisava da ação *civilizadora* dos Comandantes, também permitia a existência de redutos locais de poder desses mesmos

¹⁰⁶ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von; RENGER, Friedrich Ewald. *Jornal do Brasil: 1811-1817* ou, Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: FAPEMIG, 2002, p. 78.

militares. Aliás, as vantagens para os Comandantes eram enormes, e não é por coincidência que dois desses militares, João do Monte da Fonseca e José Caetano da Fonseca, figuraram em 1830 entre os maiores proprietários escravistas da Freguesia do Furquim, sendo detentores de um engenho d'água cada um e de 51 e 33 escravos, respectivamente.¹⁰⁷

Ciente da gravidade da situação, a Coroa modificou sua estratégia de atuação em relação aos sertões e principalmente em relação aos nativos. O extermínio passava a não ser mais a orientação predominante dando lugar a atração e cooptação que seriam a tônica na ação com os indígenas. Embora com essa nova política o nativo fosse mais bem tratado, vale lembrar que esse fato em si não significou a eliminação da carga pejorativa que recaía sobre os nativos Botocudos, nem tão pouco foi motivo para o fim formal da guerra. Na realidade, o discurso de superioridade do colonizador permaneceria incrustado nas relações sociais e era, a partir de então, legitimado pelo caráter bondoso e civilizador do português diante da limitação pueril do indígena.

1.6- O “Apostolo” do Sertão: Guido Marlière e a estratégia de aproximação com os nativos

As mudanças promovidas no tratamento aos indígenas lembravam as orientações adotadas por Pombal no século XVIII. O objetivo principal dessa mudança era o de integrar os nativos à sociedade e viabilizar o domínio administrativo e econômico sobre o território. Para executar as novas propostas da Coroa era necessário um indivíduo com perfil diferente dos polêmicos *Comandantes das Divisões do Rio Doce*.

¹⁰⁷ Ver ANDRADE, Leandro Braga de. O ouro que escorre do alambique: riqueza, hierarquia social e propriedade de engenhos em minas gerais. O caso da freguesia de furquim. 1821-1850. Texto apresentado no Seminário Diamantina 2008 CEDEPLAR/UFMG, como desdobramento da dissertação de mestrado. Disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A076.pdf Acessado em 10/01/2009

Foi escolhido para essa função Guido Thomaz Marlière, militar francês que desempenhou um papel central na aproximação com os indígenas. Engajado nas tropas portuguesas, primeiramente, o capitão foi designado pelo então governador da Capitania de Minas Gerais, Francisco de Assis Mascarenhas, conhecido como Conde da Palma, para mediar os conflitos entre colonos e indígenas na região do Rio Pomba, Termo de Mariana.¹⁰⁸

As primeiras ordens vieram na correspondência enviada a Marlière em 1813. Naquela ocasião o conde listava as principais queixas dos indígenas e as atribuições do militar francês. As principais reclamações estavam relacionadas, principalmente, ao avanço dos colonos sobre suas terras. Além dessa contenda, o governador explicitava os protestos dos índios com o descaso do vigário em realizar os sacramentos, principalmente o batismo.¹⁰⁹

Na correspondência, o Conde da Palma, expressava as seguintes palavras:

Tendo feito chegar ao meu conhecimento os Índios Aldeados de São João Baptista, e suas anexas diversas representações e queixas contra os portugueses estabelecidos nas mesmas Aldeias, quais violentamente as tem usurpado impedindo por semelhante modo o usufruto das terras de que se acham de posse há tantos anos, e lhes foram **concedidas por Mercê Régia**; impedindo-lhes outro sim as regalias, que pela mesma sobredita mercê lhe foram permitidas **queixando-se finalmente que o Vigário da Freguesia** respectiva não era pronto na administração dos Sacramentos a eles índios recusando principalmente a **do Batismo** a muitos Índios recém nascidos, que pela demora daquele Sacramento, haviam chegado a maior idade com risco manifesto da sua salvação (...)¹¹⁰

¹⁰⁸ As informações biográficas a respeito de Marlière foram retiradas de FURTADO, J. F. . Trajetórias de franceses em Minas Gerais no século XIX. In: LUCA, Tania Regina de; VIDAL, Laurent. (Org.). *Franceses no Brasil - séculos XIX-XX*. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2009, v. 1, p. 369-386. Sobre a vida e atuação de Marlière, é importante destacar as obras de OILIAM, José. Marlière, o civilizador e AGUIAR, José Otávio. *Point de vie étrangers: a trajetória da vida de Guido Thomaz Marlière*. UFMG: Tese de doutorado, 2003.

¹⁰⁹ Sobre esse assunto, a fala atribuída aos indígenas demonstra que estes tinham um relativo conhecimento do que significava, naquele momento, não ser batizado. Sem entrar em detalhamentos de ordem canônica, o fato é que, não receber o primeiro sacramento, além de vetar a possibilidade de salvação divina, significava ser pagão e estar sujeito a uma série de restrições, principalmente se pensarmos que aquele era um período de guerra formal contra os Botocudos. Uma dessas restrições era justamente o acesso ao solo, pois, se o usufruto da terra era concedido via Mercê Régia isso implicava que para receber a posse da terra os índios deveriam ser vassallos do rei, e no caso português, tinham que seguir os ordenamentos católicos. Caso contrário, o terreno onde habitavam poderia ser considerado devoluto e repartido entre os colonos. O relato ainda reforça o argumento da eficácia da catequização no processo de civilização dos nativos, mostrando-se um instrumento de controle mais contundente que a própria força.

¹¹⁰ Ver Carta, 16 mar. 1813, Francisco de Assis Mascarenhas, remetente, Guido Tomás Marlière, destinatário In: *RAPM*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano10, vol. 3,4 jul./dez. 1905. pp. 391- 392. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/photo.php?lid=4895>. Acesso em 10/01/2009. [grifo meu]

Mais adiante na mesma correspondência o Conde da Palma transmitia as instruções que Guido Marlière deveria seguir quando chegasse a Rio Pomba:

Ordeno ao Capitão Graduado do Regimento Guido Thomaz Marlière parta logo que esta lhe for entregue para o mencionado Distrito, e Aldeia de São João Batista; e convocando ali todos os índios queixosos, muito atentamente averigúe os motivos, e razões de suas queixas; ouvindo ao mesmo tempo seus Diretores, os Comandantes dos Distritos imediatos e todas as mais pessoas que fazem o objeto das referidas queixas; procurando sem usar de violência, que se restituam as terras injustamente ocupadas pelos Portugueses intrusos, e conservando aqueles outros que as possuem legalmente e que as cultivem em proveito da Real Fazenda, e Bem Publico, havendo granjeado a amizade dos Índios, e ajudando-os em seus trabalhos (...)¹¹¹

Em relação ao aldeamento de São João Batista é importante acrescentar que, não obstante tivesse a particularidade de ser constituído por índios considerados já amansados e incorporados à Coroa, era cada vez maior a pressão dos colonos sobre aquelas terras.

Ainda sobre a correspondência, os dizeres do governador davam o tom da relação esperada entre o militar e os nativos, que seria baseada principalmente na atração e na amizade. Em um raciocínio análogo é possível pensar que a mesma estratégia recomendada pelo Conde da Palma seria estendida aos demais nativos da Capitania/Província.

Importa agora investigar quais foram as estratégias utilizadas por Guido Thomaz Marlière para conciliar os diferentes interesses que estavam presentes naquele momento nos sertões do leste de Minas, e para entendermos como deu prosseguimento ao processo de civilização dos nativos encetado pela Coroa.

A despeito de toda crítica que se possa ter em relação à ação de Marlière, inclusive a suspeita de favorecimento pessoal, o fato é que as ações do emigrado francês tiveram grande impacto na relação com os nativos. O destaque foi tamanho que chegou a receber de parte de

¹¹¹ *RAPM*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano10, vol. 3,4 jul./dez. 1905. pp. 391- 392.

uma historiografia mais romântica a alcunha de o *Apóstolo das selvas mineiras*¹¹² em função de sua ação evangelizadora.

Antes de passar a analisar as ações do militar francês, é apropriado resgatar um pouco de sua trajetória. Guido Thomaz Marlière nasceu em Jarnage, Província de Marche – França, em 03 de dezembro de 1767. Aos 18 anos entrou para o exercito francês e alcançou o posto de tenente-coronel no período do reinado de Luis XVI. Durante a Revolução Francesa apoiou o partido Real e, com a ascensão de Napoleão Bonaparte, lutou ao lado das tropas realistas que foram derrotadas por Napoleão. Após esse episódio, exilou-se na Inglaterra em 1797 e de lá foi para Portugal. Em 1802, passou a integrar as tropas lusas. Posteriormente, em 1807, foi transferido para o Brasil.

Em terras brasileiras a trajetória de Marlière se iniciou na Legião de Cavalaria Ligeira de São Pedro do Sul, no Rio Grande. Após um ano, em 1808, foi transferido para o regimento de Cavalaria de Minas Gerais e em 02 anos alcançou o posto de capitão. Em pouco tempo o militar caiu nas graças do Conde da Palma, então governador da Capitania, que inclusive depôs a seu favor em uma acusação de ser “um emissário de Bonaparte”. Após esse episódio, em que foi inocentado, recebeu uma sesmaria destinada ao seu sustento, foi promovido e posteriormente mandado para apaziguar os conflitos entre colonos e índios.

O bom desempenho de Marlière lhe garantiu sucessivas promoções nos anos de 1813 e 1814, sendo nomeado Diretor Geral dos Índios Crapós e Croatos Aldeados em São Manoel do Rio Pomba e Capitão agregado do Regimento, respectivamente. Nos anos de 1818 e 1820, o território que estava sob sua responsabilidade foi ampliado significativamente, abrangendo os vales do rio Mucuri e rio Jequitinhonha até a serra dos Aimorés, atual serra do Espinhaço próximos das incipientes divisas com a Capitania do Espírito Santo e Bahia, muito além do

¹¹² *RAPM*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano10, vol. 3,4 jul./dez. 1905.

vale do Rio Doce. O território era tão grande que o militar afirmava que demoraria quase um ano para percorrer toda sua extensão. Para exemplificar, a região corresponderia a soma de todas as áreas das *Divisões Militares do Rio Doce*. (ver FIGURA 02, pág. 60). Além disso, o militar tornou-se referência para viajantes e exploradores do sertão do leste sendo citado em vários relatos. Eschwege, Saint-Hilaire, Feireyss, Spix e Martius foram alguns, entre tantos outros estrangeiros, que o visitaram em sua fazenda, denominada Guido-wald.¹¹³

Voltando às ações empreendidas pelo militar francês, no caso específico do confronto entres colonos e nativos, o êxito de Marlière decorreu principalmente das concepções que o militar tinha em relação à sociabilidade com os nativos. Além desse fato, o forte interesse do francês também contribuiu para o sucesso da empreitada. Segundo Júnia Furtado, “Marlière se entusiasmou com o interior da Capitania, com as possibilidades de desbravamento dos seus sertões e abraçou a causa da colonização da área como parte integrante da Capitania de Minas Gerais”.¹¹⁴

De forma geral, as ações do militar se resumiam em: 1) educação religiosa indispensável aos nativos, 2) perseguição aos criminosos, 3) fim do recrutamento indígena para o exército e para o serviço público, 4) proibição da venda de aguardente em troca de mulheres e crianças e 5) necessidade de que os aldeamentos ou civilizações fossem próximos de onde moravam os índios. Além disso, Marlière incluía em suas propostas uma série de medidas para proteger os índios, tais como a participação dos nativos nas câmaras municipais, a demarcação das suas terras e a formação dos índios como artesãos. Muitas dessas idéias não encontraram respaldo e não se converteram em prática.

¹¹³ AGUIAR, José Otávio. *Point de vie étrangers: a trajetória da vida de Guido Thomaz Marlière*. UFMG: Tese de doutorado, 2003.

¹¹⁴ FURTADO, J. F. . Trajetórias de franceses em Minas Gerais no século XIX. In: LUCA, Tania Regina de; VIDAL, Laurent. (Org.). *Franceses no Brasil - séculos XIX-XX*. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2009, v. 1, p. 369-386.

A política de pacificação utilizada pelo francês para conquistar os índios hostis “mesclava a utilização da força da religião católica com o seu poder de atração e as vantagens oriundas do comércio” ¹¹⁵. Foi com essa estratégia que Marlière pautou a relação com os indígenas tendo contribuído decisivamente para o relativo êxito da incorporação da região pela Coroa. Com Marlière o projeto de civilização dos sertões do leste ganhou uma conformação menos violenta e mais próxima dos nativos. Todavia é preciso registrar que isso não significou o fim dos conflitos.

1.7- Caminhos, quartéis e aldeamentos: vestígios de civilização no sertão.

O processo de civilização dos sertões do Rio Doce não se restringiu apenas ao discurso. Ainda que de forma parcial e limitada, muitos dos planos concebidos pela Monarquia foram postos em prática e tiveram impacto na paisagem do leste mineiro. A abertura de caminhos, a construção das fortificações, a ereção de capelas e os aldeamentos, apenas para citar alguns, não passaram despercebidos e alteraram a paisagem dos sertões. A implantação dessas estruturas traduzia, na materialidade, o ideal civilizador expressado no discurso da Coroa. Foi também a partir dessas construções que, paulatinamente, o *inculto* e o selvagem se tornaram conhecidos e apropriados. Nesse movimento de conhecimento e de reconhecimento, incorporavam-se partes do que era considerado sertão ao território, e se transferia para outra zona, mais distante, a imagem do desconhecido e do inculto.

¹¹⁵ FURTADO, J. F. . Trajetórias de franceses em Minas Gerais no século XIX. In: LUCA, Tania Regina de; VIDAL, Laurent. (Org.). *Franceses no Brasil - séculos XIX-XX*. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2009, v. 1, p. 369-386.

Sobre esse processo de ocupação do espaço, a pesquisadora Fernanda Borges Moraes chama a atenção para a seguinte situação.

Para que tal ocupação ocorresse, no entanto, seria necessário transformar o desconhecido em conhecido por meio da produção e sistematização do maior número de informações possíveis, o que ocorreu através da produção de mapas, relatos, pinturas e da promoção de viagens e expedições de caráter científico, que demandaram o emprego de expressivos recursos.¹¹⁶

Nesse sentido, a abertura dos caminhos e das picadas era de fundamental importância no processo de conhecimento, apropriação e fixação de indivíduos no sertão do Rio Doce. Simbolicamente os caminhos funcionavam como uma ligação direta entre a civilização, representada pelas zonas urbanas, e a barbárie que envolvia os sertões. Eram vias de ligação que permitiam o fluxo de mercadorias e pessoas e que aproximavam mundos.

Aliás, a abertura de caminhos era tão importante no processo de civilização que, não era por acaso que as ordens régias para civilizar os sertões viessem acompanhadas da determinação para a abertura de estradas. Eschwege, em um de seus relatos sobre a *Junta de Civilização*, comentava que além de civilizar e conquistar os nativos Botocudos, “os comandantes das divisões [do Rio Doce] receberam ordens de abrir e manter conservadas estradas largas, à medida que avançassem, para, por intermédio delas, estabelecer comunicações mais rápidas com os portos marítimos, bem como proteger os novos colonos.”¹¹⁷

Dessa forma, no início do século XIX, a Coroa promovia e incentivava a comunicação daquela região com o mar. Atitude diferente das proibições para abertura de caminhos pelo

¹¹⁶ MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 246

¹¹⁷ ESCHWEGE, W. L. von. *Jornal do Brasil: 1811-1817 ou, Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: FAPEMIG, 2002 p. 77.

Rio Doce que vigoraram durante todo o Setecentos. Além disso, do ponto de vista estratégico, a construção das estradas eram importantes no processo de civilização, pois ao longo de sua extensão eram assentados os colonos que construía suas fazendas e sítios contribuindo cada vez mais para ocupação dos sertões.

É importante salientar também, que a construção dessas estradas não ficava apenas sob responsabilidade dos Comandantes ou da Coroa, muitas das vezes, a exemplo do que ocorria no século XVIII, a construção desses caminhos ficava a cargo de particulares que em troca recebiam sesmarias e mercês.

Nesse sentido, uma das primeiras tentativas encetadas pela Coroa em estabelecer um caminho pelo leste foi a utilização do curso natural do Rio Doce para a navegação. Aliás, esta intenção já estava explícita na *Carta Régia de 13 de maio de 1808*. Porém, somente dois anos mais tarde, em 1810, o Príncipe Regente reiterava o desejo de tornar o Rio Doce navegável. A rota era vista como uma forma de promover a maior circulação de produtos e pessoas naqueles espaços do reino. Na *Carta Regia de 10 de agosto de 1810*¹¹⁸, o Príncipe Regente enfatizava que a razão pela qual o Rio Doce ainda não era navegável seria em “parte por serem infestadas suas margens pelos Botocudos e outros índios antropófagos [e] parte pelas quedas ou cachoeiras”.¹¹⁹ O documento exaltava a “*estrada para Minas pelo rio Doce*” como uma importante via de comunicação entre as comarcas de Vila Rica, Sabará e Serro Frio e também para o comércio com a Capitania do Espírito Santo. Nesta correspondência enviada a Manoel Vieira Albuquerque Tovar, governador da Capitania do Espírito Santo, D. João VI solicitava informações sobre a viabilidade do caminho pelo Rio Doce.

¹¹⁸ Carta Régia de 10 de Agosto de 1810, sobre a estrada para Minas pelo rio Doce. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 6, I, n.º. 6, 1844, p. 351. [grifo meu]

¹¹⁹ Carta Régia de 10 de Agosto de 1810, sobre a estrada para Minas pelo rio Doce. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 6, I, n.º. 6, 1844, p. 351.

Manuel Vieira de Albuquerque Tovar, em resposta ao Príncipe Regente, saudava com alegria o interesse da Coroa em abrir tal caminho pelo sertão. O entusiasta governante da Capitania do Espírito Santo era eloqüente ao afirmar que pela navegação do Rio Doce “as cidades e vilas do centro do Brasil se comunicarão com os portos de todos os impérios e reinos do mundo”.¹²⁰ Além disso, o governador da Capitania do Espírito Santo enumerava os pareceres produzidos referentes à navegação do Rio Doce e acrescentava que em muitos deles faltava “o conhecimento ocular da navegação do rio” e àqueles que já o haviam navegado faltava os “conhecimentos precisos”. Na correspondência, Tovar aproveitava para criticar o governo da Capitania de Minas Gerais que, segundo ele, era “sempre duvidoso de quais meios adotaria para conseguir tão importante obra”¹²¹.

De fato, o governo de Minas Gerais enfrentava dificuldades em estabelecer o caminho pelo Rio Doce, pois o grande problema da navegação eram as cachoeiras ao longo do curso do rio, principalmente as localizadas entre o quartel de Souza e Natividade, atual cidade de Aimorés, na região limítrofe entre as duas capitanias¹²² (Ver FIGURA 03 pag. 76).

Segundo Tovar, a solução para este problema seria a criação de um caminho terrestre entre as duas localidades para que as mercadorias pudessem ser trocadas e assim continuar a viagem. O escambo, que a princípio poderia representar um problema em função de retardar a viagem e aumentar o custo do transporte, era visto pelo governador como a base do desenvolvimento da região, pois, em função do aumento do comércio, a cada dia, novos comerciantes se instalariam na região e promoveriam seu crescimento.

¹²⁰ TOVAR, Manoel Vieira de Albuquerque. Carta Regia – De 10 de Agosto de 1810, sobre a estrada para Minas pelo rio Doce. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 6, I, nº. 6, 1844, p. 353.

¹²¹ TOVAR, Manoel Vieira de Albuquerque. Carta Regia – De 10 de Agosto de 1810, sobre a estrada para Minas pelo rio Doce. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 6, I, nº. 6, 1844, p. 353.

¹²² A questão dos limites entre Minas Gerais e Espírito Santo perdurou durante muitos anos e somente foi encerrada no ano de 1963. Ver MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

O itinerário do caminho fluvial para Minas teria a seguinte rota. (QUADRO 02):

QUADRO 02 - Navegação pelo Rio Doce da Capitania de Minas Gerais até a foz	
Itinerário com a correspondência de topônimos	
Topônimo Origem	Topônimo Atual
Cachoeira Escura	Perpétuo Socorro
Barra do Rio Santo Antonio dos Ferros	Próximo a Naque
Cachoeira do Bogoari	Baguari
Cachoeira do Figueira	Governador Valadares
Barra do Suassui Grande	Próximo a Gov. Valadares
Barra do rio Cuieté	Distrito de Conselheiro Pena
Natividade	Aimorés
Quartel do Souza	Sem referência
Regência Augusta – foz	Regência (Espírito Santo)

Fonte: TOVAR, Manoel Vieira de Albuquerque. Carta Regia – De 10 de Agosto de 1810, sobre a estrada para Minas pelo rio Doce. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 6, I, nº. 6 pp. 351-358, 1844. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382 p.

Cotejando as informações fornecidas por Manuel Vieira de Albuquerque Tovar com o *Mapa da Província de Minas Gerais* de 1855,¹²³ pode-se ter uma idéia de como seriam os planos de navegação do Rio Doce e a área de abrangência do caminho (FIGURA 03).

¹²³ Sobre o *Mapa da Província da Minas Gerais* (1855) esclarece que maiores informações serão apresentadas nos próximos capítulos desse trabalho.

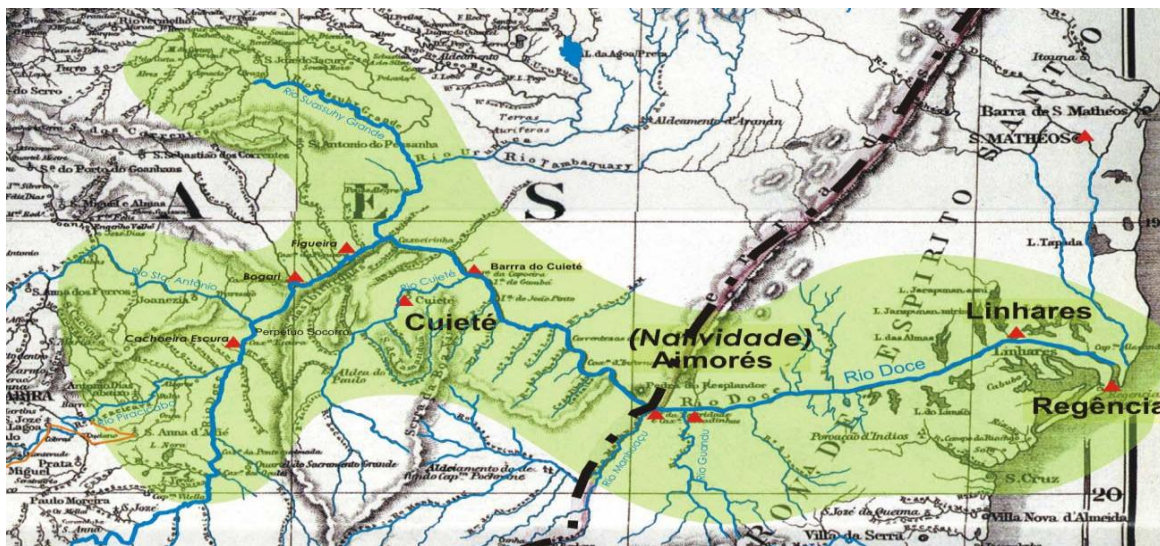


FIGURA 03 – Itinerário para Navegação do Rio Doce.

Fonte: HALFELD, H. G. F.; WAGNER, F. A província brasileira de Minas Gerais, 1998, 176p.

Não obstante as vantagens apresentadas por Tovar em se navegar o Rio Doce, uma série de fatores, entre eles o alto custo do projeto inviabilizaram a navegação.¹²⁴ Apesar do fracasso da empreitada alguns quartéis foram edificados e canoieiros ainda arriscavam-se a descer o rio. Segundo Saint-Hilaire, após um período de relativo sucesso “os canoieiros; atingidos pelas febres [...] morreram e o rio ficou livre como antes”, o francês acrescentava que “na época da [sua] viagem [1819], alguns mulatos ousavam descer o Rio Doce, em pirogas, a fim de comprar sal na Vila de Linhares, deixando aí o queijo, toucinho e outros gêneros de suas regiões.”¹²⁵ Ainda sobre o Rio Doce, Saint-Hilaire informa que uma companhia foi criada em 1819 para prosseguir com o projeto de navegação, contudo não obteve sucesso. Em 1824 a navegação do

¹²⁴ Embora apresente um plano arrojado para a navegação do Rio Doce, a competência administrativa de Manuel Vieira de Albuquerque Tovar parecia não seguir a mesma direção. Sobre o governador, Saint-Hilaire relatou o seguinte: “administrou quase tão mau quanto ele [seu antecessor Antônio Pires da Silva Leme]. Comprazia-se, de igual modo com o aparato militar e roubava aos colonos um tempo precioso passando-os sem cessar em revistas inúteis.” SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p.11.

¹²⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p.85.

Rio Doce foi entregue a uma empresa anglo-brasileira que em virtude das dificuldades já apresentadas também não conseguiu prosseguir com o projeto.¹²⁶

Mas os problemas enfrentados na navegação do Rio Doce não impediram outros planos para a abertura de caminhos. Outra tentativa no sentido de singrar os sertões do leste mineiro foi a construção de uma estrada por terra, ligando a Vila Vitória até Vila Rica (Ouro Preto) em Minas Gerais. Ao contrário da navegação, a abertura deste caminho teve relativo sucesso.

Segundo o relatório do tenente-coronel Ignácio Pereira Duarte Carneiro, apresentado ao governador da Capitania do Espírito Santo, Francisco Alberto Rubim, em 1819, a estrada que tinha origem na Cachoeira do Rio Santa Maria no Espírito Santo e seguiria para Minas pela seguinte rota.¹²⁷ (QUADRO 03).

QUADRO 03: Nova Estrada Cachoeira do Rio Santa Maria (ES) à Vila Rica	
Itinerário com a correspondência de topônimos	
Topônimo Origem	Topônimo Atual
Cachoeira do Rio Santa Maria	Rio Santa Maria da Vitória
Quartel de Bragança	
Quartel do Pinhel	
Serra Grande (dos Aimorés)	
Quartel Serpa	
Quartel de Ourem	
Quartel de Barcelos	Proximidades de São Pedro do Alcântara
Villa Viçosa	
Quartel Monforte	Prox. ao Córrego Monforte
Quartel de Sousel	
Travessia do Rio Pardo	

¹²⁶ Sobre a navegação do Rio Doce ver, ESPINDOLA, Haruf Salmen *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845*. 2000, 348p. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia.

¹²⁷ Ver RUBIM, Francisco Alberto. Descrição da Estrada para a Província de Minas Gerais pelo rio Santa Maria. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 6, I, n.º. 6, pp. 469-470, 1844.

Rio Guandu	
Rio Giquitibá	
Rio São Luiz	
Quartel Novo	
Quartel do Main-assu	Manhuaçu
Rio Matipo-o	Rio Matipo
Cabeceira Torta	Torta (próximo a Abre Campo - MG)
Quartel Geral da Casca	Rio Casca
Ponte Nova	Ponte Nova
Frequezia do Forquim	Distrito de Furquim
Frequezia São Caetano	Distrito de Monsenhor Horta
Frequezia São Sebastião	Distrito de Bandeirantes
Cidade de Marianna	Mariana
Villa Rica	Ouro Preto

Fonte: RUBIM, Francisco Alberto. Descrição da Estrada para a Província de Minas Gerais pelo rio Santa Maria. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 6, I, nº. 6, pp. 469-470, 1844. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. 382 p.

O relatório era uma resposta a Carta Régia de 04 de dezembro de 1816 e informava com precisão a situação das obras na estrada, além das distâncias entre os rios, ranchos, cachoeiras e morros. Além disso, o documento menciona que vários quartéis deveriam ser construídos para garantir a segurança dos que iriam utilizar à rota.

Sobre esta estrada, Saint-Hilaire dava a notícia que em 1819, “viajam por este caminho pedestres e índios e, para que os muladeiros encontrassem durante a viagem víveres e abrigo, havia o projeto de colocar, de 3 em 3 léguas, soldados que seriam retirados logo que os colonos se instalassem, à beira da estrada.”¹²⁸ Apesar do relativo sucesso da utilização da estrada, a construção da via esbarrou em dificuldades e atravessou momentos de precariedade e de abandono, como demonstra a nota explicativa de Saint-Hilaire.

¹²⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p.108.

Do lado de Minas, escrevia-me, em 6 de Dezembro de 1824, Guido Tomás Marlière: o caminho fora feito sob minha inspeção; fora completamente acabado e freqüentado, durante algum tempo, por caravanas e muladeiros. Entretanto, os mineiros, não conseguindo vender seu gado e outras mercadorias na Vila da Vitória, onde os habitantes, em sua maioria, se alimentavam de peixe e mariscos, acabaram renunciando a todo comércio com o Espírito Santo; e agora o caminho está obstruído por troncos caídos, cipós e galhos de árvores. É bem difícil, acrescentava Marlière, de acordo com Pizarro¹²⁹, que os habitantes tão apáticos da Província do Espírito Santo façam florescente sua região. Os próprios botucudos conhecem a diferença que há entre esta gente e os mineiros.¹³⁰

Todavia, apesar das contundentes críticas de Marlière ao comportamento dos habitantes da Capitania do Espírito Santo, é possível dizer que a construção desse caminho teve êxito. Isso porque repetidas menções são feitas a essa estrada, não só em documentos do período como dos anos seguintes, como é o caso dos Relatórios dos Presidentes de Província e a sua representação no *Mapa da Província de Minas Gerais* de 1855 (ver Figura 04).



FIGURA 04 – Estrada por terra entre Vila Vitória e Vila Rica

Fonte: HALFELD, H. G. F.; WAGNER, F. A província brasileira de Minas Gerais, 1998, 176p.

¹²⁹ Trata-se do Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo (1753 – 1830), que foi conselheiro de D. João VI, nasceu no Rio de Janeiro, estudou em Coimbra e bacharelou-se em Cânones publicou as Memórias Históricas do Rio de Janeiro em dois volumes 1820 e 1822 que se compõem em grande parte de transcrição de documentos. Ver PIZARRO E ARAUJO, Jose de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: INL 1948. (Biblioteca Popular Brasileira, 10).

¹³⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p.109, nota 03.

No ano de 1831 foi criada uma derivação deste caminho passando pela cidade de Vianna no Espírito Santo, o que de acordo com informações, tornou a rota mais curta e também mais confortável.¹³¹

Se através dos caminhos e dos quartéis a Coroa obteve algum avanço na penetração dos sertões do leste, no caso dos aldeamentos a questão era no mínimo controversa. Criados para se tornarem marcos da *civilização*, os aldeamentos funcionavam, ou ao menos, deveriam funcionar como pólo de atração dos nativos e também como um expoente da cultura e dos modos de vida luso-brasileiro. Articulados a trama civilizacional da monarquia, o local deveria dar aos índios a iniciação aos *bons modos* da sociedade portuguesa e a catequese cristã. Além disso, muitas dessas diretrizes seguiam a reestruturação proposta anos antes por Marlière.

Em 1837, a *Fala* do Presidente da Província de Minas Gerais, Antônio da Costa Pinto, manifestava seu entusiasmo com tais idéias de civilização dos índios e com a construção de um colégio voltado exclusivamente para a instrução dos nativos. Segundo o governante:

Nossa população receberia um considerável aumento se conseguíssemos arrancar das matas, e trazer à civilização as hordas de Selvagens, que por elas andam errantes, carecidos das primeiras noções, que impelem os homens a formarem Sociedades, e sujeitarem-se a uma ordem, e direção regular. Por Decreto de 06 de Julho de 1832 mandou-se criar nesta Província um Colégio de educação, destinado a instrução da mocidade Indiana. Este projeto seria talvez exequível, e vantajoso, se, depois de algumas experiências, e removidas e ponderosas dificuldades, se escolhesse o lugar que mais apropriado fosse para a fundação do colégio, e se sua administração fosse confiada a pessoa ilustrada, e que reunisse outras qualidades indispensáveis para ser encarregada de uma comissão de tanta magnitude. Para este estabelecimento nenhum lugar me parece tão apropriado, como as margens do Rio Doce, onde já existe o Corpo das Divisões, criado pela Carta Régia de 13 de maio de 1808, e cujo fim principal é defender os Colonos, e proteger suas propriedades das incursões, e hostilidades dos Indígenas. **Nesta situação não é possível deixar reconhecer-se, que, com quanto os Soldados das Divisões por ignorantes, corrompidos, e pouco menos bárbaros que os Selvagens, sejam incapazes de**

¹³¹ Atualmente a rota dessa estrada coincide com trechos da Rodovia BR 262, Rodovia MG 329 e a Estrada de Ferro Vitória-Minas. A manutenção dessa via de comunicação até os dias atuais demonstra a importância da empreitada.

lhes dar exemplos de civilização, todavia, entretendo relações com muitos deles, podem cooperar eficazmente para os chamar à vida Social.¹³²

Antônio da Costa Pinto apresentava as vantagens em se educar os *Selvagens*, principalmente no que se referia ao acréscimo de população. Entretanto, as mazelas provenientes de outras experiências com os nativos não passaram despercebidas na *Fala* e o governante salientava as dificuldades encontradas nesse processo. Na realidade, embora houvesse uma mudança no tratamento dado aos indígenas, muitos aldeamentos estavam longe de uma situação ideal.

Se na Província de Minas ainda podia ser observado algum entusiasmo em relação aos aldeamentos, o mesmo não se podia dizer dos sertões do Rio Doce que pertenciam à Província do Espírito Santo. Vale lembrar, que tais sertões também ocupavam grandes partes da província vizinha, estendendo-se quase até o litoral e, tal qual em Minas, os aldeamentos figuravam como estruturas materiais para a catequese e a dominação.

Todavia, as expectativas depositadas naqueles estabelecimentos eram diversas daquelas do governo mineiro. Em 1841, o Presidente da Província do Espírito Santo, José Joaquim Machado d'Oliveira, expunha as mazelas dos *Aldeamentos do Rio Doce* sob sua responsabilidade¹³³. Segundo o governante, a realidade dos aldeamentos era lastimável. O presidente não poupava críticas à forma como aquela instituição estava organizada e aos desperdícios de recursos empregados em sua manutenção.

¹³² *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837 pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto.* Ouro-Preto, Typ. do Universal, 1837. [grifo meu]

¹³³ *Falla com que o ex.mo Presidente da Província do Espírito Santo, José Joaquim Machado d'Oliveira, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de abril de 1841.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1841. pp. 42-45. [grifo meu]

Dirigindo-se a assembléa legislativa da Província do Espírito Santo, o governante expressava o seguinte:

Senhores, se apreciáis, como estou convencido, a verdade e a franqueza, deveis saber, **que não existe esse estabelecimento, que tão grandes somas tem custado, e que foi ereto com o sempre louvável fim de chamar os Botocudos à civilização e ao grêmio da nossa Sociedade;** e se ele ainda apresenta algum sinal de existência, não é para que a empregue em levantar-se do abatimento em que jaz, e reabilitar-se com forças para que tome sua atitude primitiva, **senão para continuar a dar abastança, e fortuna aos que o levaram a esse misero estado.**¹³⁴

O inconformismo do governante era evidente. Para ele, os Aldeamentos serviam muito mais a interesses privados e a mandatários locais, do que à catequese e civilização dos nativos, sua missão de original. Em outra passagem da *Fala*, José Joaquim Machado d'Oliveira demonstrava o fracasso dos aldeamentos do Rio Doce na Província do Espírito Santo, segundo ele:

Não existindo o menor vestígio para se pensar que houvesse ali nem se quer o desejo de civilizar e dar alguma educação moral aquela gente; tudo que houve de material, e que se fez com uma ostentação e prodigalidades impróprias de semelhantes estabelecimentos, principalmente o que foi destinado **para cômodos da Diretoria, ou caiu em ruína, ou esta prestes a isso: só o seu pessoal existe, e existe em bom estado, e unicamente desfrutando as vantagens, que locupletado a homens com estranhável prejuízo de cousas.**¹³⁵

De acordo com Oliveira, não existiam sequer vestígios materiais do empreendimento que havia custado grandes somas de recurso. A crítica do presidente recaía sobre os indivíduos que lucravam à custa do Estado. O governante propunha inclusive a extinção dos Aldeamentos, sob pena da sua continuidade macular a imagem da administração régia.

A vista disso, Senhores, **é indispensável que vos proponha a abolição dos celebres Aldeamentos do Rio Doce; porque não tem absolutamente preenchido o fim da sua instituição;** porque despende-se ali somas improdutivas, que tendo outra qualquer aplicação podem dar resultado alguma vantagem a Província; e porque dá-se com eles

¹³⁴ *Falla com que o ex.mo Presidente da Província do Espírito Santo, José Joaquim Machado d'Oliveira, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de abril de 1841.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1841. p.43. [grifo meu]

¹³⁵ *Falla com que o ex.mo Presidente da Província do Espírito Santo, José Joaquim Machado d'Oliveira, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de abril de 1841.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1841. p.44. [grifo meu]

um deplorável testemunho, mesmo aos próprios selvagens, de nossa incapacidade ou negligência para estabelecer e promover uma instituição, que, sem egoísmo e imoralidade, havendo o verdadeiro zelo do bem público, daria provas irrecusáveis de vossas convicções pela humanidade, e pelo progresso da população.¹³⁶

A *Fala* do Presidente da Província do Espírito Santo é bastante relevante, pois não se tratava de uma oposição aos nativos, ao contrário, as idéias defendidas por José Joaquim Machado d'Oliveira vinham ao encontro da política preconizada pelo governo imperial. Caracterizava-se por seguir os princípios da ilustração e por um maior zelo do erário público.¹³⁷ Além disso, mas não somente por isso, pensar nos aldeamentos, simbólica e materialmente, como postos avançados da civilização luso-brasileira, e efetivamente pode-se pensar de tal forma, qualquer fracasso na condução desses estabelecimentos significava na prática um retrocesso na empreitada de civilizar os sertões.

Dessa forma, embora no discurso oficial os aldeamentos fossem instrumentos importantes na engrenagem da civilização dos nativos e dos sertões, a sua implantação e o retorno obtido eram questionáveis e não era consenso dentro da própria administração régia. As evidências apontam que o motivo do fracasso deste instrumento não estava ligado a sua concepção, mas sim a sua execução, que ficava a cargo de indivíduos que colocavam os interesses pessoais a frente do processo.

¹³⁶ *Falla com que o ex.mo Presidente da Província do Espírito Santo, José Joaquim Machado d'Oliveira, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de abril de 1841.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1841. p.45.

¹³⁷ Aparentemente a postura do governante do Espírito Santo, era representativa de um novo panorama político que se desenhava no horizonte brasileiro. A trajetória política de Oliveira contribui para essa análise. José Joaquim Machado de Oliveira (São Paulo, 8 de julho de 1790 — São Paulo, 16 de agosto de 1867) foi um militar e político brasileiro que entrou cedo para o exército, participando das campanhas de 1817 e 1822 no sul, chegando ao posto de coronel. Foi deputado à Assembléa Geral do Império pelas províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Foi também deputado geral por São Paulo e presidente das províncias do Pará, de Alagoas, de Santa Catarina, e do Espírito Santo. Além disso, era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e comendador da Imperial Ordem da Rosa e da Ordem de São Bento de Aviz. Ver AMARAL, Tancredo do, 1895, *A História de São Paulo ensinada pela biographia dos seus vultos mais notáveis*, Alves & Cia. Editores, 353 pp. Ver Também PIAZZA, Walter: *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembléa Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

Neste primeiro capítulo apresentou-se como eram, ao longo do final do século XVIII até meados do século XIX, os sertões do leste mineiro e quem eram as pessoas envolvidas no processo de apropriação desse espaço. A idéia de *civilização* perpassara quase todas as ações implantadas nos sertões mineiros e tinha como objetivo central a catequese dos nativos e a dominação da mata. A idéia de civilização também moldava o olhar dos indivíduos sobre a paisagem configurando, inclusive, a percepção do que era ou não sertão. Dessa forma, a idéia de sertão que se constituía era fruto de uma visão de mundo que privilegiava os espaços conhecidos, o urbano, o familiar.

Com vastas possessões na América e com vários espaços internos ainda desconhecidos, a Coroa privilegiava as ações que contribuíssem para o conhecimento e apropriação dessas áreas. Os sertões do leste da Capitania de Minas Gerais se enquadravam exatamente nessa categoria, pois eram considerados espaços internos e incultos aos quais urgia incorporar à dinâmica do Império. Dessa maneira, era necessário desenvolver e ampliar técnicas e métodos que pudessem colher e sistematizar as informações sobre os espaços. Mapas, relatos, diários de viagens, tratados se inserem nessa dinâmica e eram cada vez mais importantes.

A chegada a Família Real acelerou esse processo de apropriação e, na escalada para conhecer, reconhecer e se apropriar do sertão, a Coroa utilizou métodos violentos e até desumanos para conquistar e catequizar os nativos. A declaração de guerra contra esses povos foi uma dessas ações. A estratégia da Coroa era ampla se constituiu na chamada *Junta de Civilização, Catequese, Comércio e Navegação do Rio Doce* e a divisão do Rio Doce em regiões lideradas por um Comandante com amplos poderes. O empreendimento da Coroa, como o próprio nome dizia, não separava claramente as ações relacionadas ao comércio com aquelas estritamente de caráter *civilizador*, aliás, tudo era visto como um só corpo. O problema dessa situação é que os comandantes geralmente privilegiavam o comércio e o

benefício próprio, em detrimento da catequese dos nativos. Entregue nas mãos desses Comandantes, a *Guerra Ofensiva* contra os Botocudos não surtiu o efeito desejado, o que fez a Coroa a reavaliar sua estratégia. Guido Marlière foi o militar encarregado de levar a diante essa estratégia de relacionamento com os nativos que se sustentou principalmente na atração, amizade e nas vantagens advindas do comércio.

Em termos práticos, os planos de civilização dos sertões do leste mineiro transfiguraram-se na construção de caminhos, quartéis e aldeamentos que atraíam colonos para o Rio Doce com expectativas de enriquecimento. Nesse processo, surgiram as primeiras fazendas e povoados na região. Todavia, é importante lembrar que todo esse processo não ocorreu de forma linear, nem tão pouco de forma harmônica, a construção e ocupação desses espaços foram lentos e nem sempre satisfatórios. Muitos planos fracassaram e foram abandonados pelo Estado e pelos colonos. As críticas quanto ao fracasso desses empreendimentos geralmente recaíam, ora sobre os nativos selvagens, ora sobre a natureza inóspita, ora sobre os agentes da Coroa que agiam guiados somente pelo desejo pessoal e utilizavam do aparato régio como forma de enriquecimento e de aumento de poder. Era nesse ambiente, muitas vezes precário e dividido entre vários interesses, que se desenvolvia o processo de civilização dos sertões do leste Minas, uma vasta região que guardava em seu interior um misto de sonhos, desejos, ambições, perigos e oportunidades.

Para viabilizar esse processo, era necessário cada vez mais conhecer tais espaços e assegurar o domínio e controle sobre eles. Nesse sentido, a cartografia passava a ganhar cada dia maior importância e a se tornar um instrumento vital para a administração régia. A forma como os sertões do leste foram representados nos mapas é o tema explorado nos próximos capítulos.

CAPITULO 02: AS PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS DA REGIÃO LESTE DAS MINAS GERAIS (século XVIII e início do XIX)

Durante os anos da colonização, a representação cartográfica do Brasil foi uma preocupação constante da Coroa portuguesa. Os mapas eram considerados como uma espécie de olhos do Rei e, cada vez mais, eram vistos como instrumentos essenciais para conhecimento dos vastos espaços do império por parte da administração régia. Por meio dos mapas, o Poder régio ampliava suas informações sobre o espaço, o que por fim auxiliava e garantia o processo de civilização e de dominação das regiões do império. Afinal, por um lado, “mapear significava conhecer, domesticar, submeter, conquistar, controlar, contradizer a ordem da natureza”.¹³⁸ Por outro lado, e concomitante ao crescente interesse de conhecimento, havia uma preocupação da Coroa portuguesa em manter os territórios conquistados sob domínio régio. Durante anos, os litígios de fronteiras com outras nações européias na América, principalmente com a Espanha, foram motivos de receio da Coroa portuguesa.

Diante dessas circunstâncias, a demarcação das fronteiras da colônia era uma ação necessária e imprescindível, e sobre a qual urgia um esforço substancial da Coroa. Somados a essa situação, no plano político internacional, os limites e as fronteiras eram cada vez mais aceitos e utilizados como argumentos nas discussões sobre soberania territorial. Como chama atenção a pesquisadora Íris Kantor:

Desde a paz de Westfalia (1648), os mapas tornaram-se parte do argumento jurídico das fronteiras e limites territoriais entre os diferentes Estados imperiais europeus. Está [va] em gênese uma nova concepção de soberania articulada com um território espacialmente definido. Nesse sentido, os mapas tornaram-se testemunhos de uma

¹³⁸BUENO, Beatriz P. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de "território" e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.12, n. 1, jan.-dez.2004b. p.230

tensão permanente entre o domínio nominal e o domínio efetivo e seus efeitos no plano internacional.¹³⁹

Dessa maneira, interessava às metrópoles e particularmente a Portugal produzir uma cartografia eficaz do ponto de vista dos limites externos. Haja vista o fato de o reino português deter naquele momento vastas possessões na colônia, que se confrontava com outros reinos e cujos limites ainda não estavam definidos.

Naquele período, a Coroa portuguesa já tinha uma larga experiência na construção das chamadas cartas náuticas, e resolveu aprimorar e organizar, também a representação cartográfica de suas partes interiores. Nesse sentido, Dom João V (1706-1750) ordenou, no início do século XVIII, uma série de medidas que visavam atingir tal objetivo.

Uma dessas medidas foi a criação, em 08 de dezembro de 1720, da *Academia Real de História Portuguesa* que tinha por objetivo, entre outras coisas, reunir seus sócios para: “desenvolver e divulgar os princípios normativos para o trabalho historiográfico, recomendar ou vetar autores, atuar junto aos arquivos e na conservação dos monumentos”.¹⁴⁰ Com a criação da academia estavam lançadas as bases da modernização científica portuguesa que durariam como modelo, pelo menos até o período de Pombal (1755 -1777).¹⁴¹

A *Academia Real de História Portuguesa* atuou em diversas áreas do conhecimento e no campo específico da cartografia teve destaque a ação empreendida pelo engenheiro militar Manoel de Azevedo Fortes. Sobre a atuação do militar vale lembrar que foi nomeado em meio

¹³⁹ A autora se refere a chamada Paz de Westfália também conhecida como os Tratados de Münster e Osnabrück que designa uma série de tratados que encerrou a Guerra dos Trinta Anos e também reconheceu oficialmente as Províncias Unidas e a Confederação Suíça. Esse conjunto de tratados é reconhecido como um marco na história das Relações Internacionais, pois acatou consensualmente noções e princípios como o de soberania estatal e o de Estado-nação. No caso português ver KANTOR, Iris. *Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas*. *Varia História*, v. 37, p. 70-80, 2007. p.77.

¹⁴⁰ MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.75.

¹⁴¹ Sobre a vida e a atuação política do ministro plenipotenciário de Dom José, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal conferir, entre outros, MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 201p.

ao rebuliço causado pelo trabalho apresentado pelo geógrafo do Rei de França, Guillaume Delisle, no qual afirmava, entre outras coisas, que a Colônia de Sacramento estava além dos limites de Tordesilhas e que, portanto, não fazia parte do território português.¹⁴² Tal afirmação foi exposta na dissertação, *Determination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la terre*, e impactava diretamente nos interesses portugueses na América, isso, pois, era fato que a Coroa lusa já havia ultrapassado em muitas léguas, o meridiano previamente estabelecido.¹⁴³

Encarregado das questões geográficas, Fortes propôs uma remodelação no ensino e na metodologia da produção dos mapas em Portugal, e elaborou diversos tratados relacionados à cartografia. Utilizando-se de outros trabalhos existentes naquele momento na Europa, Fortes recomendou o uso de códigos universais de representação cartográfica utilizando padrões definidos por sinais e signos. Sua obra contribuiu para que em Portugal se passasse a adotar o que havia de mais avançado em termos de técnicas, materiais e instrumentos. Segundo a pesquisadora Beatriz Bueno, que dedicou atenção especial ao militar:

Os tratados publicados por Azevedo Fortes foram o resultado concreto do impulso de renascimento da ciência do desenho geográfico promovido por D. João V e basicamente são uma síntese dos congêneres *Methode de lever les plans et les cartes de terre et mer, avec toute sortes d'instrumens, & sans instrumens*, de Jacques Ozanam (1693); *L'ingénieur français*, provavelmente de Naudim (1696); *Les elemens d'Euclides*, de R.P Dechalles; *Demontrez d'une maniere nouvelle & facile*, de M. Ozanam; e *Les règles du dessein et du lavis*, de Buchotte (1722). A novidade dos seus tratados residiu na didática com que expôs o método mais prático de proceder aos levantamentos de campo e à maneira de transpô-los para o papel, fruto da sua experiência pessoal e da síntese dos manuais franceses citados.¹⁴⁴

¹⁴² Ver BUENO, Beatriz P. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de "território" e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.12, n. 1, jan.-dez.2004b. p.207. Ver também MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

¹⁴³ Sobre o assunto existem vários estudos, entre eles o de Jaime Cortesão, que apontam para o fato dos cartógrafos portugueses terem falseado as representações do Brasil nas cartas geográficas fazendo concordar o meridiano com os acidentes geográficos de forma a ressaltar uma suposta fronteira natural dos domínios lusos. Ver KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, v. 37, p.70-80, 2007.

¹⁴⁴ Ver BUENO, Beatriz P. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de "território" e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.12, n. 1, jan.-dez.2004b. p.207

Além disso, sob a orientação de Manuel de Azevedo Fortes, a Coroa portuguesa deu um salto qualitativo em termos de conhecimento das coordenadas geográficas terrestres e na qualidade do trabalho de campo dos engenheiros militares. Seguindo os conselhos de Fortes, entre outros, a Monarquia adquiriu equipamentos e buscou indivíduos de outras nacionalidades que dominavam a vanguarda técnica das produções cartográficas.

Segundo a pesquisadora Fernanda Borges, naquele momento D. João V:

investiu [...] na aquisição de instrumentos científicos – óculos, relógios de pêndula, telescópios de reflexão, micrômetros, barômetros, sextantes e quadrantes –, de livros de astronomia, atlas e mapas, e na contratação de especialistas estrangeiros, que pudessem ensinar as artes de manuseio desses instrumentos, bem como os conhecimentos de matemática, astronomia, etc.¹⁴⁵

Além dessas medidas, foi construído um Observatório Astronômico no Colégio de Santo Antônio, que tinha por objetivo “criar as condições de aprendizado cosmográfico”¹⁴⁶, através das medições, observações e da lide diária com os instrumentos. A administração do observatório ficou sob a responsabilidade dos padres jesuítas, João Batista Carbone e de Domingos Capassi.

Assim, a partir desse aparato, Portugal reuniu os elementos necessários para a sua empreitada futura que era a de mapear suas posses. Com equipamentos e metodologia, a coroa teve a possibilidade de capacitar seus engenheiros militares nas técnicas cartográficas mais modernas existentes na Europa e dar início aos projetos de mapear suas regiões interiores, inclusive as terras brasileiras do além-mar.¹⁴⁷ Aliás, a atuação dos engenheiros militares foi fundamental no mapeamento das novas conquistas. Sobre a atuação dos engenheiros militares,

¹⁴⁵ MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.76.

¹⁴⁶ BORGES. Maria Eliza Linhares. *Padres Matemáticos*. In BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 228.

¹⁴⁷ Para um aprofundamento da história dos engenheiros militares, consultar a tese de BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese. 711p. Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP. São Paulo, 2001.

Beatriz Bueno resgata um pouco o papel desses indivíduos na história da produção cartográfica portuguesa, segundo a pesquisadora:

Ao contrário dos cosmógrafos encarregados de realizar as cartas náuticas a auxiliar no processo de expansão ultramarina portuguesa, a partir do século XVI, coube aos engenheiros militares realizar o mapeamento (geográfico, corográfico e topográfico) e efetivar a conquista das terras descobertas, auxiliando a Coroa nos seus desígnios de conhecimento e definição de território.¹⁴⁸

As mudanças empreendidas no primeiro quartel do século XVIII em Portugal e a necessidade urgente de manter o domínio das terras conquistadas culminaram com um grandioso projeto cartográfico denominado de *Novo Atlas da América Portuguesa*.

O projeto tinha como intenção mapear o território português na América com uma minúcia de detalhes. A provisão régia, de 18 de novembro de 1729, determinava as ações que deveriam ser executadas e o que deveria ser mapeado, segundo o documento:

Os mapas que fizeres devem ser graduados pela latitud e longitud geografica assim na marinha como no certão, sinelando as cidades, villas, lugares e povoaçoens dos portugueses, e dos indios, e as catas do ouro em sua verdadeira latitud e longetud geografica, praticando o mesmo nos portos, rios enceadas e abras, tendo entendido que não basta representar todas estas couzas por linhas e pontos em mapas, mas que estes devem ser estoreados expondose nelles por escripto a clareza que for possível, e em livro à parte per extenço tudo o que houver maes digno de notar em cada hua das capitánias cenalladas nos ditos mapas.¹⁴⁹

A execução da missão ficou a cargo de dois experientes jesuítas, o português Diogo Soares e Domingos (ou Domenico) Capassi, de origem italiana, esse último ficou responsável pela administração do Observatório do Colégio de Santo Antônio. Estes dois religiosos, que já haviam desempenhado trabalhos cartográficos em Portugal, ficaram

¹⁴⁸ BUENO, Beatriz P. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de "território" e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.12, n. 1, jan.-dez.2004b. p.194

¹⁴⁹ *Provisão régia de 18 de novembro de 1729*. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Códice n. 248, fl. 250. ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. 1ª ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos Portugueses, 2001, p. 105 Apud MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.76.

conhecidos posteriormente como os “Padres Matemáticos”, em virtude de seus conhecimentos sobre matemática e astronomia. Vale reiterar que o trabalho desses dois religiosos estava inserido no plano maior da Coroa portuguesa de se conhecer de forma sistemática as possessões lusas na América.¹⁵⁰

Com relação à produção cartográfica dos Padres Matemáticos, é importante ressaltar que existem ao menos duas hipóteses sobre os reais motivos do trabalho dos padres matemáticos.¹⁵¹ A primeira delas, defendida por Jaime Cortesão, insere o trabalho dos clérigos no esforço da Coroa portuguesa em demarcar corretamente o meridiano de Tordesilhas, o que acabaria com o impasse existente com a Espanha. A segunda hipótese, elaborada pelo pesquisador André Ferrand de Almeida e divulgada no ano de 2001, atribui o trabalho dos *Padres Matemáticos* ao conjunto de decisões de Dom João V com vistas a elaborar o Atlas que possibilitaria a Portugal um maior controle econômico e administrativo sobre as terras conquistadas na América. A segunda hipótese parece ser mais coerente, pois as ordens recebidas e o escopo dos trabalhos dos jesuítas iam muito além apenas da definição do meridiano de Tordesilhas.

Apesar da ousadia do projeto, logo nos primeiros anos ficou nítido que a execução da tarefa não poderia ser finalizada somente pelos dois jesuítas. A natureza hostil e a dimensão continental da colônia apresentavam-se como os principais entraves que se opunham a elaboração dos trabalhos. Por esses motivos, o *Novo Atlas da América Portuguesa* não chegou a ser terminado, todavia, o seu legado para a cartografia da América Portuguesa foi bastante significativo.

¹⁵⁰ Sobre os Padres Matemáticos conferir BORGES. Maria Eliza Linhares. *Padres Matemáticos*. In BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais*; período colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 227-229.

¹⁵¹ Ver BORGES. Maria Eliza Linhares. *Padres Matemáticos*. In BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais*; período colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 227-229.

Citando o pesquisador Ferrand de Almeida, Fernanda Borges nos lembra que “foram elaborados cerca de vinte mapas, abrangendo parte das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além da costa brasileira desde Cabo Frio até Laguna, as campanhas do Rio Grande de São Pedro e a região da Colônia do Sacramento e do rio da Prata”. Produziram-se também mais oito plantas dos fortes da cidade do Rio de Janeiro e mais uma da Colônia do Sacramento.¹⁵²

Além disso, os Padres Matemáticos definiram o meridiano do Rio de Janeiro e traçaram seus mapas a partir dele, isso, para diminuir a margem de erro nos cálculos das longitudes. Eliza Borges nos lembra que esta era uma prática conhecida e que “experiência semelhante tinha sido levada a termo por outros jesuítas que estiveram cartografando regiões da China no século XVII”. Ainda segundo a pesquisadora, os mapas tinham como características técnicas e estilísticas o uso “nanquim e aquarela”¹⁵³.

Além disso, o trabalho dos jesuítas foi fundamental para a discussão da determinação da fronteira com a América Espanhola. Juntamente com outros mapas, a produção cartográfica dos padres matemáticos constituiu-se como base para a elaboração do Tratado de Madri em 1759, e para, conseqüentemente, a conformação dos limites do espaço da colônia.

Especificamente em relação ao mapeamento da região das Minas Gerais, a importância desses dois jesuítas foi imensa. Diogo Soares e Domenico Capassi foram responsáveis pela confecção das primeiras cartas da Capitania das Minas, por volta dos anos 1734/35. A metodologia utilizada nesse processo envolvia a utilização de algumas observações de campo e

¹⁵² MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.77.

¹⁵³ BORGES, Maria Eliza Linhares. Padres Matemáticos. In BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 228.

vários relatos, denominados de *Notícias Práticas*¹⁵⁴. No total, foram produzidos cinco mapas regionais e três pequenas plantas de arraiais pertencentes ao termo do Ribeirão do Carmo (Mariana)¹⁵⁵. Tais mapas se tornaram referência para a cartografia de Minas e do Brasil.

2.1- Sertões do leste mineiro: nativos bravios nos mapas da virada do século XVIII

A partir do século XVIII, a região das Minas Gerais passou a ter uma importância fundamental na estrutura do Império português. O destaque da região provinha principalmente das riquezas minerais exploradas pela Coroa. A demanda para o conhecimento e mapeamento desse espaço caminhava em uma escala crescente e lado a lado com a preocupação do sigilo dessas informações. Havia um receio embasado que tais informações caíssem em mãos de outros reinos. Naquele período, os mapas eram tratados como segredo de Estado e talvez essa preocupação, fosse responsável pela escassez na produção dos mapas e pelos mistérios em relação à localização específica de determinadas regiões. Além disso, os obstáculos naturais encontrados para a elaboração das cartas contribuía para que muitas regiões fossem representadas parcialmente ou de maneira distorcida. Uma dessas regiões era justamente a dos sertões do leste mineiro.

Com o passar dos anos, acompanhando o deslocamento das atividades exploratórias e de civilização dos índios, a administração régia voltou os olhos para o conhecimento da região

¹⁵⁴ Os originais estão na Biblioteca de Évora. Cód. CXVI, f. 1-15, publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 69, 1908, e em TAUNAY. *Relatos sertanistas*, p. 93-178. Ver COSTA. et al. *Cartografia da Conquista da Capitania de Minas Gerais*.

¹⁵⁵ Segundo Fernanda Borges Moraes os mapas em questão não possuem assinatura, todavia podem ser atribuídas aos padres matemáticos em função do estilo adotado. Ainda segundo a pesquisadora, os arraiais representados seriam os de São Sebastião, Sumidouro e São Caetano, atuais Bandeirante, Padre Viegas e Monsenhor Horta, todos distritos do município de Mariana. Ver MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.77. Nota 112.

leste de Minas, e já no final do século XVIII, tais sertões eram vistos como objeto de desejo pela Coroa portuguesa. A cada dia crescia o interesse de conhecer e de explorar a região. A busca pela apropriação daqueles espaços também foi marcada pelo processo de *Civilização* luso-brasileiro que, conforme visto forjava os olhares sobre as áreas e sobre indivíduos.

Civilizar os sertões era palavra de ordem no discurso da monarquia e quase todas as ações da Coroa traziam implícitas, tal prerrogativa. Contudo, é importante lembrar que antes de se tornar uma realidade material, a civilização projetada sobre os sertões passava pela confecção e pela utilização de instrumentos que permitissem a apropriação daquele espaço pela monarquia.

Nesse sentido, mapas, relatórios, notícias e levantamentos eram de particular interesse para a administração régia. Além disso, os mapas eram tidos como instrumentos ativos, pois transmitiam diretamente a idéia de conhecimento da região. Assim, a produção de novas cartas passou a ocorrer de forma mais freqüente, principalmente pelas mãos dos engenheiros militares que serviam na Capitania e que geralmente ofertavam sua produção ao governante local na expectativa de receber em troca honras e mercês.

No caso específico dos sertões do leste de Minas, é importante ressaltar que as representações desses espaços freqüentemente estavam associadas a imagens negativas. A região era vista como um local de selvageria, de barbárie, de doenças e de outras denotações depreciativas. Isso valia, tanto com relação à mata, quanto aos nativos que nela habitavam, entretanto, também existia uma crença na potencialidade desses sertões. Assim, diversas imagens foram sendo construídas e reforçadas ao longo do tempo, ora com matizes de prosperidade e virtude, ora com tons negativos de selvageria e de perigos. Tais imagens também repercutiram nas representações cartográficas da região. Os mapas, que eram instrumentos de planejamento e de controle, traziam também em seus traços reflexos da sociedade e do momento histórico que representavam.

Na cartografia referente à região leste de Minas Gerais não era diferente e, refletindo as mesmas concepções negativas relativas aos sertões, não era raro o uso de expressões depreciativas para designá-los. A região leste era representada frequentemente por um vazio imenso, intercalado apenas por alguns rios e serras e por termos tais como *Sertão* e *Inculto*. Aliás, essa persistência parecia compor um padrão que se repetia na cartografia da região e que paulatinamente consolidava imagens que permaneceram associadas ao sertão leste mineiro e são essas imagens que interessam particularmente a essa pesquisa.

Nesse sentido, a fim de resgatar o processo de construção dessas representações é importante uma caracterização da cartografia produzida sobre os sertões do leste mineiro. Assim, a atenção será dada neste momento à análise do *Mapa da Comarca do Serro Frio*, da *Planta Geral da Capitania de Minas* e da *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes*, mapas que foram produzidos entre os anos de 1778 e 1804.

É preciso ressaltar que o objetivo desse estudo não é uma análise estética dos mapas, este é um caminho profícuo, mas que demandaria tempo e esforços não permitidos nesse momento.¹⁵⁶ Mas como não poderia ser diferente, a análise estética ocorrerá de forma tangencial à pesquisa. Dessa forma, a ênfase será dada aos elementos gráficos que possibilitem a discussão de como esses espaços foram compreendidos em diferentes épocas. Em outras palavras, o objetivo é perceber quais elementos foram lembrados e quais elementos foram esquecidos ou omitidos no momento da construção dos mapas, para daí se esboçar um diálogo entre tais representações e o momento histórico de sua produção.

¹⁵⁶ Uma análise bastante completa sobre o tema e sobre o desenvolvimento do desenho e da engenharia em Portugal e no Brasil no período colonial encontra-se em BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese. 711p. Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP. São Paulo, 2001.

2.2- O Engenheiro Militar José Joaquim da Rocha e o Mapa da Comarca do Serro Frio – 1778

No último quartel do século XVIII, por volta do ano de 1778, o militar José Joaquim da Rocha ofertou ao recém nomeado governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, um conjunto de cinco mapas que representavam a Capitania de Minas e suas 04 comarcas – Sabará, Vila Rica, Rio das Mortes e Serro Frio.¹⁵⁷ Produzidas a mão, as aquarelas e as iluminuras que adornam os mapas impressionam pela alta qualidade e técnica empregada. Todavia, não é somente por essas características que os mapas de José Joaquim da Rocha são reconhecidos. Os traços e códigos empregados na representação cartográfica do militar seguiam as convenções mais modernas estabelecidas à época,¹⁵⁸ e eram frutos, conforme visto, das ações empreendidas anos antes, no primeiro quartel do século XVIII, por Manoel de Azevedo Fortes. Os mapas de Rocha constituem-se como testemunhos do desenvolvimento da cartografia portuguesa. Na relação das produções de José Joaquim da Rocha, ainda se incluem outros mapas como o do Rio Doce, além de três memórias históricas da Capitania, uma delas intitulada, *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*.¹⁵⁹

Para analisar a cartografia produzida por Rocha, faz-se necessário resgatar um pouco de sua trajetória de vida. A história do cartógrafo não é muito precisa, mas pelas informações que o próprio militar prestou aos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, sabemos que nasceu

¹⁵⁷ Para um aprofundamento nas informações referentes aos mapas de José Joaquim da Rocha, e da evolução urbana das minas nos setecentos, localidades, corografia, hidrografia, povoados conferir a obra de Fernanda Borges Moraes. Ver MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.v.II, p. 385-413.

¹⁵⁸ FURTADO, Júnia. *Iluminuras da Sedição: a cartografia de José Joaquim da Rocha e a Inconfidência Mineira* (MIMEO).

¹⁵⁹ A pesquisadora Fernanda Borges de Moraes chama a atenção para o fato de Rocha contar nessa produção com o auxílio de Francisco Antonio Rebelo, autor do Erário Régio de S. M. F. ministrado pela junta da Real Fazenda de Vila Rica (1768). Ver MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.v.II, p. 96.

por volta de 1740, em São Miguel da Vila de Souza, ao sul de Aveiro, no Bispado da Extremadura e que era filho do capitão Luís da Rocha e de dona Maria do Planto.¹⁶⁰ Da sua vida em Portugal se conhece muito pouco. O militar chegou a Minas Gerais entre os anos de 1763 a 1768, durante o governo de Luís Diogo Lobo da Silva e serviu aos governantes na condição de engenheiro militar. Nessa função, executou diversos trabalhos na Capitania de Minas Gerais como plantas, mapas e estudos geográficos. Deu baixa no ano de 1778, quando passou à organização de suas descrições histórico-geográficas de Minas Gerais.

Uma passagem que ficou evidenciada na vida de José Joaquim da Rocha refere-se ao seu suposto envolvimento no processo da Inconfidência Mineira. O cartógrafo foi implicado sob suspeita de manter relações com o alferes Joaquim José da Silva Xavier e de passar informações para o levante através de um mapa. O denunciante foi Basílio de Brito Malheiro, também implicado no processo. José Joaquim da Rocha negou seu envolvimento com os sediciosos e informou que nada tinha haver com o assunto. Informou ainda que seu contato com Tiradentes limitava-se a um amigo em comum “de nome Manoel Antônio de Moraes, morador do Serro do Frio” que se hospedava em sua casa, e que o mapa foi dado ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier “sem maldade”.¹⁶¹

As acusações não incriminaram Rocha, mas é possível a partir desse episódio perceber a importância adquirida por seus mapas. A pesquisadora Junia Furtado chama a atenção para o fato de que o mapa de José Joaquim da Rocha:

Configurava uma informação estratégica vital para o planejamento do levante, pois informava em detalhes a disposição do povoamento das Minas Gerais, cuja população, de acordo com o mesmo documento, “era perto de 400 mil pessoas,

¹⁶⁰ Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. (ADIM) Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981, vol.4, p.115. Apud FURTADO, Júnia *Illuminuras da Sedição*: a cartografia de José Joaquim da Rocha e a Inconfidência Mineira (MIMEO).

¹⁶¹ Ver COSTA, Antônio Gilberto; et. al. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 60. Ver também FURTADO, Júnia *Illuminuras da Sedição*: a cartografia de José Joaquim da Rocha e a Inconfidência Mineira (MIMEO).

divididas pelas suas respectivas classes, brancos, pardos e negros, machos e fêmeas”.¹⁶²

Deixando de lado as implicações políticas da utilização do mapa de José Joaquim da Rocha, é importante perceber a dimensão gráfica esboçada nos mapas do militar. Sabe-se que a representação dos espaços feita por Rocha estava imbuída de sentidos e é para esta dimensão que a pesquisa se volta. Ou seja, interessa identificar as terminologias utilizadas pelo cartógrafo para nomear e demarcar o território do leste mineiro, principalmente aqueles elementos que reportam à presença humana na região.

Nesse sentido, atenção se volta para um mapa específico de José Joaquim da Rocha intitulado, *Mapa da Comarca do Serro Frio*.¹⁶³ Neste mapa, o cartógrafo representou a região da Comarca do Serro Frio, delimitando uma área circunscrita, da margem direita do Rio São Francisco e Rio das Velhas, seguindo em direção leste, até as proximidades do que atualmente é a divisa com o Espírito Santo. Ao sul, a representação se estendia até a margem esquerda do Rio Doce, e ao norte, até os limites com a Capitania da Bahia¹⁶⁴ (ver MAPA – 01 em anexo). Tal área compreendia grande parte do que era considerado sertão na região leste.

A falta de informações nesta carta se torna evidente, sobretudo se for comparada à série de outros mapas produzidos por Rocha. Esta carta também representa resquícios de locais idílicos do imaginário português, como por exemplo, a famosa *Serra das Esmeraldas*, que no mapa também é identificada pelo nome de *Serra Negra*. No geral, o mapa apresenta alguns poucos caminhos no sertão leste e pouquíssimos sinais de ocupação humana. Aliás, a presença

¹⁶² FURTADO, Júnia *Illuminuras da Sedição: a cartografia de José Joaquim da Rocha e a Inconfidência Mineira* (MIMEO). p.3.

¹⁶³ ROCHA, José Joaquim da. Mapa da Comarca do Serro Frio. In: *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais; descrição geográfica topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 228p. (mapa em bolso).

¹⁶⁴ Ressaltamos que os limites apresentados, funcionam apenas como balizas para uma noção de espaço e não tem correspondência com os limites utilizados em tempos atuais.

humana na região é identificada apenas pelos nomes de alguns grupos nativos que freqüentavam a área. Do ponto de vista do colonizador, essa representação, se tomada de forma isolada é indicativa da pouca penetração da chamada *civilização* luso-brasileira naqueles espaços. Além disso, no *Mapa da Comarca do Serro Frio*, a representação dos nativos é o que mais caracterizava os sertões do leste e é sobre este ponto que serão feitas algumas reflexões.

Para começar, analisa-se a cartela de identificação do mapa. Nesta cartela, o cartógrafo desenhou uma jovem índia nua, deitada sobre a relva, cercada por árvores frutíferas e tendo aos seus pés um arco, um pássaro abatido e uma cesta na qual deposita uma fruta. A construção desse cenário transmite uma sensação de harmonia quase primitiva. A representação da jovem índia mostrava hábitos simples, indícios de comportamento dos nativos e, sobretudo, de como estes hábitos eram vistos pelos portugueses. (ver FIGURA – 05)



FIGURA 05 – Detalhe do Mapa da Comarca do Serro Frio 1778 – A
Fonte: ROCHA, Mapa da Comarca do Serro Frio, 1995. 228p.

Dessa representação é possível pensar que, se por um lado a imagem não apresenta elementos considerados ameaçadores, por outro, ela aproxima o modo de vida do indígena à uma sociedade considerada, aos olhos do colonizador, como primitiva e natural, onde os valores da civilização portuguesa ainda não haviam chegado. Desta forma, a representação do nativo sob essa perspectiva abre um campo fértil para legitimar as ações de civilização e de catequese empreendidas pela Coroa portuguesa. Ao caracterizar o índio como um ser primitivo e pueril, a monarquia mobilizava os elementos necessários para trazer aqueles indivíduos ao seio da sociedade.

Na mesma carta elaborada por Rocha, não havia apenas a representação do nativo como um indivíduo pacato. A dualidade na representação dos nativos também se fazia presente na cartografia. Neste mapa, o cartógrafo identificou os nativos da região e registrou um eloqüente comentário sobre os índios Panhames. José Joaquim da Rocha utilizou a expressão: “*Gentio Panhame q come as mais naçoens*”, para caracterizar uma grande área dos sertões do leste, mais especificamente o vale do Rio Mucuri, na região adjacente a margem norte do Rio São Mateus¹⁶⁵. (ver FIGURA – 06)

¹⁶⁵ A bacia do Vale do Mucuri é constituída de dezenas de ribeirões e por dois rios maiores chamado de Rio São Mateus, ao norte, e Rio de Todos os Santos, mais ao sul.

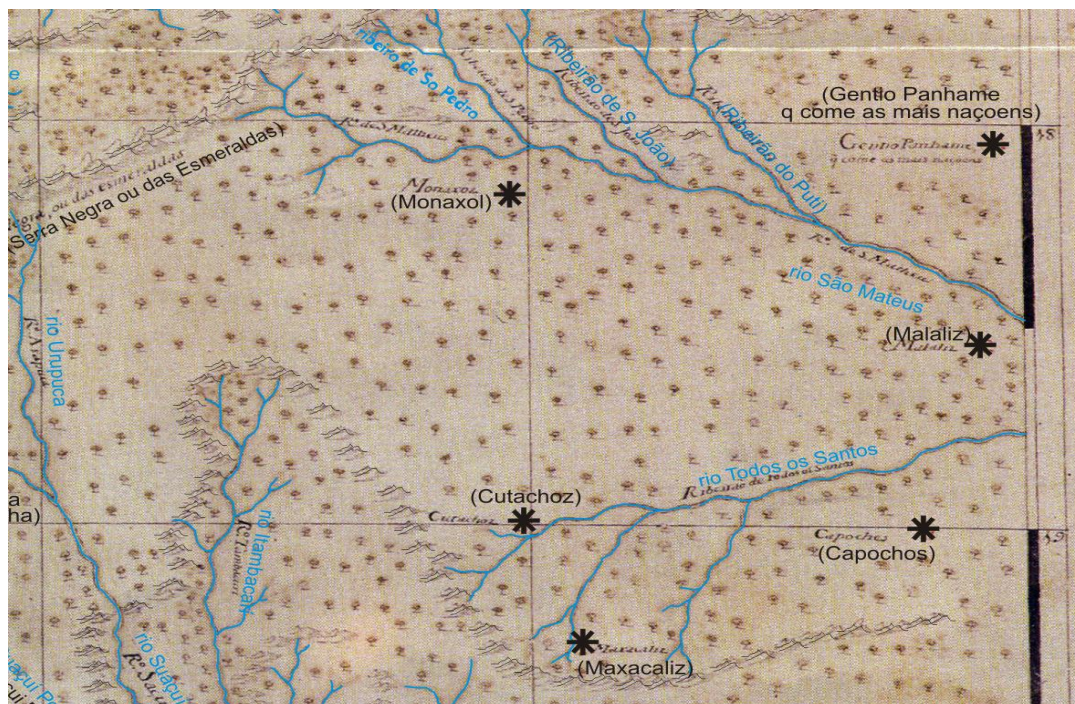


FIGURA 06 – Detalhe do Mapa da Comarca do Serro Frio 1778 – B
 Fonte: ROCHA, Mapa da Comarca do Serro Frio, 1995. 228p.

A nomenclatura utilizada pelo engenheiro militar não foi aleatória. As palavras de Rocha dizem respeito às impressões construídas, individualmente ou na coletividade, sobre a região leste da Capitania e Minas Gerais e sobre os povos que nela habitavam.

Assim, cotejando o *Mapa da Comarca do Serro Frio* com as memórias deixadas por Rocha, percebe-se que o militar identificou diversos povos nativos nas imediações do vale do Mucuri, como, por exemplo, os *Monaxol* e os *Malaliz*, no Rio São Mateus, e os *Cutachoz*, *Capoches*, no Rio de Todos os Santos. Neste momento, interessa compreender os motivos que levaram o cartógrafo atribuir a antropofagia somente a um grupo nativo, no caso os *Panhames*.

Uma pista que auxilia nesse sentido é refletir sobre quais os valores culturais que compunham o mundo de José Joaquim da Rocha. As memórias deixadas pelo militar são uma fonte importante nesse caminho. Em sua memória *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, apresentada poucos anos após a conclusão dos mapas em 1778, Rocha apresenta

indícios de sua visão sobre o sertão e sobre os nativos do leste de Minas Gerais. Em determinada parte de suas memórias Rocha informava que:

Entre a Capitania de Minas Gerais e a do Espírito Santo, não há mais divisa conhecida do que da ilha da Esperança; situada no grande Rio Doce em 356 de longitude, ao oriente das Minas, e não se sabe de mais divisa **por serem sertões pouco penetrados e povoados de gentios de várias nações**. Estes são os panhames, ou botocudos e puris, que unidos fazem uma contínua guerra aos monaxós, malalis, maxacalis, capoxós e tambacuris, **de cujas vidas se alimentam, além da destruição que lhes causam nas suas aldeias e culturas**. Todas estas nações, acometidas daqueles primeiros, procuram a amizade dos povoadores de Minas, os quais se lhes tem unido algumas vezes, por pequenas escoltas, enviadas pelos Ex.mo Generais, que têm governado as mesmas Minas, **para que juntos destruíssem aquelas bárbaras nações** que lhe(s) tem sido impossível e apenas chegaram a estabelecer uma pequena povoação no lugar do **Cuieté**,¹⁶⁶ ao meio-dia das margens do Rio Doce, em distância de cinco léguas.¹⁶⁷

Como visto, o excerto traz uma série de informações relevantes sobre a maneira como o cartógrafo reconhecia a região e seus habitantes. Neste caso específico, Rocha exaltava a dificuldade de penetração nos sertões e a variedade de grupos indígenas existentes. O militar evidenciava ainda a guerra constante entre os nativos e as estratégias dos índios ditos *mansos* de se aliarem aos colonos. Os obstáculos da administração régia ao tentar se apropriar daqueles sertões também era alvo de reflexão de Rocha. O cartógrafo relatava também a antropofagia dos Panhames, dos Botocudos e dos Puris. A peculiaridade do relato fica por conta da referência à chamada *ilha da esperança*, a qual o militar destaca no texto, mas que curiosamente não foi representada em seu mapa.

Vale lembrar que o conjunto dessas memórias foi dedicado ao então Governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Rodrigo José de Menezes, a quem o militar foi subordinado.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Cuieté era o povoado conhecido como Cuieté Velho ou Presídio de Cuieté. Atualmente é o distrito sede do município de Conselheiro Pena. Ver BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. [grifo meu]

¹⁶⁷ ROCHA, José Joaquim da; RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p.77 – 78. [grifo meu]

¹⁶⁸ Sobre a oferta das memórias e dos mapas que Rocha fez ao Governador da Capitania, é importante lembrar que a atitude de militar estava inserida na “economia moral do dom”, que entre outras coisas, condicionava a realização

Tal fato é relevante, pois evidenciava o alinhamento de Rocha ao pensamento da administração régia e coloca suas obras como um desdobramento das concepções de civilização portuguesa postas no final do século XVIII. Além disso, as memórias de José Joaquim da Rocha reforçam a perspectiva de que na região do Rio Doce havia uma situação de guerra entre colonos e nativos, mesmo antes da declaração da chamada *Guerra Ofensiva* de 1808.

Analisando as memórias do cartógrafo percebe-se uma repetição de padrão, pois a associação entre sertões do leste de Minas e a antropofagia era eloqüente na obra de José Joaquim da Rocha. Em outra passagem de suas memórias tal fato se torna ainda mais explícito:

Postas as coisas no seu necessário equilíbrio, partiu o Ex. General a demandar os sertões de Caeté. No dia 16 de agosto[], chegou com sua comitiva à nova ponte do Rio Doce, única paragem por onde se segue para aquele dilatado sertão, e, para haver entrar nele, se preveniu de uma guarda de pedestres, ou homens mateiros, únicos que sabem penetrar matos e batalhar com o gentio. **É este o bravo botocudo devorador de carne humana e senhor de toda aquela dilatada mata**, da qual, pelo seu grande número, tem extinto e afugentado outras nações que na mesma habitavam; é por isso **temido, respeitado e absoluto dominador daqueles extensos matos**, sem que a experiência tenha alcançado meio de se poder civilizar e só com excessivo trabalho se poderá **extinguir e não domar**.¹⁶⁹

Nesse trecho, o militar reconhece a evidente supremacia dos botocudos nos sertões do leste, considerando-os como *senhor[es] de toda aquela dilatada mata*. O engenheiro militar descarta ainda qualquer possibilidade de interação entre colonos e aqueles nativos, e finaliza apontando para a única solução possível naquela situação: a eliminação completa dos botocudos.

de determinado serviço ao recebimento de honras e mercês. Tais práticas revelavam ainda a existência de praticas de poder informais e formais constituindo as chamadas “redes clientelares” de poder que eram muito comuns na administração portuguesa no período colonial, e que avançou inclusive pelo Brasil Império. Sobre o assunto consultar, entre outros, HESPANHA, A. M. e XAVIER, A. As redes clientelares. In: MATTOSO, J. (Org.). *História de Portugal; o antigo regime*. Lisboa: Editora Estampa, 1993. v. 4, p. 381-393, e FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comercio nas Minas setecentistas*. 2.ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006. 289p. Estudos históricos; 38.

¹⁶⁹ O General ao qual José Joaquim da Rocha se refere é o Governador da Capitania de Minas Gerais Dom Rodrigo José de Menezes a quem o militar dedica à obra. ROCHA, José Joaquim da; RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p.192. [grifo meu]

É importante lembrar que os nativos que habitavam àquelas matas pertenciam ao tronco Macro-jê, eram denominados de forma genérica como Botocudos e assim chamados em função dos ornamentos que utilizavam nos lábios.¹⁷⁰ A estes grupos, quase sempre, esteve associada à idéia da selvageria, da barbárie e da antropofagia: própria antítese da civilização.

Nesta linha de pensamento seguida pelo militar, o projeto de civilização pela catequese e pela aproximação com os nativos tornava-se praticamente inviável, e o conflito aberto apresentava-se como a única opção. Como observado anteriormente, a solução proposta por Rocha seria, alguns anos mais tarde, o argumento central e a base onde se apoiaria os alicerces da *Guerra Ofensiva* desenvolvida, em 1808, pela Coroa portuguesa.

O que fica claro com a análise dos dois fragmentos expostos é que, a despeito da vigência do *Diretório dos Índios*,¹⁷¹ aos olhos do militar e, certamente de parte da administração portuguesa, a solução para a ocupação daqueles sertões passava pelo extermínio dos nativos botocudos. Os dois trechos apresentados indicam ainda, a forte relação entre as concepções de mundo, exaltadas pelo cartógrafo, e sua produção cartográfica, ou seja, o mapa e o relato podem ser entendidos como uma extensão um do outro. Através da análise do texto, fica mais claro a percepção do mapa como produto de uma visão de mundo, sujeito ao tempo e ao momento histórico no qual foi produzido.

Ainda sobre a questão da antropofagia, cabe lembrar que a sua associação com os nativos botocudos não foi uma exclusividade de José Joaquim da Rocha. O tema era recorrente em diversos relatos coevos e prolongou-se posteriormente na historiografia referente à região. Tal associação aponta para a transitividade entre as idéias da época e a obra do militar. Todavia, a

¹⁷⁰ A descrição dos Botocudos nos é dada pelo cartógrafo Eschwege. Ver ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von; RENGER, Friedrich Ewald. *Jornal do Brasil: 1811-1817* ou, Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: FAPEMIG, 2002, p. 81.

¹⁷¹ Com relação ao tema do *Diretório dos Índios*, realizou-se uma abordagem mais ampla no Capítulo 01 dessa dissertação.

singularidade introduzida nos mapas de José Joaquim da Rocha reside no fato do militar nomear, qualificar e situar grupos nativos a um determinado espaço. Ao utilizar expressão, *Gentio Panhame q come as mais naçoens*, para caracterizar parte do sertão leste mineiro, o cartógrafo promoveu e/ou explicitou uma correlação entre imagem e espaço, associando diretamente, um espaço a um povo e a uma prática. Cabe lembrar também que a terminologia adotada por José Joaquim da Rocha não estava, *a priori*, orientada a criar qualquer imagem daqueles sertões. Certamente, as expressões que o cartógrafo utilizou eram recorrentes na época e o militar reproduziu o consenso que se tinha da região naquele momento, no qual também se incluía.

As condições da produção das cartas de Rocha também são importantes para entender suas representações. Como engenheiro militar da Coroa, o alferes percorreu praticamente todos os cantos da Capitania e uma de suas principais funções era ajudar na construção e reparação de fortalezas militares. No caso de Minas, Capitania interior, esses fortes ficavam exatamente na interseção entre a zona colonizada pelos portugueses e o dito sertão bravo. Dessa forma, a missão de Rocha estava imbuída de caráter civilizatório, pois, ao auxiliar na construção das fortalezas levava a ordem lusitana para os confins das Minas Gerais¹⁷². Nesse caso, pode-se pensar que a missão de Rocha como engenheiro militar nos sertões de Minas tornava-o uma espécie de emissário da colonização e da civilização.

Outra constatação é que a representação sobre os sertões e sobre os nativos botocudos, esboçada nos mapas de José Joaquim da Rocha, tornava-se cada vez mais senso comum. Esse sentimento somado a outros fatores culminaram, conforme visto, com a declaração de *Guerra Ofensiva*, anos depois. Entretanto, não é possível saber até que ponto a cartografia de Rocha, a política oficial e o senso comum influenciavam e se conformavam um ao outro. O fato é que,

¹⁷² FURTADO, Júnia *Iluminuras da Sedição: a cartografia de José Joaquim da Rocha e a Inconfidência Mineira* (MIMEO). p.3.

anos mais tarde, conforme chamou a atenção Vânia Moreira, “o Brasil não era mais um lugar bárbaro e incivilizado de forma genérica e imprecisa, pois a autoridade monárquica estava definindo e demarcando os lugares e os grupos sociais que assim podiam ser considerado”.¹⁷³

Nesse contexto, o mapa de Rocha era um instrumento importante, pois transmitia uma informação vital para a demarcação desses espaços.

Ainda em relação à cartografia do leste mineiro, anos mais tarde, em 1798, José Joaquim da Rocha fez uma representação do curso do o Rio Doce e áreas adjacentes até sua foz.¹⁷⁴ Da análise dessa carta, fica ainda mais evidente a falta de informações sobre a região, especialmente no que se refere ao médio Rio Doce que foi denominado genericamente como *Certão povoado de Gentio de várias naçoens*. O mapa se resume ao curso do Rio Doce, alguns rios afluentes e algumas serras.

Do ponto de vista da cartografia histórica, a série de mapas de José Joaquim da Rocha ganhou especial importância pelo fato do militar ter conhecido como poucos o território que representava. O legado que sua obra representou também é outro ponto importante. Os cartógrafos que sucederam o engenheiro militar se valeram dos seus mapas, isso, pois na tradição da produção cartográfica era comum a utilização de mapas pré-existentes como base para se produzir uma nova carta e, neste processo, assim como os Padres Matemáticos, Rocha foi muito utilizado.

Vale lembrar que nesse reaproveitamento das cartas, eventualmente alteravam-se e complementavam-se informações sobre o território. O mais comum era a reprodução das

¹⁷³ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *1800: a guerra contra os Botocudos e os fundamentos da política indigenista brasileira*. Disponível em http://www.euronapoleon.com/pdf/private/Vania_Maria_Losada_Moreira.pdf Acessado em 27/12/2008.

¹⁷⁴ O mapa de José Joaquim da Rocha está na Biblioteca Nacional do Brasil existe uma reprodução dessa carta em TEIXEIRA, Romeu do Nascimento; DANGELO, Jota (Coord.). *O Vale do Rio doce/ texto Jota Dangelo; concepção, pesquisa e coordenação Romeu do Nascimento Teixeira*. [S.l.]: Companhia Vale do Rio Doce, 2002. p. 65.

informações contidas nos mapas anteriores, visto que, em poucos casos a coleta de dados no campo era satisfatória.

De toda forma, vários mapas que se seguiram aos feitos por José Joaquim da Rocha mantiveram a caracterização dos sertões do leste como uma zona recheada por nativos antropófagos, salteada por alguns aldeamentos, poucas fazendas, rios, serras e parques caminhos. E, embora também houvesse a representação do índio “manso”, a imagem que prevalecia era de uma representação que reforçava a caracterização da região como uma zona intransponível e alimentava a aversão aos povos que ali viviam.

2.3- Civilização, aldeamento e selvagens na Planta Geral da Capitania de Minas – 1800

Alguns anos mais tarde, em 1800, foi apresentada a *Planta Geral da Capitania de Minas*¹⁷⁵. O mapa, de origem desconhecida, representava grande parte do que hoje é o território mineiro, com exceção do triângulo. Ao norte balizavam as Capitânicas de Pernambuco e Bahia, ao sul a divisa era com a Capitania do Rio de Janeiro e de São Paulo, ao oeste com a Capitania de Goiás e ao leste com a Capitania do Espírito Santo. No caso do leste mineiro, o mapa representava a região dos vales Rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha, aproximadamente a área do sertão do leste mineiro. A planta apresenta uma quantidade significativa de povoados, caminhos, aldeias e vilas, sinais prováveis da evolução urbana da Capitania (MAPA – 02). Todavia, se existiam sinais de aglomeração humana, principalmente na região de Ouro Preto e Mariana, o mesmo não se aplicava aos espaços do leste, cuja representação se resumia a pouquíssimos elementos gráficos.

¹⁷⁵ Planta Geral da Capitania de Minas Geraes. ca. 1800. In: COSTA, Antônio Gilberto; *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 189. Em relação a qualidade técnica a pesquisadora Fernanda Borges aponta para as distorções de escala existentes nesse mapa, semelhantes as encontradas nos mapas de José Joaquim da Rocha e de Caetano Luis Miranda. Ver MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.101.

O ponto relevante evidenciado na figura é o fato do cartógrafo desenhar de duas maneiras distintas os índios Panhames, nativos de um mesmo grupo e que habitavam regiões muito próximas. Desta representação, surge uma questão importante, ou seja, por qual razão, ou razões, o cartógrafo distinguiu esses dois grupos.

Antes de iniciar a análise, cabe deixar claro que as reflexões aqui desenvolvidas se caracterizam como um esforço no sentido de decifrar os sinais deixados pelo cartógrafo e não traduzem assertivamente a sua intenção. Dessa forma, surgem ao menos duas respostas ao questionamento. A primeira e menos provável é a possibilidade da grafia utilizada pelo cartógrafo ser fruto de algum equívoco despercebido. Se for este caso, não existe caminho possível para a análise, e a questão fica encerrada. Entretanto, pelos relatos conhecidos, e pelo cotejamento das fontes é possível inferir que as expressões utilizadas pelo cartógrafo sugeriam outro caminho.

Assim, analisando mais detidamente a *Planta Geral da Capitania de Minas*, percebe-se que a terminologia adotada pelo cartógrafo transmite a quem lê o mapa dois tipos de informações sobre o comportamento dos nativos Panhames: o primeiro comportamento é relativo a indivíduos que viviam fixos e aldeados, portanto com características sedentárias e contrárias ao habitual; o outro comportamento, é relativo aos gentios que não obedeciam essa lógica e que viviam dispersos por entre as matas da região.

Levando-se em conta as relações existentes entre colonos, nativos e a Coroa portuguesa, é possível supor que a representação da aldeia feita pelo cartógrafo fosse indicativa do processo de cooptação e de atração dos nativos, ação concebida pela coroa e encetada pelas autoridades locais. Ainda sobre o tema, tal processo podia ser entendido como a implantação de instrumentos com vistas a garantir a civilização luso-brasileira nos sertões do leste mineiro.

Colabora nesse sentido, o fato dos aldeamentos terem por definição a característica de agrupar os indivíduos fixando-os em num determinado espaço. Exemplo desse processo foram os aldeamentos criados anos depois por Guido Marlière no sertão do Rio Pomba. Além disso, nesses aldeamentos havia um intenso processo de catequese e de aculturação, pois eram usualmente dirigidos por um missionário, ou por uma autoridade civil. Qualquer que fosse o caso, os nativos que viviam sob tal organização tinham sua alteridade suprimida, seja pela fé ou pela força, tradução do desejo da coroa em civilizar o sertão e catequizar os nativos.

Ademais, naquele momento, os objetivos de civilização portugueses estavam diretamente ligados ao contexto das reformas pombalinas da segunda metade do século XVIII. Vale lembrar que no contexto dessas reformas Pombal instituiu o *Diretório dos Índios* (1757-1798), com o objetivo de estabelecer normas minuciosas para a integração dos índios com a sociedade. Dessa forma, após a expulsão dos jesuítas do império português, substituiu-se a ingerência dos clérigos sobre a sociedade indígena pela do Estado. A política pombalina sobre os índios justificava-se também num contexto de negociação das fronteiras externas pós Tratado de Madrid. Os termos do Tratado se assentavam na idéia do *uti possidetis*, por isso era preciso garantir a forte presença da colonização portuguesa nas áreas fronteiriças ao império espanhol: amazônia, centro-oeste e extremo sul. Nada mais imediato do que transformar os índios em cidadãos do império e estimular a miscigenação com os poucos colonos brancos que existiam. Entre os objetivos, o *Diretório dos Índios* tinha como intenção a secularização administrativa das aldeias¹⁷⁶. Porém, nas regiões onde a disputa pelas terras indígenas se dava não com o estrangeiro espanhol, mas com os colonos brancos, em busca de

¹⁷⁶ Não obstante a extinção do Diretório dos índios em 1798, o anseio por civilizar os nativos e de torná-los vassalos reais permaneceu como um objetivo a se alcançar pelos governantes que se sucederam.

área de expansão territorial, a política do Diretório feria fortemente os interesses locais. Tal era o caso do leste de Minas, região de fronteira interna e não externa.

Fortemente protecionista, a legislação pombalina resguardava os territórios indígenas do avanço dos colonos portugueses. Tal política duraria, até pelo menos 1798, e após o fim do Diretório, Dom João VI retornaria com a idéia de guerra justa, que foi amplamente utilizada na região leste do território mineiro, conforme já visto na primeira parte do texto.

Retornando a *Planta Geral da Capitania de Minas Gerais*, ao analisar as expressões utilizadas, observa-se que o sentido da palavra *gentio* também aponta alguns caminhos para a compreensão da distinção adotada pelo cartógrafo. O estudo semântico dos termos ajuda na compreensão das relações de aculturação e de apropriação provenientes da interação entre não-nativos e nativos, ou ao menos unilateralmente, na forma como os colonizadores enxergavam os indígenas.

Nesse sentido, recorre-se ao vocábulo de Raphael Bluteau para auxiliar na reflexão. O clérigo francês estabelece que o significado do verbete *gentio*, remete à idéia de povos *In puris naturalibus*¹⁷⁷, ou seja, povos em estado natural, estado puro, que ainda não receberam, no caso cristão, o sacramento do batismo. O clérigo assinalava ainda, que o termo estava associado à prática do paganismo e da heresia. Não obstante, a obra de Bluteau referir-se a uma terminologia existente em Portugal no início do século XVIII, o vocábulo é perfeitamente aplicável aos nativos do sertão leste mineiro do final dos setecentos, pois,

¹⁷⁷ Raphael Bluteau define como “*Gentio – Deriva-se do Latim Gens, que segundo a etymologia do Orador Fronto, val o mesmo, que Populus genitus, mas como nem todo o Povo gerado he o mesmo, por esta palavra Gentio, entendem os Chistãos e Gente, que fica na mesma forma, que foy Gerada; e assim não foi circuncidada, como são os judeos, nem he batisada, como são os Chistãos, mas permanecendo In puris naturalibus, está como sahio do ventre da mãy, e não a Deos, nem cousa sua.*” Ainda segundo Bluteau “*Gentio – Gentio. Pagão. Tem si Salmasio, que os antigos idolatras foraõ chamados, Pagãos, & Gentios, de Pagus que significa Nação, ou Gente.*” Ver BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatômico, architectonico ...* 8 v. Coimbra. 1712 – 1728. p. 57 e p. 455. Disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/> acesso em 25/10/2008.

embora possa ter sofrido alterações em terras de ultramar ele ainda mantinha o conceito primitivo de povos não catequizados.

Assim, é possível deduzir que embora sutil, a diferenciação na terminologia utilizada pelo cartógrafo revelasse uma mudança comportamental significativa daqueles povos. Haveria assim um processo gradativo de sedentarismo entre os nativos Panhames, certamente estimulado pelo contato com colonos e com a Igreja. Tal contato espelhava-se nas duas formas diferentes que o cartógrafo utiliza para denominá-los. Corroborava com este argumento, a supressão das expressões que qualificavam os Panhames como antropófagos, presentes anos antes, no *Mapa da Comarca do Serro* de José Joaquim da Rocha.

O ponto relevante na mudança da caracterização dos Panhames reside no fato de que, em um primeiro momento, serem estes nativos também considerados como índios botocudos e antropófagos.¹⁷⁸ Tal situação reforça o argumento de que para as autoridades régias havia pouca diferenciação entre os grupos indígenas que habitavam os sertões do leste mineiro, todavia, após o processo de aculturação e cooptação, o sentido da denominação daqueles povos era modificado. Isso porque, caracterizá-los como Panhame, distinguindo-os da denominação de botocudos, mais geral, apontava para o processo de distinção entre civilização e barbárie que estava em curso na região, ação encetada pela administração da Capitania de Minas Gerais e desempenhada, mais tarde, pela política indigenista protagonizada por Marlière.

Entretanto, se por um lado, a *Planta Geral da Capitania de Minas*, de 1800, representava de forma menos depreciativa os nativos Panhames, e já não havia mais

¹⁷⁸ Referimo-nos aqui a descrição feita por José Joaquim da Rocha referente aos panhames já apresentada nesse texto. ROCHA, José Joaquim da; RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p.226.

referências quanto ao caráter antropofágico de seus hábitos, por outro, o mapa não desassociava a imagem de perigo e selvageria representada nos sertões do leste. Nesse caso, a selvageria e barbárie, outrora incorporada aos Panhames, transferiram-se para os Botocudos e para os Puris, com uma localização espacial também diferente. Nesse mapa, os grupos considerados antropófagos estavam representados um pouco mais ao sul, no vale rio Doce e Pomba, próximos à região onde Guido Marliére seria designado anos depois para apaziguar os conflitos entre nativos e colonos.

O ponto importante dessa representação reside justamente no fato daquela área despertar na Coroa e nos colonos um interesse cada vez maior e estes por sua vez exerciam uma pressão cada vez maior sobre os grupos nativos que ali viviam. Nesse sentido, é de se supor que em um determinado momento interessava à Coroa portuguesa caracterizar os índios dessa região como violentos para facilitar suas ações de apropriação e incorporação.

Aliás, a nomenclatura utilizada para caracterizar os índios que viviam naquela região foi bastante sugestiva. O cartógrafo empregou expressões como – *Sertão em que Vaga o bárbaro Gentio Buticudo* e *Certão povoado do brabo Gentio Puri*¹⁷⁹ – para designar, respectivamente, os índios que viviam próximos aos vales do Rio Doce e Rio Pomba (FIGURA – 08).

¹⁷⁹ Além das expressões em si, outro ponto que chama a atenção e a singularidade como a palavra sertão foi grafada no mapa, ora como sertão com “s”, ora como certão com “c” se sabe que as duas grafias eram aceitas à época. Ver Planta Geral da Capitania de Minas Geraes. ca. 1800 ...(em Anexo)



FIGURA 08 – Detalhe da Planta Geral da Capitania de Minas Gerais - B.
Fonte: COSTA, et AL. p. 189.

Como visto, tais povos foram classificados pelo cartógrafo com a denominação de bárbaros. Mais uma vez, é de se supor que a maneira como os nativos foram representados era fruto do modo como os colonos viam e classificavam o comportamento dos indígenas. Descrição que estava estreitamente relacionada com a idéia de civilização.

Retornando ao vocabulário de Bluteau, no verbete referente aos índios, o clérigo apresenta um exemplo de como os portugueses viam e classificavam os nativos brasileiros. Segundo ele:

No Brasil dividem os portugueses aos bárbaros, que vivem no sertão em índios mansos, e bravos. Índios mansos chamam aos que com algum modo de Republica (ainda que tosca) são mais tratáveis, e capazes de instrução. Pelo contrário chamam índios bravos aos que, pela sua natural indocilidade, não têm forma alguma de governo, nem admitem outras leis, que as que lhes dita a sua fera natureza.¹⁸⁰

¹⁸⁰ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatômico, architectonico ...* 8 v. Coimbra. 1712 – 1728. p.170.

Segundo Bluteau, para o colonizador, os índios podiam facilmente ser considerados povos errantes, não incorporados a Coroa portuguesa, não batizados na fé cristã, e no caso do adjetivo *bravo*, indivíduos que não estavam sujeitos a lei e nem a ordem, vivendo em estado natural. Em resumo, o tom depreciativo e de inferioridade era a tônica na relação estabelecida pelo colonizador com os nativos.

2.4- “Certão Inculto”: reflexões sobre o espaço leste no mapa de Caetano Luis Miranda

Quatro anos após a confecção da *Planta Geral da Capitania de Minas*, o alferes Caetano Luís Miranda confeccionou a *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Anno de 1804*¹⁸¹ (Mapa -03) que representava grande parte da Capitania de Minas. As características estilísticas e a abrangência geográfica existente nesse mapa são bastante semelhantes a da *Planta Geral da Capitania de Minas*. Tais semelhanças apontam para a possibilidade do mapa de Caetano Luis Miranda ser uma cópia da carta de 1800, ou até mesmo, que a autoria das duas cartas fosse do mesmo militar. Entretanto, não foi possível encontrar elementos que apontassem para uma ou outra situação.

A representação do alferes é importante, pois, como enfatiza Moraes, o mapa também estava inserido no “contexto de trabalhos destinados a subsidiar a administração do Reino”.¹⁸² Além disso, Caetano Luis Miranda, assim como José Joaquim da Rocha, era um engenheiro militar que serviu à Coroa portuguesa na Capitania de Minas Gerais e possivelmente percorreu alguns dos caminhos da capitania. De acordo com seu inventário, o militar nasceu

¹⁸¹ MIRANDA, Caetano Luís. Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Anno de 1804. In: COSTA, Antônio G.; RENGGER, Friedrich E.; FURTADO, Júnia F.; SANTOS, Márcia M. D. dos;. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 190.

¹⁸² MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. II. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p.101.

por volta de 1774 no Arraial de Santo Antonio do Tejuco e morreu em Diamantina em 1837. Era filho de Antonio Pinto de Miranda e de Francisca Rosa dos Santos Soares. Quando de sua morte deixou 6 filhos, frutos do relacionamento com 6 mulheres diferentes.¹⁸³ Dos trabalhos como cartógrafo, o militar deixou vários mapas como, por exemplo, o mapa da *Viajem de João Severiano Terrabuzi do Rio de Janeiro até a Villa do Bom Sucesso das Minas Novas em 1814* e o *Mapa da Freguesia da Vila do Príncipe*. Todavia, seu mapa mais conhecido é a *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Anno de 1804*.

Analisando o mapa de Caetano Luís Miranda do ponto de vista estrito da região leste da Capitania de Minas Gerais, verifica-se que Miranda empregou a expressão *Certão inculto habitado pelo Gentio bravo Pore*¹⁸⁴ para designar uma parte do sertão leste mineiro mais especificamente a região localizada ao leste do povoado de São João Batista (Visconde de Rio Branco-MG)¹⁸⁵ até a divisa com a Capitania do Espírito Santo (FIGURA – 09).

¹⁸³ *Inventário de Caetano Luis de Miranda*, 2o. Ofício, 1837 - maço 175, Diamantina: Biblioteca Antônio Torres. Sobre os mapas produzidos por Caetano Luis de Miranda alguns estão na Biblioteca do Exército, no Rio de Janeiro e no Museu do Ouro, em Sabará.

¹⁸⁴ MIRANDA, Caetano Luís. *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Anno de 1804*.

¹⁸⁵ O Presídio de São João Batista e o atual município de Visconde do Rio Branco e foi fundado pelo Padre Manoel de Jesus Maria, em 25 de agosto de 1787. Ver BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995



FIGURA 09 – Detalhe da Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Anno de 1804 – A.
Fonte: COSTA, et AL. 2004, p. 189.

A área correspondia justamente à mesma região cujo interesse dos colonos crescia cada vez mais e que era ponto de conflitos com os nativos.

Em relação ao povoado de São João Batista, consta que o local se tornou rapidamente um posto avançado para a Coroa, nas suas pretensões de civilização e apropriação dos nativos daquela região. Por esse motivo o local também passou a ser um foco de constante tensão entre índios e colonos. Além disso, no Presídio de São João Batista reunia-se os nativos para a conversão e para o ensino da cultura portuguesa.

Ainda sobre o Presídio de São João Batista, vale lembrar que *presídio* era a denominação dada aos quartéis que funcionavam como postos de guarda em torno do território da Capitania, com a finalidade de evitar os descaminhos do ouro e diamantes e

impedir o avanço de índios bravos¹⁸⁶. A importância do Presídio de São João Batista era grande, e assim como os outros que se criaram, delimitavam a fronteira material da colonização e a penetração da civilização em territórios considerados *incultos* e habitados por indígenas *bravos*. Os presididos também eram instrumentos a serviço da colonização e a administração régia garantia a posse da terra pela construção de uma linha de defesa que ia sendo paulatinamente montada à medida que a conquista avançava. Em 1808, após a declaração de guerra com os Botocudos a região de São João Batista se tornou a 3ª Divisão Militar do Rio Doce¹⁸⁷.

Voltando ao mapa de Caetano Luis de Miranda, os elementos gráficos empregados para representar os vales do Rio Mucuri e Jequitinhonha são bem escassos. Além disso, ao comparar-se este mapa com a *Planta Geral da Capitania de Minas Gerais* pode ser observado que na região onde os índios Panhames estavam representados, o cartógrafo inverteu as localizações desses povos em relação ao mapa de 1800, e ainda suprimiu a palavra *gentio* da denominação. Tal modificação aponta para uma eventual correção feita por Miranda, ou ainda para um equívoco na transcrição das informações.

De forma geral, o cartógrafo representa apenas alguns rios e algumas serras. Assim como nas outras cartas analisadas, a ocupação humana na região é verificada, sobretudo, pela existência de poucos grupos indígenas e uma grande área é representada apenas pela expressão *Certão inculto*. (FIGURA –10).

¹⁸⁶ Ver BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.239.

¹⁸⁷ Ver a FIGURA 02, Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais com inclusão das 7 Divisões Militares do Rio Doce, no Capítulo 01 dessa dissertação.



FIGURA 10 – Detalhe da Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Anno de 1804 – B
Fonte: COSTA, et AL. 2004, p. 189.

Ao cotejar o mapa com outras fontes coevas percebe-se que a expressão utilizada pelo cartógrafo era empregada no sentido de designar áreas desertas e/ou com poucos elementos considerados civilizados.

De acordo com o *Vocabulário Portuguez e Latino* de Bluteau, temos que: o sertão seria uma região “apartada do mar e por todas as partes metidas entre terras”¹⁸⁸. O termo também estava associado à idéia de calma, e no caso dos sertões leste de Minas, assim como toda a atividade nele desenvolvida, o sentido é no mínimo curioso. O termo *Inculto* aparece, por sua vez, com ao menos dois significados: um relacionado à agricultura, transmitindo o sentido de terra não cultivada, e outro, relacionado às pessoas ou povos incultos e bárbaros.

¹⁸⁸ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatômico, architectonico ...* Coimbra. 1712 – 1728. <http://www.ieb.usp.br/online/> acesso em 25/10/2008.

Tomando por base as definições de Bluteau podemos entender o *Sertão Inculto*, ou *Certão Inculto* de duas maneiras: a primeira, como um lugar onde não se cultivava a terra, nos moldes dos europeus e, portanto, onde não se produzia gêneros agrícolas para o mercado, e a segunda, como uma região onde habitavam os povos considerados bárbaros. De toda forma, ambas as definições caracterizavam-se como sínteses daquilo que a Coroa e os colonos procuravam modificar nos sertões do leste mineiro. Relembrando Espíndola, uma das riquezas que atraía os povos para o sertão do Rio Doce eram justamente a exploração dos produtos da floresta e a produção agrícola¹⁸⁹.

Por fim, o objetivo dessa unidade foi perceber como as mudanças técnicas e metodológicas promovidas no início do século XVIII em Portugal foram importantes para o desenvolvimento da cartografia na América Portuguesa. Verificou-se também, que o plano encetado por D. João V rendeu bons frutos, principalmente no que se referia à codificação da representação cartográfica e no ensinamento da técnica aos engenheiros militares da Coroa. E, foi a partir desses ensinamentos que puderam existir mapas como os dos engenheiros militares, José Joaquim da Rocha e Caetano Luis Miranda.

Outro ponto abordado foi o de perceber como tais cartógrafos enxergaram e representaram os sertões do leste de Minas. Através da análise de três mapas, tentou-se identificar as representações cartográficas do sertão leste de Minas Gerais e atrelá-las ao momento histórico de sua produção.

Dessa análise, é possível perceber a gradativa incorporação dos espaços do leste de Minas, evidenciada no acréscimo de informações sobre a região e também na nomenclatura utilizada para designá-la. Identificou-se também que essa produção cartográfica foi, ao

¹⁸⁹ ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845*. 2000, p. 75.

mesmo tempo, um reflexo e um desejo do olhar civilizador português, ou seja, mapas e cartógrafos estavam atrelados ao seu tempo. As cartas apresentavam indícios do processo de civilização empregado pela Coroa, principalmente pela representação dos aldeamentos. Os mapas também foram instrumentos produzidos segundo interesse régio, nomeando e representando regiões segundo a vontade da época.

De toda forma, a imagem como os colonos reconheceram aquelas áreas estava indissociável da percepção da região como uma zona erma, sem cultivo de agricultura, sem lei, recheada por povos bárbaros, mas potencialmente viável. Foram essas as características vigentes na sociedade e na cartografia naquele momento, e é nesta perspectiva que grande parte dos relatos, memórias e cartas foram produzidas posteriormente. Tal foi o caso, por exemplo, do mapa de Eschewege de 1821 e do relato do militar Pedro Victor Renault em 1836, para citar alguns.¹⁹⁰

¹⁹⁰ Ver ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Teil der Neuen der Capitania von Minas Geraes. Aufgenommen von W. von ESCHWEGE (1821)(Parte do novo Mapa da Capitania de Minas Gerais. Levantado por....) In: COSTA, Antônio G.; RENGGER, Friedrich E.; FURTADO, Júnia F.; SANTOS, Márcia M. D. dos;. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p.191. Ver também REINAULT, Pedro Vitor. Relatório da Exposição dos Rios Mucury e Todos Os Santos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. n.º. 8, 1846, p. 359.

CAPITULO 03: A CARTOGRAFIA DO SÉCULO XIX E AS REPRESENTAÇÕES DO SERTÃO LESTE DA PROVÍNCIA DAS MINAS GERAIS.

Durante o século XIX ocorreram mudanças significativas no uso dos mapas e nas técnicas cartográficas empregadas para a representação do mundo. Os desdobramentos da Revolução Francesa modificaram as estruturas do Antigo Regime na Europa e seus efeitos se espalharam por todo o mundo. Por essa época, o processo de formação ou de consolidação das nações se valeu, em grande medida, dos recursos cartográficos, constituindo assim uma estreita relação com a produção dos mapas. Nesse momento acentuava-se a importância das cartas na conformação do território, na unidade nacional, na administração pública e na definição dos limites dos diversos Estados Nacionais.

Concomitante a crescente importância dos mapas nas questões políticas, desde meados do século XVIII, também florescia nos círculos culturais da Europa, um público cada vez mais ávido por informações cartográficas de diferentes regiões do planeta, e especialmente das Américas. A demanda por novas informações espaciais e geográficas era significativa e impulsionava um mercado promissor nos grandes centros europeus. A procura do público possibilitou o aparecimento inclusive de grandes comerciantes de mapas no século XIX.¹⁹¹

Segundo a pesquisadora Mary Sponberg Pedley:

O comércio de mapas na Inglaterra e na França no século XVIII era uma indústria em expansão. **Enquanto a educação se popularizava e a riqueza crescia, a demanda de mapas aumentava.** Essa demanda foi atendida por geógrafos e topógrafos, que produziram novas informações geográficas, e por gravadores e impressores, que perceberam que, copiando mapas alheios, poderiam ter lucro maior, diminuindo o custo de produção. (...) Estava tudo pronto para o aparecimento das grandes casas de publicação cartográfica no século XIX.¹⁹²

¹⁹¹Ver PEDLEY, Mary Sponberg. O comércio de mapas na França e na Grã Bretanha durante o século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jun. 2007.

¹⁹² PEDLEY, Mary Sponberg. O comércio de mapas na França e na Grã Bretanha durante o século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jun. 2007, p. 25.

Nesse artigo, Pedley apresenta a trajetória do comércio de mapas e a sua importância no contexto do desenvolvimento da cartografia no mundo. Conforme dito, havia um público crescente que procurava novas informações os espaços e sobre a delimitação dos limites. Dentre as várias publicações que surgiram o público procurava aquelas que davam “garantias” da veracidade das informações apresentadas. Assim, a fim de atender essa demanda, era comum aparecer nos títulos dos mapas elementos que atestassem tal condição, como, por exemplo, a expressão: *baseado nas mais recentes observações astronômicas*.

Todavia, a exatidão desejada pelos compradores nem sempre podia ser garantida pelos fornecedores de mapas, ainda mais, porque o consumidor não tinha acesso aos levantamentos originais e não podia verificar se a informação era *correta* ou não.¹⁹³ Assim, embora baseado na premissa da veracidade, os mapas podiam facilmente sofrer alterações, fosse por circunstâncias inerentes ao levantamento de campo, fosse por desvios intencionais na impressão.

Outra mudança significativa na cartografia do século XIX ocorreu na questão técnica. A litografia foi aperfeiçoada e paulatinamente começou a substituir a aquarela na produção dos mapas. A técnica desenvolvida por Johann Alois Senefelder, em 1796, consistia na utilização de uma pedra calcária de grãos muito finos, e baseava-se no princípio da repulsão entre a água e as substâncias gordurosas. O desenho era feito através de um lápis de ponta de gordura aplicada sobre a superfície da matriz, e não através de fendas e sulcos, como na xilogravura e na gravura em metal, outras técnicas que coexistiam. A vantagem desse

¹⁹³ PEDLEY, Mary Sponberg. O comércio de mapas na França e na Grã Bretanha durante o século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jun. 2007, p. 29.

processo em relação às demais técnicas era a rapidez de impressão, o que possibilitou a produção em larga escala.¹⁹⁴

Com a introdução da litografia o custo da impressão diminuiu e o acesso aos mapas foi ampliado a um público cada vez maior. A mudança possibilitou a circulação de mapas, principalmente nos grandes centros europeus que esperavam ansiosos por notícias de terras americanas, africanas e asiáticas, além do continente europeu. Segundo Jeremy Black: “A litografia causou um grande impacto na década de 1820 e foi em parte responsável por um aumento na quantidade e alcance dos mapas produzidos, como também o desenvolvimento do mapeamento temático”.¹⁹⁵

Rapidamente a técnica se espalhou por toda a Europa e chegou a Portugal, no ano de 1823. A difusão da técnica tornou-se ainda maior com a criação, em Lisboa, da *Officina Régia Lithographica* por D. João VI, em 1824. No Brasil, a litografia chegou com os trabalhos do pioneiro Arnauld Julien Pallière, integrante da *Missão Francesa*. Todavia, somente em 1824, a técnica foi oficialmente introduzida com a instalação, no Rio de Janeiro, da oficina litográfica no Arquivo Militar pelo suíço contratado pelo Imperador Dom Pedro I, Johann Jacob Steimann¹⁹⁶.

¹⁹⁴ Na verdade o desenho sobre pedra já era conhecido na Europa o crédito de Senefelder foi o desenvolvimento da impressão a partir da pedra. A Litografia foi usada extensivamente para realizar toda a espécie de impressos: cartazes, rótulos, etiquetas, mapas, jornais, etc. Possibilitava uma nova técnica para os ilustradores e desenhadores de letras (e artistas famosos, como por exemplo Toulouse-Lautrec) e permitia uma impressão com diversas cores: a Cromolitografia. Senefelder introduziu a teoria da Cromolitografia em 1818 na sua obra *Vollstaendiges Lehrbuch der Steindruckerey* (Curso completo de Litografia). Outros inventores, como Godefroy Engelmann, de Mulhouse, também buscavam um processo de imprimir a cores. Foi-lhe atribuída uma patente em Cromolitografia em 1837. Ver A cromolitografia. *Cadernos de Tipografia*, nº 6, fevereiro, 2008. p.6-8. Disponível em <http://tipografos.net/cadernos/cadernos-de-tipografia-2008.html> . Acesso 15/01/2009.

¹⁹⁵ BLACK, Jeremy. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Trad. Cleide Rapucci. Bauru: Edusc, 2005, p.92.

¹⁹⁶ Sobre Arnaud Julien Pallière (1784 – 1862) sabemos que nasceu em Bourdeaux – França e que era pintor, desenhista, litógrafo e professor, estudou em Paris e chegou ao Rio de Janeiro em 1817, junto com a Missão Francesa liderada pelo pintor Lebreton. No Brasil exerceu o cargo de pintor da Corte, capitão dos engenheiros e professor. O suíço Johann Jacob Steinmann chegou ao Brasil em 1824 com a missão específica de instalar a oficina litográfica. De volta a Suíça, Steinmann elaborou um álbum chamado *Souvenirs de Rio de Janeiro* (Lembranças do Rio de Janeiro) com desenho de 12 vistas elaboradas por Kretschmar, Victor Barrat e do próprio Steinmann. Ver ZENHA, Celeste. O negócio das “vistas do Rio de Janeiro”: imagens da cidade imperial e da escravidão. In.: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, nº. 34, julho-dezembro de 2004, p.23-50.

Embora naquela época a litografia já fosse uma realidade no Brasil, os custos ainda eram altos e muitos trabalhos eram impressos na Europa. A produção de mapas, figuras e documentos recorrentemente utilizava as oficinas instaladas naquele continente para suprir a demanda. Aliás, vale lembrar que a produção em série e o comércio de mapas no Brasil eram substancialmente diferentes e infinitamente menores do que ocorria na Europa. O mercado pulsante que movimentava os círculos culturais europeus praticamente inexistia no Brasil.

3.1- Diferenças e aproximações na linguagem cartográfica.

Apesar da limitação no processo de impressão existente no Brasil, tal fato não impediu que a técnica fosse rapidamente incorporada aos trabalhos dos cartógrafos e que fossem produzidos mapas já preparados para a litografia. O mapa de Wilhelm Ludwig von Eschwege – *Parte do novo Mapa da Capitania de Minas Gerais*¹⁹⁷, e a co-produção de Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld e Frederico Wagner – *Mapa da Província de Minas Gerais*¹⁹⁸, são exemplos típicos da construção de mapas pelo uso dessa técnica.

No caso dessas duas cartas, a introdução da litografia veio acompanhada de uma mudança considerável na forma de representar o espaço. Nestes aspectos, as cartas apresentavam uma reduzida variedade de cores e a completa ausência dos elementos alegóricos. Acredita-se que tal mudança ocorreu, menos por fatores técnicos, e mais como um reflexo dos novos padrões civilizacionais e formais que se materializavam nas representações cartográficas.

¹⁹⁷ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Teil der Neuen der Capitania von Minas Geraes*. Aufgenommen von W. von ESCHWEGE (Parte do novo Mapa da Capitania de Minas Gerais. Levantado por....) In: COSTA, et alli. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p.191.

¹⁹⁸ HALFELD, H. G. F.; WAGNER, F.. *Mapa da Província da Minas Gerais (1855)*. In: HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johann Jakob von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 176p. (encarte)

Assim, ao analisar os mapas de Eschwege e de Halfeld/Wagner uma das primeiras constatações é que, graficamente, tais mapas se distinguem sensivelmente da cartografia produzida no final dos setecentos e início dos oitocentos, especialmente se comparados aos mapas abordados anteriormente na dissertação.

As cartas de José Joaquim da Rocha (1778), a *Planta da Capitania de Minas (1800)* e o mapa de Caetano Luís Miranda (1804), possuíam como características técnicas e estilísticas, o uso da aquarela e das alegorias para representar o espaço¹⁹⁹. As iluminuras utilizadas para representar o nativo, a natureza e o colonizador, elementos que eram recorrentes nos trabalhos de José Joaquim da Rocha e de Caetano Luís Miranda, cederam lugar a uma representação mais sólida e monocromática nos mapas de Eschwege e Halfeld/Wagner.

Nesse aspecto, se comparada com os mapas do século XVIII, a linguagem gráfica presente nas cartas de Eschwege e Halfeld/Wagner as aproximavam, ao menos no discurso, de um ideal de veracidade preconizado pela cartografia e que amplamente eram utilizados nos contextos políticos, tanto da Europa quanto das Américas. Aliás, a mudança na linguagem cartográfica já era um fenômeno que se desenrolava há algum tempo. Cada vez mais a ciência, enquanto modelo, sobressaía-se nas representações cartográficas, todavia isso não significava uma isenção do cartógrafo em relação aos valores culturais de seu tempo. Como chama a atenção a pesquisadora Eliza Borges:

Se por um lado, a linguagem cartográfica colonial, sobretudo do século XVIII, é [era] cada vez menos artística e mais técnica e matemática, por outro, há que se admitir que a predominância de critérios científicos não significou um rompimento entre saber cartográfico, simbolismo e poder.²⁰⁰

¹⁹⁹ Conforme observado no Capítulo 02 dessa dissertação tais recursos eram expressões típicas da cartografia lusa do século XVIII, sistematizados e universalizados pelas mãos de Manoel de Azevedo Fortes, engenheiro militar responsável pela reformulação cartográfica em Portugal. Ver também BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese. 711p. Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP. São Paulo, 2001.

²⁰⁰ BORGES, M. E. L. A hermenêutica cartográfica em uma sociedade miscigenada. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTÁSIA, Carla Maria Junho. (Org.). In. *O Trabalho Mestiço - maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX*. São Paulo/ Belo Horizonte: Annablume/PPGH/UFMG, 2002, p. 105-121.

No século XIX, os *critérios científicos* tornaram-se ainda mais evidentes nas construções dos mapas. Todavia, vale lembrar que ainda assim, os cartógrafos faziam suas representações com as impressões e marcas de seu tempo. Nesse caso, o que muda para o pesquisador atual é o espectro de signos que devem ser mobilizados e ajustados para desconstruir as diferentes fontes. Mudam as técnicas, os materiais, os suportes, mas permanece o olhar do cartógrafo sobre o espaço, registro da união entre tempo e espaço.

3.2- “*Districto do Indios Botecudos-antro-pophagos*”: Eschwege, os nativos e as imagens do leste da Capitania de Minas Gerais.

Feitas as considerações sobre as mudanças cartográficas em curso no século XIX, as atenções se voltam novamente para os sertões lestes de Minas. Assim, o mapa de *Parte do novo Mapa da Capitania de Minas Gerais*²⁰¹ (MAPA 04), como o nome diz, era parte de um mapa da Capitania e foi produzido em 1821, período de importantes mudanças técnicas, científicas e culturais. A carta foi elaborada pelo mineralogista de origem germânica Wilhelm Ludwig von Eschwege que serviu à Coroa portuguesa como engenheiro militar. Sobre o mapa sabe-se que, embora não houvesse uma determinação oficial, ao que tudo indica, ele foi a resposta a um pedido realizado pelo então Governador da Capitania de Minas Gerais, D. Manoel de Portugal e Castro.

²⁰¹ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Teil der Neuen der Capitania von Minas Geraes. Aufgenommen von W. von ESCHWEGE (Parte do novo Mapa da Capitania de Minas Gerais. Levantado por....) In: COSTA, Antônio G.; RENGER, Friedrich E.; FURTADO, Júnia F.; SANTOS, Márcia M. D. dos;. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p.191.

Em 1815, o Governador escreveu ao ministro Marquês de Aguiar, queixando-se da falta de mapas na Capitania e sugerindo que Eschwege fosse encarregado da confecção de uma carta. Na correspondência D. Manoel de Portugal e Castro dizia que:

[...] necessitando de mapas topográficos da Capitania, não se encontra um que **exato** seja, e por este motivo devia o Barão [de Eschwege] ser entretanto encarregado de os levantar. A vista pois de tudo o que levo dito mostrando-se a absoluta necessidade de haver na Capitania um oficial Engenheiro, nenhum outro considero em melhor proporção do que o mencionado Barão, não só pela sua inteligência, conhecimento e dedicado zelo do Real Serviço que me tem manifestado, e de que eu não duvido, mas também por haver ele já adquirido muito conhecimento da Capitania nas diferentes jornadas que tem feito pelas Comarcas da mesma.²⁰²

O discurso da exatidão estava explícito na fala do Governador e a escolha de Eschwege recaía sobre sua competência técnica e sobre seu conhecimento da região. A confiança de D. Manuel no trabalho de Eschwege logo se tornou uma constatação acertada, pois, o mapa exhibe uma riqueza ímpar de detalhes e de informações sobre o território mineiro, não vista em nenhuma outra representação cartográfica de Minas Gerais produzida até aquele momento. A carta abrange a região central da Capitania de Minas Gerais e nela estão representados elementos do relevo e hidrografia como os rios, as serras, montes e os vales. Além disso, figuram vários caminhos, cidades, capelas, freguesias e aldeias. Sinais indeléveis de uma crescente urbanidade das Minas e da conseqüente apropriação do espaço.

Os trabalhos de Eschwege em Minas, no primeiro quartel do século XIX, foram muito importantes. O mineralogista foi contratado pela Coroa portuguesa e chegou a Capitania em 1811, com “a tarefa de reanimar a decadente mineração do ouro”²⁰³, em suas viagens realizou uma série de observações geológicas, geográficas e culturais, que resultou em uma série de textos. Em suas viagens sempre levava um barômetro e um cronômetro para determinar as altitudes e estabelecer as coordenadas da local. Eschwege também foi empresário e chegou a

²⁰² REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, v. IX, p.561-562, 1904.

²⁰³ COSTA, Antonio Gilberto; RINGER, Friedrich Ewald.; FURTADO, Júnia Ferreira.; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. p.63.

fundar a Fábrica de Ferro do Rio da Prata, em Congonhas do Campo, além de explorar prata nas cabeceiras do Rio Abaeté.

Voltando ao processo de construção de *Parte do novo Mapa da Capitania de Minas Gerais*, sabe-se que Eschwege utilizou uma série de mapas e de levantamentos produzidos anteriormente, como os de José Joaquim da Rocha (1778) e Caetano Luís de Miranda (1804). Em seu trabalho, o mineralogista reuniu as informações já conhecidas, aos seus levantamentos de campo para, a partir daí, fazer as correções e adaptações que julgasse necessárias. As informações coligidas e apresentadas pelo mineralogista tiveram grande relevância e tornaram-se referência para a cartografia de Minas Gerais no século XIX.

A história da impressão do mapa é cheia de percalços. Apesar de ser de conhecimento da administração, a versão completa desse mapa somente foi publicada em 1834, no atlas que acompanha a obra dos naturalistas Spix e Martius, *Reise in Brasilien, in den Jahren 1817-1820*. Antes disso, o mapa havia sido entregue a D. Pedro I que o mandou à Inglaterra para ser gravado e impresso, todavia, os custos do serviço foram considerados muito altos e em 1828 Eschwege, de volta a Europa, pegou o mapa e o colocou a disposição de Spix e Martius.²⁰⁴

No que se refere aos sertões do leste mineiro, Eschwege representa nesse mapa uma paisagem com poucos elementos gráficos, identificando basicamente os rios e as serras com seus respectivos topônimos (FIGURA. 11).

²⁰⁴ SPIX; MARTIUS *Reise in Brasilien, in den Jahren 1817-1820* Apud COSTA, Antonio Gilberto; RINGER, Friedrich Ewald.; FURTADO, Júnia Ferreira.; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. p.64.



FIGURA 11 – Detalhe do mapa Parte do Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais.
 Fonte: COSTA, et AL, 2004, p.191.

Os poucos elementos gráficos que figuraram na representação provavelmente eram fruto da escassez de informações que ainda existiam sobre a região. Isso, mesmo após os vários anos de conflito aberto com os Botocudos e de várias incursões no terreno, inclusive com a fragmentação da região em 07 *Divisões Militares*, cada qual sob a responsabilidade de um comandante.²⁰⁵

Todavia, o ponto que mais chama atenção nessa representação cartográfica é a designação dada por Eschwege ao leste da Capitania de Minas. Para uma vasta área o

²⁰⁵ Refiro-me aqui à carta régia de 10 de maio de 1808 que instaurava a guerra contra os botocudos a divisão da região entre os Comandantes Militares, tópico abordado no Capítulo 01 dessa dissertação.

mineralogista utilizou a expressão: *Districto do Indios Botecudos-antro-pophagos*²⁰⁶. Segundo esta designação, grande parte do Rio Doce era habitada por nativos antropófagos considerados selvagens.

Como visto, não havia novidade nesta representação. Ela não era incomum, aliás, se comparados os mapas de Eschwege com o mapa da *Comarca do Serro Frio* (1778) de José Joaquim da Rocha, e com a *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes anno de 1804*, de Caetano Luis Miranda, fica perceptível uma junção de vários elementos que culminavam na manutenção do discurso antropofágico atribuído aos Botocudos da região leste de Minas Gerais.

Assim, se por um lado Eschwege realizou correções e ajustes em sua carta, baseando-se nos mapas de seus antecessores, por outro, manteve a classificação de antropofagia, já enunciada no mapa de José Joaquim da Rocha, e manteve também a localização dos nativos bárbaros no médio Rio Doce, feita por Caetano Luís Miranda. Na realidade, os termos utilizados pelo mineralogista se assemelhavam com as expressões empregadas nos mapas de Rocha e de Miranda, e de vários outros relatos coevos. É difícil precisar se o pensamento de Eschwege coadunava ou não com a informação expressada no mapa, todavia deve ser mencionado que o mapa era fruto das observações do mineralogista e que trazia em si muito da visão de mundo do cartógrafo.

Conforme exposto, Eschwege não se limitou apenas à produção cartográfica. Durante os anos que serviu à Coroa no Brasil, o mineralogista escreveu uma série de textos sobre geologia, mineralogia, fauna, flora, demografia e costumes. Analisar tais relatos oferece algumas pistas sobre as escolhas feitas pelo cartógrafo e aponta caminhos para a compreensão sobre a forma como os nativos foram representados no mapa.

²⁰⁶ ESCHWEGE, Wilhelm L. von. Teil der Neuen der Capitania von Minas Geraes. Aufgenommen von W. von ESCHWEGE (Parte do novo Mapa da Capitania de Minas Gerais. Levantado por....) In: COSTA; et al. Op.Cit. p.191

Em um de seus textos, reunido na obra do *Jornal do Brasil 1811 – 1817*²⁰⁷, Eschwege apresentava a seguinte notícia sobre os nativos do sertão leste de Minas:

Os botocudos – **Estes são antropófagos** e uma das maiores nações; vivem nas matas entre o Rio Doce e o Rio Jequitinhonha. Dizem que seu nome verdadeiro é *grens*; segundo outros, arari. Parece que eles se subdividem também em várias tribos; os que vivem na região do Rio Jequitinhonha não são antropófagos. Em Minas Novas, mais ao Norte, vivem os patachós, os maconis, os panhames e os menhans, nações pequenas que vivem pacificamente com os portugueses e servem nas guerras contra os botocudos.²⁰⁸

O relato do mineralogista é um tanto confuso. Em um primeiro momento, Eschwege é enfático ao definir todos os Botocudos como antropófagos. Entretanto, no mesmo excerto dedicado aos “botocudos” o mineralogista identifica outros grupos nativos como os maconis, patachós, menhans e panhames²⁰⁹, que embora botocudos, não eram antropófagos e auxiliavam aos portugueses no combate aos outros nativos. A antropofagia que estava associada, em um primeiro momento, a todos os Botocudos, é relativizada pelo cartógrafo permanecendo em apenas alguns grupos, mas que também não se sabe quais. Assim, do ponto de vista da definição da antropofagia, ou não, dos Botocudos, a descrição feita por Eschwege não esclarece muita coisa.

Nesse sentido pairam dúvidas sobre o efetivo conhecimento de Eschwege a respeito do tema, visto que o relato deixado aponta para uma generalização desse comportamento. Vale lembrar ainda, que as informações fornecidas por Eschwege foram muito importantes, pois como funcionário régio de destaque, muitas de suas descrições serviam como referência para a administração régia.

²⁰⁷ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von; RENGER, Friedrich Ewald. *Jornal do Brasil: 1811-1817 ou, Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: FAPEMIG, 2002.

²⁰⁸ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von; RENGER, Friedrich Ewald. *Jornal do Brasil: 1811-1817 ou, Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: FAPEMIG, 2002 p.76.

²⁰⁹ Tais grupos foram estudados no capítulo anterior dessa dissertação.

Todavia, Eschwege conhecia os limites de suas observações e em outro trecho do relato, o mineralogista expunha como obteve os dados referentes aos nativos Botocudos, fato que esclarece em parte a terminologia adotada pelo cartógrafo:

Em 1811 fui levado pela curiosidade às matas desses **canibais**, onde permaneci algum tempo nos presídios das **divisões**. Como eles estavam em permanente estado de guerra não foi possível uma aproximação amistosa, para que pudesse me informar pessoalmente sobre sua constituição política e social. Outras pessoas também não puderam elucidar tais questões; sabiam apenas relatar suas crueldades, porém, nada dos seus costumes. **Assim, posso relatar aqui somente o que consegui pouco a pouco sobre eles.**²¹⁰

A partir desse relato, fica evidente que as informações do mineralogista sobre os Botocudos foram obtidas de forma indireta, fornecidas por terceiros e em um ambiente de guerra, visto que o cartógrafo estava acampado nos “presídios das divisões”. Depreende-se também do texto que, não obstante, Eschwege ter viajado por vastos caminhos da Capitania das Minas Gerais, seu conhecimento sobre os Botocudos era limitado e genérico e que sua descrição representava muito mais um “ouvir dizer” do que uma observação direta do cartógrafo.

Nesse aspecto, ao comparar a expressão utilizada por Eschwege em 1821, *Districto do Indios Botecudos-antro-pophagos*, com a terminologia utilizada no *Mapa da Comarca do Serro Frio* (MAPA 01), *Gentio Panhame q come as mais naçoens*, do alferes José Joaquim da Rocha de 1778²¹¹, percebe-se que ambas as representações parecem mais inclinadas à reprodução de um senso comum de suas épocas, do que uma constatação efetiva dos hábitos dos nativos.

Vale salientar que, embora distanciadas no tempo, tanto a representação de Eschwege quanto a de Rocha guardavam estreitas ligações. Tal fato é indicativo da permanência de uma

²¹⁰ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von; RENGER, Friedrich Ewald. *Jornal do Brasil: 1811-1817* ou, Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: FAPEMIG, 2002 p.76. [grifo meu]

²¹¹ ROCHA, José Joaquim da. *Mapa da Comarca do Serro Frio*. In: *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*; descrição geográfica topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 228p. (mapa em bolso).

visão pejorativa sobre o sertão leste mineiro e sobre seus habitantes, visão esta, que se perpetuou por pelo menos 40 anos, intervalo aproximado da produção das duas cartas.

É importante lembrar que na época da produção do mapa de Eschwege havia um discurso oficial, muito influente, que colocava o Botocudo “como o bode expiatório” na disputa retórica entre *civilização e barbárie*²¹². No campo prático existia inclusive uma declaração formal de guerra da Monarquia contra tais nativos, que eram acusados de oferecer obstáculo à ocupação e conhecimento da região²¹³. Nesse sentido, do ponto de vista do discurso sobre os nativos e sobre a região, tais representações, fossem mapas ou fossem relatos, reforçavam o imaginário dos sertões do leste de Minas como o local de uma natureza indomável e de um nativo *bravio*. Entraves que, na visão da Coroa, se opunham aos ideais da catequese e da civilização.

Entretanto, não eram somente representações depreciativas que existiam naquele período. No caso dos indígenas, outro discurso que coexistia na época era que os nativos deveriam ser cuidados e amparados pela Coroa portuguesa. Nesse discurso, a *civilização*, representada pela Coroa, deveria oferecer ao nativo a possibilidade de uma integração com a sociedade e com os valores culturais luso-brasileiros. Exemplo da aplicação prática desse pensamento foi a significativa mudança no tratamento dado pela Coroa aos nativos, na segunda década do século XIX. Por essa época, a estratégia régia passou da agressão para a atração, e nesse contexto notabilizou o militar de origem francesa Guido Marlière, responsável por implantar a nova estratégia²¹⁴.

²¹² Conferir o texto de MOREIRA, Vânia Maria Losada. *1800: a guerra contra os Botocudos e os fundamentos da política indigenista brasileira*. Disponível em http://www.euronapoleon.com/pdf/private/Vania_Maria_Losada_Moreira.pdf. Acesso em 27/12/2008.

²¹³ Carta Régia de 13 de maio de 1808. In Manuela Carneiro da Cunha (org.). *Legislação Indigenista do Século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Edusp. 1992.

²¹⁴ Refiro-me aqui à política de atração da Coroa portuguesa levada a diante por Marlière. Tema abordado no Capítulo 01 da dissertação.

Assim, nas primeiras décadas do século XIX, as representações dos sertões do leste de Minas e de seus habitantes conviviam ao menos com dois discursos opostos, duas visões do mundo que se alternavam nas decisões régias. Por outro lado, uma oposição clara aos hábitos culturais dos nativos, e que defendia como solução o seu extermínio, por outro, um pensamento que colocava os nativos na condição de indefesos e incapazes, e que pregava a *civilização* dos indígenas pela atração, integração e amparo. Tais visões do mundo impactaram na realidade material dos sertões, pois foi a partir delas que as políticas para a região foram desenvolvidas.

Vale registrar que nos anos seguintes a produção do mapa de Eschwege, a independência política do Brasil juntamente com o crescente interesse pela região potencializaram os dois discursos e refletiram-se nas ações encetadas pela monarquia. É neste ambiente de contrastes e de escolhas que foi produzido o *Mapa da Província de Minas Gerais* de 1855²¹⁵.

3.3- “Um mapa moderno, e exato”: a construção do *Mapa da Província de Minas*.

A construção do *Mapa da Província de Minas Gerais* (1855) merece uma atenção especial. Isso porque foi a primeira determinação oficial realizada na Província de Minas Gerais, no sentido de mapear o seu território. Além disso, o tempo gasto na confecção da carta e as dificuldades envolvidas no processo apresentam-se como importantes elementos para uma reflexão sobre a dinâmica envolvida no mapeamento cartográfico na província, até meados do século XIX.

²¹⁵ HALFELD, H. G. F.; WAGNER, F.. *Mapa da Província da Minas Gerais* (1855). In: HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johann Jakob von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 176p. (encarte)

A Lei Mineira N. 18, de 01 de abril de 1835, ordenava que fosse *levantada uma Carta Geografica e Topografica* de todo o território da província²¹⁶. A ordem tinha por objetivo preencher uma lacuna nas informações territoriais da província. Diversos governantes depositavam a expectativa do mapa se tornar um importante instrumento para o planejamento público. A carta surgia com a promessa de ser o mais exato e preciso mapa já produzido sobre Minas Gerais e marcava o envolvimento direto do Estado nos levantamentos e na produção cartográfica. Vale lembrar que os outros mapas produzidos podiam ser encarados como instrumentos oficiais, todavia eram produtos da iniciativa particular de alguns indivíduos que ofereciam seus trabalhos aos governantes geralmente em troca de honras e mercês.

Contudo, apesar do interesse provincial e da reconhecida importância estratégica do mapa, a produção da carta se arrastou por longo tempo, aproximadamente 20 anos. Vários foram os motivos para a demora no processo, e analisando os *Relatórios de Presidente de Província de Minas Gerais* é possível resgatar parcialmente algumas etapas de produção da carta.

Assim, somente após sete anos da promulgação da Lei N. 18 o vice-presidente da Província de Minas Gerais, Herculano Ferreira Penna, determinava as primeiras providências para execução do mapa. A primeira ação seria a formação de uma *Comissão* para coordenar os trabalhos. Na *Falla dirigida à assembléia Legislativa Provincial*, em 1842, Herculano expunha os seguintes aspectos:

Determina a Lei N. 18 Artigo 58 §13 que o Inspetor Geral das Estradas faça levantar uma Carta Geográfica, e Topográfica da Província nomeando um Geógrafo com autoridade do presidente, e ministrando-lhe os instrumentos coadjuvadores, quando for para as observações astronômicas, e geodésicas. Antes porém de organizada, como hoje se acha a Inspeção Geral das Estradas, **incumbiu o Governo da Província esse trabalho à uma Comissão já mencionada no anterior Relatório, de que fazem parte, o Engenheiro em chefe, o Secretário da Presidência, e o cidadão chamado Luiz Maria da Silva Pinto, que a isso se há prestado gratuitamente, havendo 2 ajudantes, que vencem módicas gratificações. As ocupações de cada um dos membros da**

²¹⁶ Lei n.18, de 01/04/1835, artigo 56, parágrafo 3. *Livro da Lei Mineira*, 1835, tomo 1, parte 1, p.80.

Comissão tem continuado a obstar a maior ao maior desenvolvimento de seus trabalhos, mas ainda assim não deixam eles de corresponder ao dispêndio feito pela Fazenda Pública. Além do grande Mapa da Província, que trata-se de reduzir da escala de 9 palmos de comprimento a 6 palmos, e 6 polegadas de altura tem-se concluído os parciais de muitos Municípios, posto que ainda faltem diversas correções, para as quais necessita a Comissão do auxílio de pessoas inteligentes que as indiquem com segurança, depois dos convenientes exames sobre os diversos objetos , que compreendem a superfície dos Municípios, como a posição das Cidades, Vilas, e outras Povoações, Montanhas, direção das Estradas, curso dos Rios, divisas territoriais, etc. , à par das observações astronômicas, e dos cálculos, que delas resultam, para determinar-se a exata posição de diversos pontos. Sendo pois autorizada a necessária despesa, e tomando o Inspetor Geral das Estradas a parte, que, segundo a Lei, deve caber-lhe nestes importantes trabalhos, estou certo que tornar-se-ão mais ativos, **como o exigem as necessidades do serviço público que muitos estorvos encontra, como sabeis, por faltar-nos ainda um mapa moderno, e exato da província.**²¹⁷

No excerto, o vice-presidente dava conta das atividades desenvolvidas até aquele período e esboçava a metodologia de trabalho que deveria ser empregada futuramente pela Comissão. Autorizava também as despesas necessárias para o serviço. O texto evidenciava a magnitude da tarefa e deixava clara a necessidade do auxílio de cidadãos renomados para compor a Comissão. Um desses indivíduos foi o major Luiz Maria da Silva Pinto²¹⁸, responsável pela primeira tipografia oficial da Província de Minas Gerais. Herculano Ferreira Penna lamentava ainda, a falta de um *mapa moderno, e exato da província* que pudesse auxiliar no planejamento e conhecimento da província. Pelo exposto podemos verificar a expectativa depositada no mapa que se tornava um instrumento imprescindível para a administração imperial.

²¹⁷ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1842, pelo vice-presidente da província, Herculano Ferreira Penna.* Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1842. p.13 – 15. [grifo meu]

²¹⁸ O major Luiz Maria da Silva Pinto nasceu em Pilar de Goiás no dia 15 de março de 1775 e residiu por vários anos em Ouro Preto, Minas Gerais. Em 8 de abril de 1822, propôs um plano para a instalação da primeira tipografia oficial na província, além da publicação de uma Folha como os atos governamentais. Após 10 anos de pesquisa, publicou, em 1832, o Dicionário da Língua Brasileira. Luiz Maria da Silva Pinto faleceu em Ouro Preto no dia 19 de dezembro de 1869, aos 94 anos de idade. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro- RIHB*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol .191, 1946. p.73-76.

No ano seguinte, em 1843, o Presidente da Província Francisco José de Souza Soares d'Andréa expunha em sua *Falla*, uma visão ampla do que esperava do mapa e demonstrava-se céptico quanto à qualidade das cartas existentes até então:

Carta Geral da Província, e Cartas por Comarcas e Municípios

O levantamento da Carta Geral da Província foi decretado por Lei desta Assembléa, mas ainda se não tem tratado de outros trabalhos, que de dar grandes dimensões as Cartas conhecidas até agora, sem que tenhamos a certeza, de que as que serão impressas, ou desenhadas tenham sido formadas debaixo de métodos convenientes, e seguros.

Não me consta que haja uma coleção de observações astronômicas, que segurem a posição de certos lugares para em relação à eles se corrigirem pela estimativa outros. Não sei que haja Plantas topográficas de terrenos parciais, e em tão grande número, que possam dar elementos para Carta Geral da Província; e não vejo que as hoje existentes sejam outra coisa, que a tradição sucessiva de diversas Cartas de curiosos, que pouco, e pouco se vão aumentando de nomes postos à vontade, e por informações, e assim a maior parte dos trabalhos, com que se conta, e de Cartas levantadas no Gabinete, e cujos autores nunca virão tais terrenos. A única parte, à que pode dar-se algum crédito e a da Costa, por que e configurada à custa de muitas observações, e assim mesmo não faltarão erros, até em latitude, em quase toda ela.²¹⁹

A crítica de Francisco José de Souza Soares d'Andréa em relação aos mapas existentes era em parte procedente, principalmente quanto à precisão de algumas coordenadas geográficas. O governante criticava principalmente a “*tradição sucessiva de diversas Cartas de curiosos, que pouco, e pouco se vão aumentando de nomes postos à vontade*”, também não poupava os cartógrafos de Gabinete que não conheciam o local que pretendiam representar.

Talvez a crítica de d'Andréa fosse demasiadamente exagerada, pois incluía no rol mapas como o de José Joaquim da Rocha e o de Eschwege. Mapas que, se não primavam pela exatidão que d'Andréa esperava, estavam em consonância com as últimas técnicas cartográficas na ocasião de suas respectivas produções. Além disso, a crítica à figura do *cartógrafo de Gabinete* parecia estranha, visto que tal prática era muito comum no período,

²¹⁹ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia, Francisco José de Souza Soares d'Andréa.* Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1843. pp.74-75.

sendo empregada inclusive no próprio *Mapa da Província de Minas Gerais*, quando Wagner foi contratado para executar a função.

No mesmo excerto, d'Andréa relativizava as críticas e apresentava com minúcias as obrigações da Comissão:

Não devemos desprezar o trabalho, que está feito, mas devemos cuidar em ter a Carta Geral da Província por modos mais diretos. Uma Comissão de Geografia composta de quatro observadores é indispensável, não só para se ajudarem uns aos outros, mas por que em algumas observações de longitude e melhor que sejam quatro.

Esta Comissão pode correr a Província para determinar astronomicamente todos os lugares mais notáveis dela, sem exceção, como sejam as Praças das Cidades e Vilas, ou os Adros das Igrejas dos Arraiais e Freguesia. A confluência de todos os rios, à que possam chegar. A passagem dos rios no cruzamento com as estradas. A passagem das Estradas pelas cristas das Serras no lugar, em que as dobrarem. As nascentes principais dos rios mais notáveis.

Em cada um destes lugares pode a Comissão por todos os meios conhecidos, determinar a longitude por um centro ou mais de observações, determinar a latitude por algumas observações, mas em menor número, e a declinação da agulha. Estes dados para os cálculos devem ser enviados ao Arquivo Militar, onde se desenvolverão, e pelo termo médio dos mais acreditáveis, se deduzirá a posição geográfica desses lugares, passando-os logo a um papel preparado para este efeito com os meridianos, e paralelos já traçados.²²⁰

As pretensões do Presidente Francisco José de Souza Soares d'Andréa eram ambiciosas e de difícil execução, ainda mais para um corpo técnico limitado como era o caso do existente na província. Além disso, a extensão territorial e as dificuldades geográficas eram por si só obstáculos significativos.

O Presidente da Província determinava também à Comissão que recolhesse notas estatísticas de interesse nacional, evidenciando uma preocupação com uma cartografia nacional.

A mesma Comissão dos pontos conhecidos, e com instrumentos geodésicos, poderá tirar a direção aos mais elevados, que conhecer para os encadear e fazer todas as mais observações, que possam ser convenientes à Geografia do País, e ao mesmo tempo recolher muitas notas sobre a Estatística.²²¹

²²⁰ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia*, Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1843. pp.74-75.

²²¹ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia*, Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1843. pp.74-75.

Por fim, d'Andréa depositava confiança na metodologia e encerrou as instruções destinando uma quantia para a execução dos trabalhos nos próximos anos.

Por este modo a Carta da Província poderá corrigir-se, e merecer algum crédito, e adquirirem-se conhecimentos exatos sobre os lugares dos Distritos, Freguesias, Municípios, e Comarcas, de que tanto se precisa.

Para dar andamento à esta empresa e segundo o modo, por que a proponho, e preciso hum credito de dois contos de reis pouco mais ou menos para compra de instrumentos astronômicos, e outros, e autorizar as despesas de uma Comissão de Geografia em campo, que não pode deixar à menos de 10 ou 12 contos de réis, e que deve durar alguns anos.²²²

Em termos práticos, a construção do mapa foi uma tarefa laboriosa e sua conclusão somente foi possível com a participação de dois indivíduos: Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, *Inspetor Geral das Estradas*, e de Friederich Wagner, desenhista. Ambos eram funcionários régios, de origem germânica, que imigraram para a Província de Minas Gerais pouco tempo após a independência do Brasil. A trajetória de vida dos dois funcionários os credenciava para a confecção do mapa.

Halfeld nasceu na cidade de Clausthal, Reino de Hanover, onde se formou em engenharia pela Bergakademie Clausthal e trabalhou em mineração. Como militar engajado, Halfeld chegou a lutar na batalha de Waterloo. Após a guerra, em 1825, transferiu-se para o Brasil contratado como oficial mercenário do Exército Imperial. Logo em seguida deu baixa no serviço militar e se dirigiu para Minas Gerais, onde trabalhou entre os anos de 1830 a 1832, a serviço da *Imperial Brazilian Mining Association*, em Gongo-Soco²²³. Em 1836 assinou contrato com a Província de Minas Gerais para exercer o cargo de Inspetor de Estradas, nesta função desempenhou inúmeras atividades como a manutenção das estradas e o

²²²Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia, Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1843. pp.74-75.

²²³ A região da mina de Gongo-Soco pertence ao município de Santa Bárbara – MG onde ainda existem as ruínas da antiga exploração que são tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA-MG.

desenho de plantas de cidades. Realizou também, a pedido do Império, uma expedição de mapeamento ao Rio São Francisco que resultou em uma série de 30 pranchas. Além disso, foi o responsável pela produção e organização dos trabalhos que resultaram no *Mapa da Província de Minas Gerais* (1855). Desligou-se da administração da província e se mudou para um terreno que possuía próximo a cidade de Juiz de Fora, onde passou seus últimos dias atuando na política local e destacando-se na região.²²⁴

As informações sobre Friederich Wagner são poucas, sabe-se que nasceu na Boêmia e que era filho de pais saxões. Lutou nas guerras napoleônicas e que veio para o Brasil em 1824. Apesar de aparecer nos documentos como cartógrafo, engenheiro, naturalista e mineralogista, tudo indica que não tinha formação superior. Sua habilidade para o desenho era reconhecida por todos, mas a remuneração recebida era bem inferior a dos demais engenheiros contratados pela província. Nos registros administrativos da Província de Minas Gerais, Wagner ocupava o cargo de *desenhador*. Tudo indica que morreu em Vila Rica, em 1862.²²⁵

Voltando a produção do *Mapa da Província de Minas Gerais* (1855), mesmo com o empenho desses dois indivíduos, as sucessivas paralisações nos trabalhos e a falta de pessoal capacitado, fizeram com que a carta demorasse cerca de vinte anos para ficar pronta.

O discurso de Herculano Penna era um resumo da precariedade do corpo técnico da Província, e dava algumas pistas referentes aos motivos do atraso. Segundo o Vice-presidente da Província:

²²⁴ Os trabalhos de Halfeld foram importante também no desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora – MG e juntamente com Mariano Procópio é considerado um dos fundadores da cidade. HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johann Jakob von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. p.25 – 32.

²²⁵ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johann Jakob von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. p.33–35.

(...) outra necessidade existe ainda bem sensível, isto é a de Engenheiros em numero suficiente para se incumbirem dos importantes, e multiplicados trabalhos que exige esse ramo da publica Administração. É certo que temos a serviço da Província o Engenheiro Fernando Halfeld, que sendo distinto por sua inteligência, zelo e atividade já tem desempenhado com satisfação do Governo, tantos e tão diversos trabalhos de sua profissão, que não seria fácil enumerá-los: mas ele tem apenas 2 Ajudantes, um dos quais dirige a construção das obras da Seção da Estrada entre a Barreira N. 3, e a Ponte do Paraíbuna, e o **outro se ocupa de alguns trabalhos geodésicos debaixo de sua orientação, sendo assim evidente que um só chefe, por mais ativo que seja, não pode acudir a todos os pontos, onde é reclamada a sua presença, alem de satisfazer a quotidiana e penosa correspondência, que mantêm com a Inspetoria Geral das Estradas, e com Empregados Subalternos.** Tocando nesse objeto tendo em vistas fazer-vos sentir a necessidade de aumentar-se a consignação respectiva, de sorte que se possam contratar mais 02 Engenheiros.²²⁶

A falta de corpo técnico especializado e o acúmulo de responsabilidades do *Inspetor Geral das Estradas*, cargo ocupado por Halfeld, foram dois sérios problemas para a produção do *Mapa da Província de Minas Gerais* (1855). Aliás, as queixas quanto à falta de engenheiros era um tema constante nos relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais, ao menos durante o período consultado, 1837 a 1870. Além disso, pelo menos até meados do século XIX a insuficiência do corpo técnico do Império era uma realidade. A maioria das províncias contava com poucos funcionários e recursos em face à demanda de serviço.

No caso específico de Minas Gerais, as múltiplas atribuições de Halfeld fizeram com que paulatinamente a responsabilidade da produção do mapa ficasse quase que exclusivamente sob a responsabilidade de Friederich Wagner. A respeito desse fato, o naturalista suíço, Johann Jakob von Tschudi,²²⁷ que viajou pela província em meados do século XIX, e que conhecia Frederich Wagner relatava o seguinte:

²²⁶ O ajudante responsável pelos levantamentos geodésicos ao que se refere o texto, provavelmente era Frederico Wagner que já estava contratado no ano de 1842. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1842*, pelo vice-presidente da província, Herculano Ferreira Penna. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1842. p.13–15. [grifo meu]

²²⁷ Trata-se de Johann Jakob von Tschudi naturalista suíço que nasceu em Glarus e estudou ciências naturais e medicina em Neuchatel e Leide e Paris. Em 1838 realizou uma expedição pelos Andes por cinco anos. Visitou e permaneceu no Brasil entre os anos de 1857 a 1868, exercendo em parte desse período o cargo de embaixador da Suíça no país, de volta a Suíça morreu em 1889. HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johann Jakob von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998

Sua principal tarefa [**a de Wagner**] foi elaborar um grande mapa topográfico dessa imensa província, que o Sr. Haldefd havia levantado em missão para o governo entre 1836 e 1855. Com muita dedicação e mediante a utilização escrupulosa dos dados disponíveis, o Sr. Wagner executou o mapa na escala de 1:2.000.000. É o mapa mais exato e mais completo existente de qualquer das províncias brasileiras²²⁸

Aliás, Wagner foi o responsável pelas adaptações dos levantamentos de campo e pela inclusão das novas informações na carta. Ao que tudo que tudo indica, este foi realmente o trabalho de uma vida inteira, visto que a execução da tarefa consumiu vários anos de trabalho do desenhista.

Em 1853, onze anos após o relatório apresentado por Herculano Ferreira Penna, o então Presidente da Província de Minas Gerais, Luiz Antônio Barboza, dava notícias sobre a confecção do mapa e destacava o papel de Wagner na condução dos trabalhos. No fragmento intitulado CARTA TOPOGRAPHICA DA PROVÍNCIA, Barbosa relatava os seguintes fatos:

Acha-se ainda bastante atrasado este importante serviço. **A cargo unicamente do desenhista Frederico Wagner**, distraído continuamente em copiar, e projetar plantas de diversas obras, e cartas de Municípios para satisfazer a exigências da Administração, apenas pôde corrigir pela escala do Mapa Topográfico da Província, uma grande parte da que foi levantada sobre a comarca do Gequitinhonha pelo Tenente João José da Silva Theodoro, e emendar varias faltas nos Municípios da Pomba, e S. João Nepomuceno sobre indicações, remetidas pelo Engenheiro Fernando Halfeld.

Os Engenheiros atualmente empregados tem obrigação de observar as localidades, onde se demoram, e remeter o resultado para se corrigirem quaisquer faltas, e quando obtivermos copia da Planta do Rio S. Francisco, que por ordem do Governo Imperial está levantando o Engenheiro Halfeld, poderemos corrigir a Carta da Província para que seja das mais exatas.²²⁹

O atraso na produção do mapa era lamentado publicamente e a culpa atribuída em parte ao acúmulo de trabalho de Wagner e em parte pela demora no envio das informações sobre as localidades.

²²⁸ Ver TSCHUDI, Johann Jakob Von; RENGER, Friedrich Ewald; ALVES JUNIOR, Fábio; FJP. *Viagens através da América do Sul*. Belo Horizonte: FJP/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2006. 2 v. (Coleção Mineiriana. Série clássicos)

²²⁹ *Relatorio que á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1853 o doutor Luiz Antonio Barboza*, presidente da mesma Provincia. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1853. p.13. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/457/000013.html>, acesso em 09/09/2008. [grifo meu].

O trecho do *Relatório* de 1853 apresentava também uma informação relevante sobre a dinâmica da construção do mapa. Os engenheiros da província deveriam levantar em campo as informações, enquanto o *desenhador*, no caso Wagner, era o responsável pela padronização dos dados e por sua inserção no mapa. Justamente o processo criticado anos antes pelo Presidente da Província Francisco José de Souza Soares d'Andréa, do ponto de vista metodológico, a produção desse mapa seguia quase que completamente os padrões estabelecidos no século XVIII²³⁰, ou seja, levantamento em campo e lançamento posterior das informações.

Assim, pode-se pensar que a produção do *Mapa da Província de Minas Gerais*, como outros que seguiam tal método, era um saber constituído em etapas: a primeira, com o levantamento das informações de campo gerava um relatório sobre a paisagem, as localidades, as populações, as medições cartesianas, etc., outra com, a adequação, padronização e inserção das informações no desenho e ainda o processo final da litografia que imprimia o desenho. É de se imaginar que, neste processo, elementos importantes da Província não eram registrados ou simplesmente desconsiderados, devido ao número de indivíduos envolvidos e a extensão dos trabalhos.

No ano de 1854, foi a vez do Presidente de Minas, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, expor a situação do mapa no trecho do relatório intitulado “CARTA COROGRAFICA DA PROVINCIA”:

O desenhista Frederico Wagner não se tem dado a este trabalho exclusivamente, por isso acha-se ele, ainda em atraso. Está no meu pensamento auxiliar a sua conclusão, logo que se publique o regulamento sobre as Obras publicas: que o sistema que pretendo adotar, tornará mais fáceis ao dito Wagner os conhecimentos especiais da Província. Que lhe faltam por agora.

²³⁰ Observou-se ação semelhante com Padres Matemáticos Diogo Soares e Domenico Capassi no século XVII, que utilizaram essa metodologia para elaboração de suas cartas cartográficas. No caso desses clérigos, além da observação direta do território, eles se valeram de vários relatos denominados de Notícias Práticas. Ver Capítulo 2.

Colijo os necessários documentos e fatos de experiência para, servindo-me da faculdade que conferistes à Presidência na Lei 628, promulgar o mencionado **Regulamento; e tenho fundadas esperanças para assegurar-vos este trabalho se concluirá neste ano antes do encerramento de vossas seções.**²³¹

Vasconcelos justifica a demora em virtude da não publicação do *regulamento sobre as Obras públicas*, instrumento que segundo o governante auxiliaria Wagner na finalização dos trabalhos. O presidente prometia ainda o término dos trabalhos para o corrente ano, antes do encerramento das seções.

Todavia, no ano seguinte 1855, na parte do relatório dedicado ao mapa da Província e 20 anos após a promulgação da Lei N.18, o presidente apresentava mais uma versão para os atrasos na conclusão do mapa. Segundo Vasconcelos:

Não posso ainda noticiar-vos a conclusão deste trabalho a cargo do desenhador Frederico Wagner. Posto seja ele empregado zeloso, sua idade é não pequeno embaraço para um serviço, que exige muita assiduidade, e condições de robustez que já lhe faltam.

Não obstante, informa o dito desenhador em data de 27 do mês passado, que so resta para desenhar em tinta parte dos municípios de Barbacena, S. Antonio do Paraíbuna, e todo o município do Uberaba, as montanhas da Província, além da correção de alguns equívocos, que se conhecerão existir nas partes do Rio Doce, há pouco percorridas pelo engenheiro Du Vernay na sua exploração as margens deste vale; assegura porem que este trabalho lhe não tomará muito tempo, e eu lhe recomendei que até fins do corrente mês contava com a apresentação do mapa já consideravelmente retardado.²³²

Embora considerasse Wagner *empregado zeloso*, a crítica de Vasconcelos ao desenhista foi direta e pública. De acordo com o Relatório o presidente acreditava que o *desenhador* não reunia as condições necessárias para o término da tarefa. Além disso, havia uma crítica quanto a alguns equívocos existentes no mapa. Era nítido o descontentamento do

²³¹ Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1854, o presidente da provincia, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1854, p.24.[grifo meu]

²³² Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na 2.a sessão ordinaria da 10.a legislatura de 1855 o presidente da provincia, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1855, p.32.

governante com a situação. Naquele mesmo ano de 1855, o mapa foi dado como concluído e logo foi alvo de inúmeras críticas, principalmente quanto à imprecisão de alguns lugares.

Assim, embora tenha consumido vários anos, recursos, instrumentos e trabalho, o Mapa da Província de Minas Gerais que deveria ser o *mais exato*, foi rapidamente cercado por críticas e ao que tudo indica, Wagner foi responsabilizado pela situação. As críticas foram tão fortes que resultaram na determinação do governo da construção de uma nova *Carta da Província*, sob a responsabilidade do engenheiro Gerber, que ficou pronta em 1862²³³.

Sobre tal episódio, é difícil determinar se o *Mapa de Província de Minas Gerais* incorria em tantos erros ou se as críticas atendiam a outros interesses. Alguns biógrafos que afirmavam que a nova *Carta da Província* na verdade era uma compilação das informações e do trabalho de Wagner e que pouco acrescentava de original.²³⁴

Polêmicas a parte, a construção do *Mapa da Província de Minas Gerais* foi uma tarefa grandiosa, onde se depositavam grandes esperanças, mas que se arrastou durante anos na administração provincial. Os mapas, dados e levantamentos que dela se originaram são testemunhos da importância da empreitada no sentido de se conhecer e construir uma imagem do território mineiro.

3.4- A região leste no *Mapa da Província de Minas Gerais* (1855)

A quantidade de elementos gráficos existentes no *Mapa da Província de Minas Gerais* aponta para um trabalho meticuloso e minucioso. O mapa representa um grande número de

²³³ No Relatório de 1858, o Presidente da Província de Minas Gerais, Carlos Carneiro de Campos, prestava conta sobre a compra de equipamentos para a produção de uma Carta da Província. Ver *Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1858 o conselheiro Carlos Carneiro de Campos*, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1858, p.35.

²³⁴ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johann Jakob von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. p.39.

fazendas, povoados, quartéis, capelas, cidades e freguesias. A riqueza de detalhes e o grande número de localidades podem ser entendidos como reflexos do domínio cada vez maior sobre o território, e sugere ainda uma apropriação e incorporação das diversas regiões, inclusive a parte dos sertões.

Entretanto, embora houvesse avanços na representação do território em geral, inclusive em grande parte do sertão do leste, uma região situada entre os vales do Rio Mucuri e Rio Doce permanecia vagamente representada e era marcada pela existência de umas poucas dezenas de rios e serras, novidades em relação dos mapas anteriores (ver FIGURA 12).

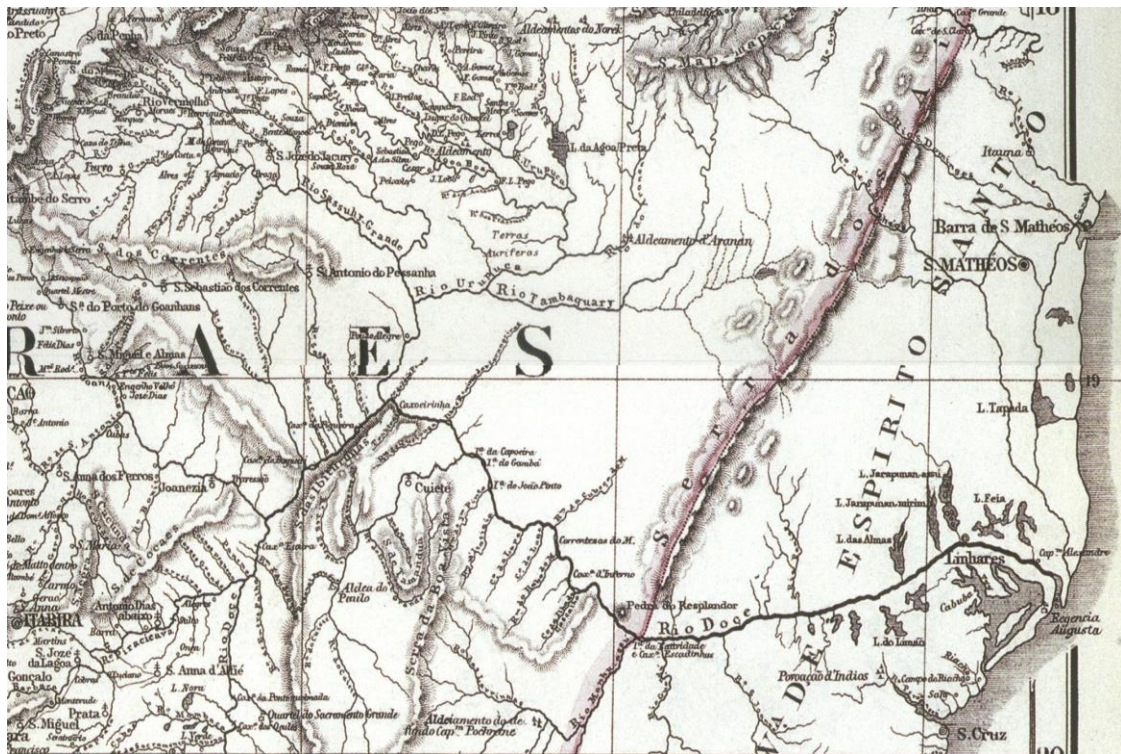


FIGURA 12 – Detalhe do Mapa da Província de Minas Gerais.
Fonte: TSCHUDI, 1998. 176p. (encarte)

Em relação à população nativa que vivia naquela região, chama atenção a forma como os indígenas foram denominados. Contrariando as representações cartográficas anteriores, no *Mapa da Província de Minas Gerais*, nada mais havia que lembrasse termos como:

botocudos, antropófagos, gentios, incultos ou qualquer outra denominação pejorativa pela qual ficaram conhecidos aqueles habitantes e que eram temas freqüentes em outros mapas. Aliás, não existia nenhum elemento que remetesse ao caráter antropófago daqueles nativos, tantas vezes mencionado nos relatos²³⁵.

Nesse sentido, se comparado às outras cartas analisadas, o mapa de 1855 destaca-se ao transmitir ao observador uma impressão de ordem e de planejamento. Os elementos representados na carta indicam a existência de um espaço organizado e *civilizado*. Os índios estavam ordeiramente circunscritos em diversas aldeias que se espalhavam ao longo dos vales do Rio Doce e Mucuri. Outro ponto importante, é que na representação de 1855, a palavra sertão desaparece completamente do mapa reforçando a idéia de ordem e de conhecimento do território. Dessa forma, a imagem que se insinuava era a de uma região não mais *inculta* e nem mais o espaço por onde *vaga[va] o gentio Panhame que comia as mais nações*.²³⁶

No entanto, é difícil saber até que ponto a representação cartográfica espelhava uma realidade material. Ou seja, se efetivamente a imagem de ordem que transparecia tinha respaldo na prática. Sabe-se pelos relatos coevos que a situação era um tanto quanto diversa daquela sugerida pelo mapa e os conflitos de interesses entre nativos, colonos e a administração do Império ainda eram freqüentes.

Como exemplo, pode ser citado o relato de Pedro Victor Reinault, engenheiro de origem francesa contratado pela Província de Minas Gerais. Em seu *Relatório da Exposição dos Rios Mucury e Todos os Santos*²³⁷, o engenheiro informava que o fazendeiro Antônio José

²³⁵ Refere-se aqui, às análises cartográficas feitas anteriormente.

²³⁶ Tais expressões foram utilizadas pelos cartógrafos Caetano Luis Miranda e José Joaquim da Rocha respectivamente, para caracterizar regiões e espaços do leste de Minas Gerais.

²³⁷ Pedro Vitor Reinault saiu da cidade imperial de Ouro Preto no dia 22 de janeiro de 1836 em direção a vila de Minas Novas, para dali organizar a expedição e seguir rumo ao local destinado ao degredo. No caminho para a realização da empreitada, e narrado o encontro com os índios Botocudos e as dificuldades de alimentação e transporte enfrentado pelos expedicionários. Durante a estada no quartel do Mucuri – acampamento construído para

Coelho havia sido impedido de abrir um caminho próximo ao Mucuri “pela aparição de umas fumaças, que se presumiu ser dos Botocudos Jyporocas, cujo nome só basta [va] para horrorizar não somente os habitantes civilizados, como também seus próprios vizinhos, Botocudos como eles, os Nak-Nanuks”²³⁸.

O relato feito em 1836 ganha uma importância ainda maior, pois era fruto de uma expedição que o engenheiro havia organizado, a mando da Província de Minas Gerais, no intuito de estabelecer uma colônia de degredados e vagabundos no vale do Rio Mucuri e de Todos os Santos. Além disso, durante a execução desse primeiro trabalho, o engenheiro recebeu a incumbência de realizar o levantamento completo da região, a fim de auxiliar na confecção do *Mapa da Província de Minas Gerais*, de Halfeld/Wagner.²³⁹ Pedro Victor Renault era a parte operacional do processo de construção da carta, o responsável em campo pelas informações cartográficas. Nesse sentido, era de se esperar que seu relato tivesse fundamental importância na confecção do mapa.

Outro aspecto importante nessa passagem é a manutenção da imagem construída em torno da figura do Botocudo, que permanecia associada à selvageria, e que ainda despertava o medo. Tal fato ocorria, mesmo após o final da *Guerra Ofensiva* contra os nativos e do relativo sucesso da política de apropriação do território pela monarquia.

servir de base para a expedição – recebeu do Presidente da Província de Minas Gerais, Sr. Antonio da Costa Pinto, a solicitação para desbravar o Rio Mucuri até sua foz no oceano e anotar as medidas. Na descrição da viagem Renault faz algumas considerações a respeito das plantas da região, da situação econômica dos povoados, e até arrisca uma teoria sobre a origem chinesa dos índios Botocudos. O local certo para o degredo não é bem especificado no texto, mas o autor dá pistas de ter confeccionado um mapa que indica tal localização. Renault descreve ainda no seu relato, a navegação pelo rio Mucuri, a chegada ao oceano atlântico próximo a Vila de São Jose do Porto Alegre, indo até Porto Seguro, margeando o rio Jequitinhonha e retornando pela picada das Boiadas até a fazenda da Conceição. O autor destaca a possibilidade de utilização do rio Mucuri como acesso dos habitantes de Minas Novas ao mar, tendo que antes catequizar os índios hostis que vivem a sua margem. Ver REINULT, Pedro Vitor. Relatório da Exposição dos Rios Mucury e Todos os Santos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. nº. 8, 1846, p. 359.

²³⁸ REINULT, Pedro Vitor. Relatório da Exposição dos Rios Mucury e Todos os Santos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. nº. 8, 1846, p. 359.

²³⁹ REINULT, Pedro Vitor. Relatório da Exposição dos Rios Mucury e Todos os Santos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. nº. 8, 1846, p. 359.

Em outro trecho do documento, o engenheiro descrevia um encontro que teve com os nativos Botocudos ao descer o Rio Mucuri:

No 7.º dia de viagem, logo para baixo do Rio Preto, tive o primeiro encontro com os botocudos selvagens – da nação dos Jiporocas – em número de 25 arcos; pouco mais ou menos 80 pessoas.

Não pressentiram eles a nossa chegada por causa das muitas precauções que tomei, ordenando sempre que não dessem tiros, nem gritassem, pois não desejava encontrá-los com tão pouca gente da minha parte, e tão minguados socorros; e graças a essas precauções, escapamos milagrosamente de diversos ataques a que talvez não resistíssemos com facilidade.²⁴⁰

Não obstante pudesse existir algum exagero por parte de Reinalt, as palavras por ele redigidas não deixaram dúvidas quanto à imagem que queria transmitir sobre os Botocudos, e que certamente era compartilhada por outros de sua época. Ademais, o relato do engenheiro empregava recorrentemente o termo Botocudo, sinal de que a palavra ainda era empregada com frequência para denominar aqueles nativos. Entretanto, no *Mapa de Província de Minas Gerais* figuravam denominações diferentes para a região como: *Aldeamento d’Aranan*, *Aldeamentos do Norek*, *Aldeia da Paulo*, *Aldeamento do [distinto] Cap.^M [Poclodine]*, no Rio Manuassu e em alguns outros locais apenas como Aldeamento nada que remetesse aos Botocudos ou a antropofagia (ver Figura 13).

²⁴⁰ REINAULT, Pedro Vitor. Relatório da Exposição dos Rios Mucury e Todos os Santos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. n.º. 8, 1846, p. 359.

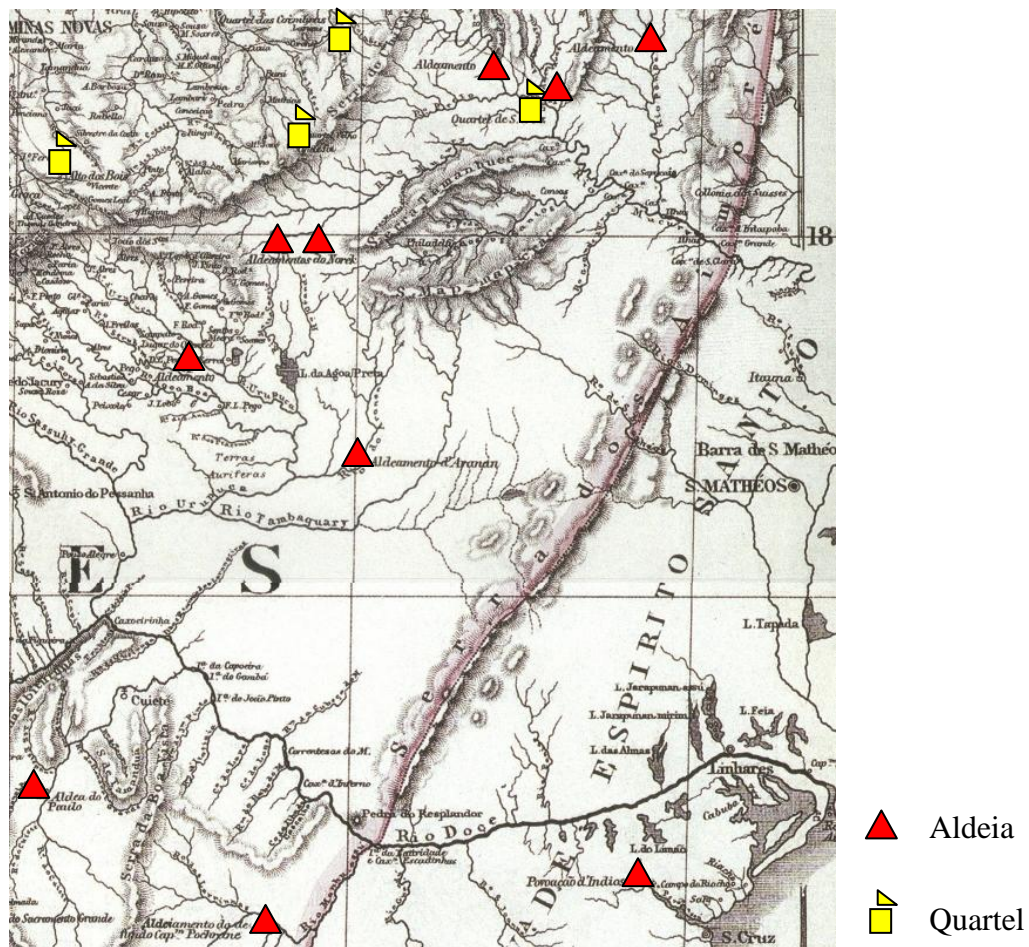


FIGURA 13 – Aldeamentos e Quartéis da região leste no Mapa da Província de Minas.
 Fonte: TSCHUDI, 1998. 176p. (encarte)

Além disso, era comum no Mapa, a representação de algum *Quartel* junto, ou nas proximidades dos aldeamentos (FIGURA 13 – Quadrado Amarelo). Esse fato, por si só também pode ser identificado como mais um sinal da tentativa de apropriação simbólica do espaço, e demonstra ainda a intenção da Monarquia em controlar a região. Todavia, ao cotejar o mapa de Halfeld/Wagner com o relato de Reinault, percebe-se uma clara cisão entre as representações. Existia uma nítida escolha sobre qual imagem deveria ser transmitida sobre os sertões do leste de Minas.

3.5- Reflexões sobre um espaço: a imagem do sertão leste de Minas Gerais em meados do século XIX.

Como observado, curiosamente nenhuma informação referente aos nativos *antropófagos* que habitavam a parte leste de Minas figurou no *Mapa da Província de Minas Gerais*, de 1855. O fato em si é intrigante, pois os mapas produzidos anteriormente traziam claras referências à antropofagia e ao sertão, caracterizando a região como um espaço de dominação do *Gentio*. Além disso, conforme visto, a representação cartográfica de Halfeld/Wagner divergia sensivelmente do *Relatório* do engenheiro Pedro Victor Reinault, documento utilizado na construção do mapa²⁴¹.

Dessas situações surgem algumas questões importantes. Por qual razão, ou razões, o mapa não trouxe tais informações e por qual motivo foi negligenciada uma representação que, embora pejorativa, foi construída ao longo de anos e que ainda permanecia fortemente ligada aos sertões do leste de Minas?

Uma hipótese bastante provável é de o *Mapa da Província de Minas Gerais* tenha assumido outra função além de ser apenas um instrumento para o conhecimento da região. As expectativas depositadas pela administração na confecção do mapa e a crescente necessidade de construir uma imagem para a província imprimiram suas marcas no mapa.

Neste sentido, a carta de 1855 passou a funcionar como uma antecipação da realidade. Preconizando para o território, os ideais de nação e de civilização almejados pelo Poder Central. Dessa forma, o mapa representaria uma imagem ordenada e controlada do espaço,

²⁴¹ REINAULT, Pedro Vitor. Relatório da Exposição dos Rios Mucury e Todos os Santos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. n.º. 8, 1846

imagem essa perfeitamente alinhada aos anseios e valores de uma sociedade em afirmação e de uma Monarquia que ainda se consolidava.

Benedict Anderson lembra que tal situação não foi um fato isolado na cartografia do século XIX e ocorreu de forma semelhante em outras partes do mundo. Juntamente com outros instrumentos, os mapas seriam os responsáveis por forjar ou legitimar uma determinada unidade. Em “Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo”, Anderson aborda o assunto enfatizando que, nesta perspectiva, o mapa “antecipava a realidade espacial, e não vice-versa. Em outros termos, um mapa era modelo para que – e não um modelo do que – se pretendia”²⁴².

Os anseios da Província e do Império se encaixavam bem nessa perspectiva, visto que era importante criar uma imagem do território que fosse compartilhada pela sociedade e que formasse uma unidade territorial, ou seja, que funcionasse como um espelho dos valores ditos civilizados.

Tal percepção fica ainda mais evidente no caso dos sertões do leste de Minas. Ou seja, em um espaço do qual pouco se conhecia e era importante lançar informações positivas e fazer prevalecer uma imagem que condissesse com os objetivos do Império. O propósito implícito nesta ação era o de incorporar, pouco a pouco, o ideal representado nos mapas à realidade material da região. Dessa forma, as cartas passariam de uma representação para um modelo do que deveria ser construído e organizando, fornecendo dessa forma elementos para o projeto colonizador. Nesse sentido, é possível pensar que as mudanças na representação

²⁴² Na versão em espanhol Anderson escreveu que: *De acuerdo con casi todas las teorías de la comunicación y el sentido común, un mapa es una abstracción científica de la realidad. Un mapa sólo representa algo que ya existe objetivamente “ahí”. En la historia que he descrito, esta relación se invirtió. El mapa se anticipaba a la realidad espacial, y no la inversa. En otras palabras, un mapa era un modelo para lo que pretendía representar, en lugar de ser un modelo de esto (...). Llegó a ser un instrumento real para concentrar las proyecciones sobre la superficie de la Tierra. Un mapa era necesario, ahora, para los nuevos mecanismos administrativos y para las tropas para reforzar sus pretensiones (...). El discurso de los mapas fue el paradigma dentro del cual funcionaron y sirvieron las operaciones administrativas y militares. Anderson cita Thongchai ao se referir a ocupação do sudeste asiático no século XIX, o texto traz nítida a idéia, aqui compartilhada, de que os mapas foram instrumentos de dominação e de organização do espaço. Ver ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. p.256. Na edição em língua portuguesa a citação está na página 238.*

cartográfica da região leste de Minas observadas no *Mapa da Província de Minas Gerais 1855* não seriam frutos de mera casualidade e vinham ao encontro, ainda que de modo velado, de uma política de apropriação dos espaços proposta pelo Império brasileiro.

Corroborar com esse argumento o fato de, a partir meados do século XIX, intensificar-se o uso dos mapas para a construção da idéia de nação. Aliás, Demetrio Magnoli estabelece uma relação pertinente entre História, Geografia e nação, segundo o pesquisador:

A nação, essa comunidade imaginada, é uma criação do nacionalismo, no sentido pleno. Ela se ergue sobre o chão da cultura: uma língua difundida pela palavra impressa, um mercado integrante e circunscrito no território, a crença num passado compartilhado e um sentimento comum de destino. A sua forja é a imaginação material, promovida pelo Estado: leis, moeda, sistema educacional, administração, recenseamento cartografia.

História e Geografia, especializações acadêmicas e disciplinas escolares consolidadas junto com o Estado-Nação, participaram como protagonistas do empreendimento criador. A primeira dedicou-se à produção da “biografia nacional”, inscrevendo a pátria no tempo. A segunda, à cartografia nacional, entalhando-a no espaço. Elas moldaram narrativas poderosas, conferindo identidade, singularidade e drama à comunidade que se imaginava.²⁴³

O entrelaçamento entre cartografia e história funcionou como sólido alicerce para a nação que se projetava. Nesse sentido, vale lembrar que naquele momento, o potencial retórico dos mapas passou a ser utilizado de forma direta, principalmente através da adoção dos Atlas na educação escolar. Conforme observou Jeremy Black, no século XIX, os Atlas foram fundamentais para a criação das *percepções de poder*. Segundo Black:

As imagens visuais que os atlas históricos proporcionam influenciam na criação e sustentação de noções de situações históricas e são particularmente apropriadas como tema de investigação devido à recente ênfase em nações como comunidades políticas imaginadas, ênfase no papel de imagens como meio de criar percepções de poder e, de modo geral, ênfase em aspectos iconográficos da autoridade política e cultural.²⁴⁴

²⁴³ MAGNOLI, Demetrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil, 1808 – 1912*. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997. p 7-8.

²⁴⁴ Nesse trecho o autor chama a atenção para a pouca consideração que os historiadores, em geral, têm pelo mapeamento histórico, tratam os atlas como obras de referência, mas não se debruçam em estudos sobre suas representações. Ver BLACK, Jeremy. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Trad. Cleide Rapucci. Bauru: Edusc, 2005. p. 11.

Ainda em relação aos Atlas, é preciso lembrar que a utilização desses mapas na educação dependeu essencialmente do desenvolvimento técnico da impressão, como a “litografia [que] tornou possível produzir mapas poucos dispendiosos para o ensino”.²⁴⁵

No caso do Brasil Império, o potencial retórico dos mapas não passou despercebido pela Monarquia e em meados do século XIX foi organizado um conjunto de mapas denominado, *Atlas do Império do Brazil*²⁴⁶, que reunia em seu acervo informações sobre o território brasileiro. Muitas cartas reunidas nesse atlas eram um aproveitamento dos mapas produzidos pelas Províncias, como por exemplo, o *Mapa da Província de Minas Gerais*.

Ainda sobre o *Atlas do Império do Brazil*, Eliza Borges nos lembra que a produção “foi organizado[a] para guiar a viagem mental dos filhos da elite política e intelectual do império através do território nacional”.²⁴⁷ Aliás, o papel das elites nesse processo foi vital, conforme salienta Magnoli: “A elite brasileira se considerava uma parte da civilização européia condenada aos trópicos. A ‘civilização’ e as ‘luzes’ eram atributos seus, que implicavam um programa de ação – civilizar o Brasil.”²⁴⁸ Nunca é demais lembrar que, em meados do século XIX, o Brasil era uma nação em formação e que buscava suas bases identitárias. Tal identidade se pautava, entre outras coisas, pela educação, pela civilidade e pelo imaginário do território. Nesse sentido, um mapa era uma ferramenta essencial, e que possibilitava a construção de uma

²⁴⁵ BLACK, Jeremy. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Trad. Cleide Rapucci. Bauru: Edusc, 2005, p.92.

²⁴⁶ *Atlas do Império do Brazil compreendendo as respectivas divisões Administrativas, Eclesiásticas, Eleitoraes e Judiciárias elaborado por Cândido Mendes de Almeida*. Rio de Janeiro: lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

²⁴⁷ BORGES, M. E. L. . Atlas: com eles também se escrevem memórias nacionais. In: DUTRA, Eliana R. de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política Nação e Edição*. O lugar dos Impressos na Construção da Vida Política. Brasil, Europa e Américas. sécs.XVII-XX. 01 ed. São Paulo: Annablume, 2006, v. 01, p. 369-3907.

²⁴⁸ MAGNOLI, Demetrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil, 1808 – 1912*. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997. p 94.

noção de espaço territorial. O mapa fornecia uma imagem do país que paulatinamente se consolidaria e se perpetuaria através de uma *pedagogia do olhar*²⁴⁹.

Magnoli nos lembra ainda que: “No Brasil, a elaboração do nacionalismo, realizada no ambiente histórico do Império, manipulou os signos da continuidade, construindo uma identidade nacional e um sentido de destino amparado no passado”²⁵⁰, ou seja, pelo menos a partir de meados do século XIX, os mapas tiveram seu planejamento e uso articulado em uma perspectiva bem maior, que era a de criação e sustentação de um projeto nacional.

Dessa forma, voltando ao *Mapa da Província de Minas Gerais* e especificamente a região leste de Minas Gerais, percebem-se fortes indícios da tentativa de construção de outra imagem para a região. Uma imagem claramente desassociada da antropofagia e da idéia de sertão. Nesse caso, o mapa serviria como disseminador de uma imagem positiva dos espaços do leste mineiro, tornando-o mais atrativo aos olhos de colonos e da sociedade em geral, como se, ao suprimir da representação cartográfica elementos indesejáveis o mesmo viesse a ocorrer na realidade.

Por fim, a imagem geral que o *Mapa da Província de Minas Gerais 1855* transmite é a de uma província espacialmente organizada e estruturada, onde os elementos considerados subversivos a essa ordem estavam controlados e subjugados à vontade do Estado. Na realidade a carta esboça uma tentativa de mostrar o triunfo do homem sobre o espaço, natureza e barbárie.

As linhas traçadas nessa unidade tiveram por objetivo caracterizar as mudanças técnicas na cartografia no século XIX e perceber como tais mudanças impactaram direta e

²⁴⁹ BORGES, M. E. L. . Atlas: com eles também se escrevem memórias nacionais. In: DUTRA, Eliana R. de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política Nação e Edição*. O lugar dos Impressos na Construção da Vida Política. Brasil, Europa e Américas. sécs.XVII-XX. 01 ed. São Paulo: Annablume, 2006, v. 01, p. 369-3907

²⁵⁰ MAGNOLI, Demetrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil, 1808 – 1912*. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997. p 94.

indiretamente na forma de construção dos mapas. As correlações estabelecidas entre os mapas do século XVIII e XIX permitiram a percepção das diferenças e das aproximações entre visões de mundo manifestadas nas cartas.

Este foi o caso do mapa de Eschwege de 1821, especialmente no que se refere à região do sertão leste mineiro. A observação dessa parte da carta nos trouxe a constatação que, mesmo produzida com uma técnica considerada de vanguarda para a época, a cartografia ainda trazia em sua composição a manutenção da imagem de antropofagia do nativo Botocudo, que havia se consolidado ao longo dos séculos XVIII e XIX. Outra constatação foi a força dessa representação que após vários anos ainda se mantinha evidente, a ponto de ganhar destaque no mapa.

Avançando alguns anos no século XIX, com a análise da construção do *Mapa da Província de Minas Gerais* de 1855 e de fontes coevas a esta carta, pretendeu-se esboçar sob quais signos o mapa foi construído e principalmente perceber o divórcio, no caso da região leste de Minas, entre os levantamentos de campo e o desenho do mapa e uma clara escolha na forma de representação da região. A análise da construção do mapa também foi importante para perceber a dimensão dos trabalhos envolvidos e o dispêndio gasto em sua confecção. Além disso, pela documentação analisada foi possível verificar a precariedade das condições técnicas da província na época da produção do mapa, com reduzido número de engenheiros e cartógrafos.

Finalmente, com a reflexão sobre a forma como o leste de Minas Gerais foi representado no mapa de 1855, verificou-se o rompimento entre uma imagem já consolidada da região em função de outra imagem, ou seja, a substituição de um sertão selvagem, dominado por nativos antropófagos, e que foi corriqueiramente representada em mapas anteriores, por outra representação que transmitia uma imagem de ordem e de civilidade na região. Figura nesta nova

representação a existência de aldeamentos, mas principalmente o que chama a atenção é a inexistência de elementos que remetessem ao caráter antropofágico dos índios.

Desse rompimento, observa-se que a cartografia, mais do que se limitar a representar o espaço, criava outra representação da região, e assim lançava as bases imagéticas para uma nova ordem, um novo projeto de espaço; ordeiro e controlado, que vinha de encontro aos anseios de criação de uma identidade territorial e que reforçava o ideário de nação.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais temáticas que nortearam a dissertação referiu-se a forma, e as mudanças ocorridas na representação do leste de Minas Gerais, ao longo dos anos. Tais modificações foram observadas principalmente na produção cartográfica que representava aquela região. Tornou-se evidente pelo estudo desenvolvido que, a partir de fins do século XVIII e início do XIX, as ações empreendidas pelas autoridades, primeiro colonial e do Império do Brasil, tiveram por intenção a apropriação do sertão leste de Minas, uma extensa região, que reiteradas vezes foi qualificada por expressões como sertão e inculta²⁵¹. Vale lembrar, que durante aqueles anos estava em disputa a legitimação de poder da Monarquia sobre o espaço. Tal disputa ocorria de forma intensa, tanto no plano material quanto no plano simbólico.

Nesta contenda tanto nativos, quanto colonos e a Coroa alimentavam interesses pela a região. Entremeava este processo o discurso da *civilização*, que dava o tom na política adotada pela Monarquia e que se refletia nas relações com os colonos e com os indígenas. Especificamente em relação aos nativos da região leste de Minas, coexistiam dois tipos de entendimentos, distintos e sobrepostos, do que era ou não civilizado, e que se manifestavam diretamente no tratamento dispensado aos indígenas. Dessa forma, a monarquia, ora defendia uma política de aproximação e de integração com os nativos, ora se valia da truculência e da violência. Nesse percurso, a Coroa chegou inclusive a fazer uma declaração formal de guerra contra os Botocudos. De toda forma, fosse branda ou agressiva, a classificação dispensada à

²⁵¹ Conforme observado em outros capítulos, a região leste de Minas Gerais foi tratada de forma pejorativa e até depreciativa que se manifestava em expressões utilizadas por funcionários régios e viajantes naturalista em geral. Uma dessas expressões, “Certão inculto”, foi dada em 1804 por Caetano Luis de Miranda na Carta Geographica da Capitania de Minas Gerais, como denominação da região leste de Minas Gerais.

região e aos seus habitantes se apoiou invariavelmente nos padrões da civilização lusa presentes no século XVIII e XIX, ou seja, de religião católica, eurocêntrica e branca. Nesse sentido, mesmo nos períodos considerados menos violentos dessa política, a alteridade dos indígenas pouco, ou quase nada, foi considerada.

Por outro lado, o processo de civilização implicava na necessidade do conhecimento e do domínio das vastas regiões que constituíam a América Portuguesa. No rol dessas áreas, incluíam-se a região leste de Minas, consideradas “desconhecidas e desabitadas” pela administração régia. Assim, impunha-se de forma cada vez mais acentuada à Coroa, a necessidade de levantamento de dados, fato que possibilitaria uma maior compreensão espacial da região, facilitando a incorporação do território à administração régia. Um dos recursos de apropriação ocorreu pelos levantamentos e pela confecção de registros cartográficos.

Vale lembrar, que ao longo do século XVIII e XIX, a importância dos mapas como ferramentas para o conhecimento crescia cada vez mais, e era tema recorrente nos círculos culturais da Europa. Portugal também estava em consonância com o desenvolvimento da cartografia, e se modernizava principalmente pela renovação técnica e metodológica promovida por Manoel Fortes Azevedo, nas primeiras décadas do século XVIII, no reinado de D. João V. Aliás, com as reformas a Coroa lusa conseguiu introduzir na formação de seu corpo técnico de *engenheiros militares* as principais inovações cartográficas da Europa existentes naquele momento.

No século XIX, na Europa, principalmente após o desenvolvimento de técnicas de impressão gráfica como a litografia e de instrumentos mais precisos, os mapas passaram a não serem considerados somente instrumentos de conhecimento. Tornaram-se também de objetos de consumo. Os mapas despertavam a curiosidade de indivíduos interessados por notícias, principalmente das terras localizadas na América. Outro fenômeno foi a incorporação cada

vez maior nas cartas de elementos que atestavam a veracidade dos mapas. Dessa forma, era freqüente a grafia de termos e expressões que “comprovavam” a sua exatidão²⁵².

Vale lembrar também, que naquele momento a construção dos mapas estava estreitamente alinhada aos ideais “civilizadores”, que, conforme visto, no caso português, incluíam a dominação, a catequização dos nativos e a apropriação de terras. Assim, os mapas se tornaram um importante instrumento de conhecimento e de dominação do espaço.

Por outro lado, é importante lembrar que os mapas também podiam ser apropriados tanto de forma objetiva quanto de forma subjetiva. Ou seja, poderiam ser utilizados como ferramentas práticas, para determinação de caminhos, rios, vales, serras e localização de povoados, o que facilitava e orientava a exploração de colonos e da Coroa sobre o espaço, tanto quanto em termos simbólicos, com a construção de um imaginário sobre o espaço, o que contribuía para a consolidação de determinadas representações. Nesse processo, freqüentemente o arquétipo da “veracidade” em que os mapas estavam envolvidos era transferido para o imaginário da região representada. Dessa forma, modelos e esquemas visuais se consolidavam, o que ao fim contribuía para a idéia de domínio e de apropriação pela Coroa, de um determinado espaço.

Contudo, embora pretensamente embebido em veracidade e exatidão, o processo de construção cartográfica não era isento. Como produto cultural de seu tempo, os mapas também expressavam os valores e modos de vida coevos à sua produção e corriqueiramente exprimiam as visões de mundo de quem os produzia.

Voltando a atenção para a região leste de Minas, podemos observá-la como um exemplo de como este processo ocorreu. Freqüentemente a região foi denominada pela

²⁵² Conferir PEDLEY, Mary Sponberg. O comércio de mapas na França e na Grã Bretanha durante o século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jun. 2007.

palavra “sertão”, em uma alusão a um espaço desabitado e desconhecido. Aliás, no que se referia a região leste, a ausência de informações nos mapas pesquisados, bem como a reiterada associação com a antropofagia e a selvageria dos nativos, sugeria uma grande dificuldade em penetrar aqueles espaços. Em uma análise da cartografia referente aquele espaço nota-se que ela refletia, assertivamente, a débil presença da Coroa e uma incipiente ocupação da terra pelos colonos, isso até pelo menos o início do século XIX.

Em geral, o processo de construção do imaginário sobre a região leste de Minas foi reforçado por representações que explicitavam os perigos de se adentrar naquelas matas. Perigos estes que orbitavam principalmente ao redor da figura dos Botocudos que habitavam a região²⁵³. Nesse ponto, vale lembrar que a designação genérica Botocudos, dada pelo português ocultava inúmeros grupos indígenas, alguns considerados mansos, outros bravios, e que por longo tempo causaram medo nos colonos, sendo considerados como párias. Uma espécie de antítese da sociedade civilizada a qual se queria construir. Além desse fato, os perigos inerentes as matas do leste de Minas, também foi outro elemento que reforçava o imaginário sobre a região.

No caso específico da cartografia que representou a região leste de Minas no período estudado, percebemos, pela observação do processo de construção dos mapas, uma consonância entre os ideais civilizatórios da época e a sua cartografia²⁵⁴. Ainda em relação aos sertões do leste Minas e seus nativos, percebemos que os mapas traduziam muito mais uma impressão, um imaginário, um “ouvir dizer”, do que uma efetiva constatação de uma geografia da região e dos hábitos dos nativos que ali viviam. Outra constatação decorrente do

²⁵³ Refiro-me aqui tanto aos relatos de viajantes como Saint-Hilaire, Spix, Martius, Helmreichen, quanto ao de funcionários régios como José Joaquim da Rocha, Eschwege, Pedro Victor Renault.

²⁵⁴ A relação entre os mapas, cartógrafos e ideal civilizatório foi motivo de estudo ao longo do capítulo 02 e 03 da dissertação.

estudo foi que também neste caso, os mapas, mais do que ferramentas para o conhecimento, funcionavam como instrumentos de controle subjetivo do espaço, pois ofereciam dados para uma presença objetiva da Coroa.

Conforme visto, os mapas freqüentemente refletiam os ideais de “civilização” de uma época. Tais ideais não eram estanques e mudavam conforme o tempo e as conjunturas políticas e sociais que se apresentavam. Todavia, pela sua natureza, quase que invariavelmente afirmavam os valores de uma sociedade branca e européia. Aliás, tais ideais persistiram, tanto no período da Colônia, quanto no Brasil Império. Vale lembrar que, como preceito dessa civilização, urgia, entre outras ações, a necessidade da incorporação de vários espaços na América portuguesa, inclusive o dos sertões do leste de Minas. Acompanhava essa ação o conseqüente interesse na submissão e catequese dos nativos que ali habitavam.

Todavia, embora o imaginário associado à região leste de Minas Gerais já estivesse bastante arraigado no final do século XVIII, e apresentasse características bastante negativas, o que se percebeu com a pesquisa, foi que com o passar dos anos, as representações cartográficas da região leste de Minas foram se modificando e se moldando conforme os novos anseios políticos e sociais se apresentavam. Tal constatação provém da comparação da cartografia da região, existente em diversos mapas, confrontada com fontes coevas, como relatos e notícias.

Como exemplo dessa mudança, podemos citar as diferentes denominações sobre o leste de Minas que aparecem nos mapas: No *Mapa da Comarca do Serro Frio*, de 1778, aparece a seguinte expressão: “*Gentio Panhame q come as mais naçoens*”; para designar uma grande parte da região leste de Minas, logo em seguida, na *Planta Geral da Capitania de Minas Geraes*, de 1800, a região é denominada como o “*Sertão en que Vaga o barbaro*

Gentio Botocudo”; mais adiante, em 1821, o funcionário régio Eschwege anota que a área era o “*Districto do Indios Botecudos-antro-pophagos*”.²⁵⁵

Enfim, a partir dessa comparação, percebemos que todas as expressões empregadas remetiam, ou ao caráter antropófago dos índios ou a sua condição de bárbaro e selvagem, o que ao fim correspondia apenas a uma variação sobre o mesmo tema. Assim, podemos pensar que, aos olhos dos colonizadores, a região leste da Capitania de Minas era habitada por nativos selvagens, irredutíveis e que ofereciam risco a presença de colonos e a ordem social.

Todavia, o intrigante nessa comparação, é que tais designações, geralmente associadas à antropofagia dos nativos da região, já não aparecem, alguns anos depois, no *Mapa da Província da Minas Gerais*, de 1855. O fato se torna ainda mais surpreendente, pois, pela análise dos documentos coevos ao mapa de 1855, as questões com os nativos ainda estavam longe de serem resolvidas. Em determinadas regiões persistiam conflitos abertos com colonos. Na maioria dos casos, o tom verificado nos relatos era o de lamentação quanto à “incivilidade” daqueles povos e necessidade de solucionar a questão²⁵⁶. Nunca é demais lembrarmos, que estes relatos eram, na maioria dos casos, expressões do ponto de vista dos que queriam colonizar a região. Ademais, a versão dos nativos sobre a situação geralmente esbarrou na própria dinâmica da colonização que limitava a participação indígena e conseqüentemente a produção de documentos. Os poucos relatos de indígenas existentes atualmente passaram invariavelmente pelas lentes dos colonizadores. Tal é o caso, por

²⁵⁵ A bibliografia desses mapas já foi citada anteriormente e encontram-se na parte de Referências de Mapas da dissertação.

²⁵⁶ Como exemplo, podemos citar as Fallas de diversos Presidentes de Província que lamentavam a situação dos nativos. Conferir Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837 pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto. Ouro-Preto, Typ. do Universal, 1837. Ver também Falla com que o ex.mo Presidente da Província do Espirito Santo, José Joaquim Machado d'Oliveira, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de abril de 1841. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1841. p.43

exemplo, das reclamações dos índios da Aldeia de São João Batista, em 1813, registradas pelo então Governador da Capitania de Minas Gerais Francisco de Assis Mascarenhas.²⁵⁷

Outra constatação decorrente da comparação entre as cartas é que, com o passar dos anos, os mapas apresentaram uma mudança significativa na representação dos espaços do leste mineiro. Dessa forma, tais regiões que outrora também foram designadas por “*certão bravio*”, em virtude da natureza e dos nativos “selvagens”, paulatinamente passaram a ser representadas sem a grafia explícita dos nomes desses nativos, figurando em seu lugar outros elementos organizados pela administração régia, como os aldeamentos e os presídios. Sinais de um processo de submissão dos nativos à Monarquia que ocorria tanto no plano material, quanto no simbólico.

Como análise, supomos que a mudança na representação cartográfica da região leste de Minas, verificada, sobretudo no mapa de 1855, tinha por objetivo transmitir uma imagem diferente do leste de Minas, da que até então existia. Durante anos, aquela região foi vista como sendo uma área habitada por nativos selvagens indomáveis, cercada por matas impenetráveis e que oferecia dificuldades imensas para a colonização. Com o interesse cada vez maior da Coroa e dos colonos naquelas regiões, era importante incorporá-las definitivamente a estrutura administrativa do Império e reafirmar o poder central sobre o território.

Além disso, podemos inferir que a tentativa de mudança imagética da região vinha ao encontro da política de apropriação do território encetada pelo Império. Servia também, entre outras coisas, como um instrumento de propaganda, com vistas a incentivar a colonização daqueles espaços. Do ponto de vista de uma estratégia de ocupação por colonos, não seria interessante divulgar informações sobre a existência, ainda que contestada, de povos bárbaros,

²⁵⁷ Ver Carta, 16 mar. 1813, Francisco de Assis Mascarenhas, remetente, Guido Tomás Marlière, destinatário In.: RAPM. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano10, vol. 3,4 jul./dez. 1905. pp. 391- 392.

selvagens e antropófagos no seio de uma nação recém independente e que procurava sua afirmação²⁵⁸. Não era de forma alguma interessante a divulgação de uma informação que afastasse os colonos.

Além disso, como exemplo do interesse crescente pela apropriação das matas do leste de Minas pode ser mencionado que, em meados do século XIX, a região era um dos pontos de atração da imigração para o Brasil, com grandes projetos de ocupação²⁵⁹. Era o momento das, ainda incipientes, correntes de imigrações promovidas por particulares e que tinham o apoio e o interesse da Monarquia, que almejava a construção de uma nação de matriz populacional européia. Nessa lógica, uma região repleta de nativos “antropófagos” não era de forma alguma convidativa ao assentamento desses indivíduos.

Por fim, no que se refere à região leste de Minas Gerais, o mapa de 1855 expressava muito mais um desejo, uma vontade, uma ânsia pela ordenação e organização do espaço, do que a tradução de uma “exatidão” e uma “modernidade” esperada por seus idealizadores²⁶⁰. A organização e o planejamento eram frutos do interesse cada vez maior na região e refletia os padrões de “civilização” presentes naquele momento. No século XIX a idéia de civilização aproximou muito da idéia de progresso, sendo vista por diversas vezes como sinônimo uma da outra.

Assim, podemos entender o *Mapa da Província de Minas Gerais*, de 1855, como instrumento no qual se desejava a modelação de uma realidade. Neste caso, deliberadamente ou não, a transformação na representação cartográfica da região representava o alinhamento

²⁵⁸ A idéia de nação foi um tema constante na discussão intelectual do século XIX. Sobre o assunto conferir SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português, 1750-1822*. São Paulo: Hucitec, 2006. 445 p. Ainda sobre o mapa, vale lembrar, que também funcionava como um instrumento para a formação de uma idéia de unidade territorial. Isso, se pensarmos na utilização das cartas em Atlas educacionais, que visavam formar os filhos de uma elite brasileira.

²⁵⁹ Refere-se aqui aos empreendimentos nos vales do Rio Doce e do Rio Mucuri. Sobre os novos empreendimentos para a região do Mucuri, consultar entre outros, ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Arquivo Publico Mineiro, 2007. 494 p.

²⁶⁰ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1842*, pelo vice-presidente da província, Herculano Ferreira Penna. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1842. p.13 – 15

daquele espaço, ao menos em termos simbólicos, aos padrões civilizados buscados pelo Império. O que por fim poderia se constituir, aos olhos do colonizador, em uma condição propícia para a construção material de um espaço ordenado e subjugado ao poder central. Todavia, vale lembrar que esse processo não foi tão simples e muitas vezes o projeto de civilização esbarrou na resistência do nativo e nas próprias limitações do Estado²⁶¹. Por fim, fica claro nesse processo que não bastava somente subjugar os nativos pelas armas ou pela catequização, era necessário também, limitar e controlar seus espaços de atuação, e desassociá-los da região, inclusive modificando a forma como tais povos eram representados.

Finalmente, a junção entre espaço, tempo e cultura, emergiu nesse trabalho como uma alternativa para analisar um momento histórico de Minas Gerais e do Brasil, onde a relação entre os diferentes se fez de forma tão intensa e contínua, às vezes se evidenciando de uma maneira bruta, por outras, um pouco mais branda. Por fim, a utilização da cartografia como fonte articuladora desse processo, possibilitou perceber de forma mais clara a correlação, e a indissociação, entre o momento histórico e os registros produzidos. Revelou também facetas da disputa territorial no período e algumas estratégias de apropriação do espaço engendrada pela Monarquia. Enfim, foi possível perceber, recôndita sob a grafia dos mapas partes da urdidura que constitui a história.

²⁶¹ Como chama a atenção Anderson em sua análise sobre o tema referente ao sudeste asiático, “é desnecessário dizer que nem sempre era fácil, e que o Estado tropeçou muitas vezes em realidades incômodas”. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo Cia das Letras. 2008. p.234.

REFERÊNCIAS

Fontes Impressas

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatômico, architectonico* (...). 8 vol. Coimbra: [s.ed.], 1712 – 1728. Disponível em <<http://www.ieb.usp.br/online/>> acessado em 25/10/2008.

Catálogo de Cartas de Sesmarias Expedidas para Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.28, 1988, 2v

Carta, 16 mar. 1813, Francisco de Assis Mascarenhas, remetente, Guido Tomás Marlière, destinatário In: *RAPM*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano10, vol. 3,4 jul./dez. 1905. pp. 391- 392.

Carta Regia de 10 de agosto de 1810, sobre a estrada para Minas pelo rio Doce. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 6, I, nº. 6, 1844, p. 351

Carta Régia de 13 de maio de 1808. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *Legislação Indigenista do Século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Edusp. 1992.

Decreto Lei n. 426 de 24 de junho de 1845 In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*, vol. 02, n. 2, jul./dez. 1998, pp. 29-37.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von; RENGER, Friedrich Ewald. *Jornal do Brasil: 1811-1817 ou, Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: FAPEMIG, 2002, 408p.

Falla com que o ex.mo Presidente da Província do Espírito Santo, José Joaquim Machado d'Oliveira, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de abril de 1841. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1841.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1842, pelo vice-presidente da província, Herculano Ferreira Penna. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1842.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1843 pelo presidente da provincia, Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1843. pp.74-75.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837 pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto. Ouro-Preto, Typ. do Universal, 1837.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johann Jakob von. *A província brasileira de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais Fundação João Pinheiro, 1998. 176p.

HELMREICHEN, Virgil von. *Obras várias de Virgil von Helmreichen (1805-1852): contribuições à geologia do Brasil.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002

Inventário de Caetano Luis de Miranda, 2o. Ofício, 1837 - maço 175, Diamantina: Biblioteca Antônio Torres.

Lei n.18, de 01 abril 1835, artigo 56, parágrafo 3, *Livro da Lei Mineira, 1835, tomo 1, parte 1, p.80.*

Ordem do Real Erário, de 18 de novembro de 1773. Arquivo Nacional, Fundo Família Lobo Leite Pereira; In. Demerval José Pimenta. Caminhos de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1971. p.22-23.

PINTO, Luiz Borges. Notícias Práticas das Minas Geraes do Ouro e Diamantes. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 69, Parte I, nº. 113 pp. 261-267, 1906.

PIZARRO E ARAUJO, Jose de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: INL 1948. (Biblioteca Popular Brasileira, 10).

Proibição de se Abrir Estradas Pelos Sertões do leste e navegar o rio Doce. Os sete atos régios mencionados por José Pedro Xavier da Veiga. In: *Efemérides Mineiras (1664 – 1897)*. Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1897 IV, 32.

Provisão régia de 18 de novembro de 1729. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Códice no 248, fl. 250.

REINAULT, Pedro Vitor. Relatório da Exposição dos Rios Mucury e Todos Os Santos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. nº. 8, 1846, p. 359

Revista do Arquivo Publico Mineiro - RAPM. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, vol. 09, pp. 561 - 562, 1904.

_____. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano10, vol. 3,4 jul./dez. 1905. pp. 391- 392.

_____. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais. Ano XI. pp. 03-254, 1906.

_____. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, Ano XII. pp. 409-603, 1907.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro RIHB, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol .191, 1946. p.73-76.

Relatorio que á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1853 o doutor Luiz Antonio Barboza, presidente da mesma Provincia. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1853. p.13.

Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1854, o presidente da provincia, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1854, p.24.

Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na 2.a sessão ordinaria da 10.a legislatura de 1855 o presidente da provincia, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1855, p.32.

Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinaria de 1858 o conselheiro Carlos Carneiro de Campos, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1858, p.35.

Relatorio que á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1863 o conselheiro João Crispiano Soares, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. de Minas Geraes, 1863. p.24

ROCHA, José Joaquim da; RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 226p

RUBIM, Francisco Alberto. Descrição da Estrada para a Província de Minas Gerais pelo rio Santa Maria. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Tomo 6, I, nº. 6, pp. 469-470, 1844.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 121p. v.8.

_____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: 1975. 378p.

TOVAR, Manoel Vieira de Albuquerque. Carta Regia - De 10 de Agosto de 1810, sobre a estrada para Minas pelo rio Doce. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 6, I, nº. 6 pp. 351-358, 1844.

TSCHUDI, Johann Jakob Von; RENGER, Friedrich Ewald; ALVES JUNIOR, Fábio; FJP. *Viagens através da América do Sul*. Belo Horizonte: FJP/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2006.

Livros, Teses e Artigos

A cromolitografia Cadernos de Tipografia, nº 6, fevereiro, 2008. p.6-8. Disponível em <http://tipografos.net/cadernos/cadernos-de-tipografia-2008.html> .

AGUIAR, José Otávio. *Point de vie étrangers: a trajetória da vida de Guido Thomaz Marlière*. UFMG: Tese de doutorado, 2003.

_____. Legislação indigenista e os ecos autoritários da “Marselhesa”: Guido Thomaz Marlière e a colonização dos sertões do Rio Doce. *Projeto História*, São Paulo, n.33, p. 83-96, dez. 2006. Disponível em http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume33/artigo_03.pdf Acessado em 25/01/2009.

ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. 1ª ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos Portugueses, 2001.p. 131.

AMADO, Janaína. “Região, Sertão, Nação”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.08, nº 15, pp. 145-147, 1995.

AMARAL, Tancredo do. *A história de São Paulo ensinada pela biographia dos seus vultos mais notáveis*. Rio de Janeiro: Alves Editores, 1895. 351 p.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

_____. Potentados e Bandidos: os motins do São Francisco. In. *Revista do Departamento de História – FAFICH/UFMG*. Belo Horizonte, v.9, 1989. p. 75.

ANDERSON. Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. Mexico, Fondo de Cultura Editorial, 1993.p.256.

_____. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edicoes 70, 2005. 283 p.

ANDRADE, Leandro Braga de. *O ouro que escorre do alambique: riqueza, hierarquia social e propriedade de engenhos em minas gerais. O caso da freguesia de furquim. 1821-1850*. Texto apresentado no Seminário Diamantina 2008 CEDEPLAR/UFMG, como desdobramento da dissertação de mestrado. Disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A076.pdf Acessado em 10/01/2009

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Arquivo Publico Mineiro, 2007. 494 p.

AVILA, Arthur Lima de. *E da fronteira veio um pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861 – 1932)*. 2006, Dissertação de Mestrado UFRS.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.). *O Brasil dos viajantes*. 2ª ed. São Paulo: Metalivros: Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1999. 192p.

BENTO, Cláudio Moreira. Cartografia Histórica do exército. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº. 347 pp.135-172, 1985.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Sertão de estrelas: a delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 1, n. 21, p. 73-83, 1999.

BLACK, Jeremy. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Trad. Cleide Rapucci. Bauru: Edusc, 2005.

BORGES, Jose Gomide. *Eschwege, O anfitrião: Barao Wilhelm Ludwig von Eschwege 1777-1885, depoimento de viajantes naturalistas que visitaram Eschwege, em Vila Rica*. 2ed. Belo Horizonte: [s.n.], 1980. 1v.

BORGES, Maria Eliza Linhares. A hermenêutica cartográfica em uma sociedade miscigenada. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). *O Trabalho Mestiço - maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX*. São Paulo/ Belo Horizonte: Annablume/PPGH/UFMG, 2002, pp.105-121.

_____. Atlas: com eles também se escrevem memórias nacionais. In: DUTRA, Eliana R. de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política Nação e Edição. O lugar dos Impressos na Construção da Vida Política. Brasil, Europa e Américas. sécs.XVII-XX*. 01 ed. São Paulo: Annablume, 2006, v. 01, p. 369-397.

_____. Cartografia, poder e imaginário: cartográfica portuguesa e terras de além-mar. In: SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thais Nívia de Lima e

(org.). *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001, pp.123-148.

_____. Padres Matemáticos. In BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais; período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 228.

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Etica, 1986.

BOSCHI, Caio Cesar; FURTADO, Júnia Ferreira. *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Historico Ultramarino (Lisboa)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Historicos e Culturais/Fund. J, 1998. 3v.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a historia*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de "território" e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.12, n. 1, jan.-dez. 2004. p.230.

_____. *Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese. 711p. Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP. São Paulo, 2001.

BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1996.

CAMPOS, Maria Augusta Do Amaral;. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes - 1810/1844*. 1998. 230 f. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia.: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

_____. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, BERTRAND, 1990.

_____. O mundo como representação. In. À Beira da Falésia. A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002, pp. 61- 77.

CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas*. 2004. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFMG.

COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Friedrich Ewald,; FURTADO, Júnia Ferreira,; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos,;. *Cartografia Histórica das Minas Gerais: da capitania à província*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002. 83p

_____. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. 245 p.

COSTA, Iraci Del Nero da. *As populações das Minas Gerais no século XVIII: um estudo de demografia histórica*. 1978. 27p. Monografia (Historia) - Universidade de São Paulo.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. 429p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: FAPESP: Companhia das Letras, 1998. 608p.

_____. (org.). *Legislação Indigenista do Século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Edusp. 1992.

DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. Revista Brasileira de História [online]. 2002, v. 22, n. 44, pp. 267-288. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200002&script=sci_arttext&tlng=pt

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Vol.1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC, 2005, 488p.

_____. *Sertão do Rio Doce: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845*. 2000, 348p. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia.

FALCON, Francisco J. Calazans. “História e Representação”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, pp. 41-79.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Pouvoirs, Villes et Territoires – Genèse et representations des espaces urbains le Minas Gerais, XVIII – début du XIX siècle*. 2001, 622p. Tese de doutorado, École Dês Hautes Études en Sciences Sociales.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, *A Colonização Alemã no Vale do Mucuri*. Coleção Mineiriana, Belo Horizonte: FJP, 1993. 161p.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. 2.ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006. 289p. (Estudos históricos; 38)

_____. *Iluminuras da Sedição: a cartografia de José Joaquim da Rocha e a Inconfidência Mineira (MIMEO)*.

_____. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração*. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2008. 234p.

_____. FURTADO, J. F. . Trajetórias de franceses em Minas Gerais no século XIX. In: LUCA, Tania Regina de; VIDAL, Laurent. (Org.). *Franceses no Brasil - séculos XIX-XX*. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2009, v. 1, p. 369-386.

GASKEL, Ivan. História das Imagens. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

GROSSI, Ramon Fernandes. *O medo na capitania do ouro: relações de poder e imaginário sobrenatural seculo XVIII*. 1999 199p. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais.

GUERRA, Amanda Estela. *O “Atlas Estado do Brasil”*: um olhar português sobre a América colonial. Belo Horizonte, 2005. 123p. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMG.

HESPANHA, A. M. e XAVIER, A. As redes clientelares. In: MATTOSO, J. (Org.). *História de Portugal; o antigo regime*. Lisboa: Editora Estampa, 1993. v. 4, p. 381-393

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*.. 2. ed. ilustr. Rio de Janeiro: José Olympio, Departamento de Cultura da Guanabara, 1975. 334p.

_____. *Historia geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, v.3, 410p.

_____. *Monções*. 3a. ed. ampl. São Paulo Brasiliense, 1990. 326p.

_____. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p.106.

JACOB, Christian. *L'empire des Cartes*. Paris: Albin Michel, 1992.

JOSE, Oiliam. *Marliere, o civilizador: esboço biográfico*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958. 216p v.8

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande imaginando a América Latina em seleções: oeste, Wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista, [SP]: EDUSF, 2000. 294 p

KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, v. 37, p.70-80, 2007.

LAPA, M.Rodrigues. Autógrafos de Cláudio Manuel da Costa. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº. 233, 1956. 24-37pp

LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liana. A Imagem, a Idéia, o Símbolo e O Imaginário, a Ideologia e a Ilusão. In: *O que é Imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1996, pp. 10-34. Coleção Primeiros Passos, v.309

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *Marca de fogo: o medo dos quilombos e a construção da hegemonia escravista (Minas Gerais, 1699-1769)*. 2008. Tese doutorado - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de História.

MAGNOLI, Demetrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil, 1808 – 1912*. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOS, Izabel Misságia de. *Civilização e revolta: povos Botocudos e indigenismo missionário na Província de Minas*. 2002, 577p. Tese de doutorado- Universidade Estadual de Campinas.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 201p.

MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas colonial: na urdidura do tempo e do espaço*. 2006. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *1800: a guerra contra os Botocudos e os fundamentos da política indigenista brasileira*. Disponível em http://www.euronapoleon.com/pdf/private/Vania_Maria_Losada_Moreira.pdf

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil. In. *Revista Urutágua – Revista acadêmica multidisciplinar*. N. 15 abr./mai./jun./jul. 2008 p. 55. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/015/15oliveira.pdf>

OTTONI, Teófilo. *Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. (Org. Regina Horta Duarte). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 119p.

PEDLEY, Mary Sponberg. O comércio de mapas na França e na Grã Bretanha durante o século XVIII. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jun. 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIAZZA, Walter: *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

RODRIGUES, David Marcio Santos. *O espaço geográfico de Minas Gerais: uma visão cartográfica*. Belo Horizonte: IGA: FAPEMIG, 2002 176 p.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 319p.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1940. 205p.

RUSSELL-WOOD, A. J. R.. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=en&nrm=iso Acesso em: 26 set. 2009.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: império, monarquia e a corte portuguesa no Rio, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar de; COSTA, Angela Marques da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 554 p

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994. 839p

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português, 1750-1822*. São Paulo: Hucitec, 2006. 445 p. (Estudos históricos; 63)

SOUZA, Laura de Mello e. (org.): *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997-. 523p.

TEIXEIRA, Romeu do Nascimento; DANGELO, Jota (Coord.). *O Vale do Rio Doce/ texto Jota Dangelo; concepção, pesquisa e coordenação Romeu do Nascimento Teixeira*. [S.l.]: Companhia Vale do Rio Doce, 2002. 129p

TESOURO DOS MAPAS, O. *A cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco de Santos, 2002. 339p.

TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in America History*

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. 594p.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 2v.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789 – 1808: o império luso-brasileiro e os brasis*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, pp. 17-37.

ZENHA, Celeste. O negócio das “vistas do Rio de Janeiro”: imagens da cidade imperial e da escravidão. In.: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, nº. 34, julho-dezembro de 2004, p.23-50.

Mapas

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Teil der Neuen der Capitania von Minas Geraes. Aufgenommen von W. von ESCHWEGE (Parte do novo Mapa da Capitania de Minas Gerais. Levantado por....) In: COSTA, Antônio G.; RENGGER, Friedrich E.; FURTADO, Júnia F.; SANTOS, Márcia M. D. dos;. *Cartografia da Conquista do Território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p.191.

HALFELD, H. G. F.; WAGNER, F.. Mapa da Província da Minas Gerais (1855). In: HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johann Jakob von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 176p. (encarte)

MIRANDA, Caetano Luís. Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Anno de 1804. In: COSTA, Antônio G.; RENGGER, Friendrich E.; FURTADO, Júnia F.; SANTOS, Márcia M. D. dos;. *Cartografia da Conquista do Território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 190.

Planta Geral da Capitania de Minas Geraes. ca. 1800. In: In: COSTA, Antônio G.; RENGGER, Friendrich E.; FURTADO, Júnia F.; SANTOS, Márcia M. D. dos;. *Cartografia da Conquista do Território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 189.

ROCHA, José Joaquim da. Mapa da Comarca do Serro Frio. In: GEOGRAFIA HISTÓRICA DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS; descrição geográfica topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 228p. (mapa em bolso).
